

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 25 DE DEZEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.924 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Arquivo/CB/D.A Press

★ 1929 † 2025

Odette Ernest Dias

A francesa que brilhou no choro



Nascida em Paris, criada e formada no Rio de Janeiro, estrela em Brasília. Assim foi Odette Ernest Dias, a flautista amiga de Pixinguinha que desembarcou na jovem capital em 1974 para dar aulas na UnB e influenciou gerações de músicos brasileiros e de todo o país. Com alma pioneira, Odete abriu a casa para encontros semanais do mais puro talento e se transformou em pedra fundamental na fundação do Clube do Choro. Ela morreu ontem, aos 96 anos, na capital fluminense, onde será velada e sepultada.

PÁGINA 22

Julio Noronha/CB/D.A Press



Bolsonaro será operado hoje

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi internado ontem no Hospital DF Star e será submetido a uma herniorrafia inguinal, que deve durar entre três e quatro horas, segundo o médico Claudio Birolini. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro foi autorizada, pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, a acompanhar o marido. PÁGINA 3

Brasília-DF

Toffoli determina tripla acareação virtual no caso do Banco Master

PÁGINA 5

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



Disputas ameaçam futuro do Cidadania

Ao Podcast do Correio, o vice-presidente da legenda, Cristovam Buarque, questiona ação para destituir Comandante Bittencourt da liderança e teme pela continuidade do partido que acredita ter se afastado da posição progressista. PÁGINA 4

Divulgação/Lyon



A Copa como presente

Transferência do Real para o Lyon é a última cartada de Enderick para convencer Carlo Ancelotti a levá-lo ao Mundial; Fred inspira brasileiro de 19 anos.

PÁGINA 19

Direito & Justiça

STF e o 2025 de desafios

Confira o ano que marcou a principal Corte do país. A condenação de ex-presidente e militares por tentativa de golpe marcou a história.

Data venia

Assassinato no quartel gera controvérsia: feminicídio ou crime militar?

Guia para comemorar a virada do ano



Minervino Júnior/CB/D.A Press



O encanto dos presépios

Igrejas, praças (como a do Setor Militar Urbano/foto), casas... A representação do nascimento de Jesus atravessa gerações e emociona os cristãos.

PÁGINAS 6 E 14. VISÃO DO CORREIO, 10

Feliz Natal



Valdo Virgo/CB/D.A Press

É tempo de pensar o futuro

No dia mais simbólico de esperança para bilhões de pessoas, independentemente de credo ou religião, o Brasil volta os olhos para o futuro, que passa obrigatoriamente pelo respeito ao meio ambiente. O país que recebeu a COP30, o mais importante encontro para discussão de temas que interessam ao planeta, precisa priorizar os biomas mais ameaçados, como o Cerrado. É uma região de riquezas, onde nasceu e cresceu Brasília. Que as luzes e cores da capital de todos os brasileiros inspirem neste Natal as mudanças urgentes para a humanidade.



ISSN 1808-2661
9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



GOVERNO

Pressão fiscal afeta programas sociais

Corte de recursos em iniciativas como Gás para Todos, seguro-desemprego e Pé-de-Meia, durante a aprovação do Orçamento, é um contraponto à administração do governo Lula, marcada por políticas voltadas para os mais vulneráveis

» FERNANDA STRICKLAND

Apesar do reiterado discurso do governo de que o combate à desigualdade é o eixo central do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o Orçamento de 2026 aprovado pelo Congresso revela um movimento que tem provocado desconforto até entre aliados: a redução de recursos destinados a programas sociais, que atinge diretamente a população de baixa renda. Benefícios previdenciários, seguro-desemprego, Pé-de-Meia e iniciativas como o Gás para Todos sofreram cortes ou contingenciamentos, reacendendo o debate sobre as prioridades do governo.

A justificativa do Palácio do Planalto passa, sobretudo, pela necessidade de cumprir o arcabouço fiscal, aprovado em 2023 como alternativa ao mecanismo de teto de gastos lançado pelo governo Michel Temer. A regra definida pela equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, limita o crescimento das despesas públicas e impõe ao Executivo o desafio de acomodar políticas sociais amplas em um cenário de arrecadação abaixo do esperado e de despesas obrigatórias em expansão, como a Previdência.

Os benefícios previdenciários, que atendem cerca de 40 milhões de brasileiros, concentram uma das maiores fatias do Orçamento. O crescimento vegetativo da folha — impulsionado pelo envelhecimento da população e pela vinculação ao salário mínimo — tem comprimido o espaço fiscal. Embora o governo evite falar em “corte” direto, há restrições operacionais e revisão de projeções que afetam a execução do gasto.

Situação semelhante ocorre com o seguro-desemprego, que alcança anualmente algo em torno de 8 milhões de trabalhadores formais. Com a desaceleração econômica em alguns setores e o aumento do desemprego em períodos específicos do ano, o programa voltou a pressionar o Orçamento, levando o governo a reduzir margens de expansão de R\$ 63,8 bilhões para R\$ 63,4 bilhões, adiando as liberações de recursos.

Pé-de-Meia

Lançado como uma das vitrines sociais do terceiro mandato, o Pé-de-Meia foi desenhado para incentivar a permanência de estudantes de baixa renda no ensino médio, oferecendo depósitos periódicos vinculados à frequência e à conclusão dos estudos. O programa atende cerca de 3,9 milhões de estudantes do ensino médio público inscritos no CadÚnico.

No entanto, a execução orçamentária ficou abaixo do inicialmente anunciado, o que levou o Ministério da Educação a rever cronogramas e valores. O orçamento previsto pelo Executivo contava com, aproximadamente, R\$ 12 bilhões. Porém sofreu redução no Congresso, ficando em torno de R\$ 11,4 bilhões. Oficialmente, o governo afirma que o programa será mantido, mas reconhece que sua expansão plena dependerá da recuperação da arrecadação e de espaço fiscal nos próximos exercícios.

Reformulação do antigo Auxílio Gás, o Gás para Todos tem como objetivo subsidiar o botijão

» Salário mínimo vai a R\$ 1.621

O governo publicou, ontem, no *Diário Oficial da União*, o decreto que estabelece o valor do salário mínimo que vai vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026. Conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o próximo ano aprovada pelo Congresso, o salário mínimo passará dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621 em 2026, uma correção de 6,79%. De acordo com as regras em vigor, o valor do mínimo é atualizado pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado em 12 meses até novembro, mais o crescimento da economia brasileira dois anos antes, no caso 2024.



Mesmo um governo com histórico e discurso fortemente orientados à política social enfrenta limites objetivos para expandir programas”

Vinicius do Carmo,
economista

para população de baixa renda. O programa atende a cerca de 5 milhões de famílias, número inferior ao universo potencial de beneficiários. Com recursos reduzidos, o alcance da política ficou aquém das expectativas iniciais, especialmente em um contexto de alta no custo de vida e impacto direto no orçamento doméstico dos mais pobres. O orçamento previsto pelo Executivo era de R\$ 5,1 bilhões, mas ficou em R\$ 4,7 bilhões. Já o Bolsa Família não foi impactado: ficou com R\$ 159,5 bilhões, sem alteração.

Reordenamento

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica argumentam que os ajustes não representam abandono das políticas sociais, mas, sim, um “reordenamento temporário” das contas públicas. O governo sustenta que, sem equilíbrio fiscal, programas sociais se tornam insustentáveis no médio prazo — um discurso que tenta conciliar responsabilidade fiscal e compromisso social, ainda que com efeitos imediatos sobre quem depende desses benefícios.

O relator do Orçamento no Congresso, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), afirmou que as alterações feitas no texto refletem uma “construção real do relatório”, e não pedidos pontuais do governo. Segundo ele, as mudanças aprovadas pelo Legislativo não devem comprometer a execução orçamentária ao longo do próximo exercício.

Arrocho no orçamento

Saiba as mudanças orçamentárias que afetam programas sociais mantidos pelo governo Lula.

PÉ-DE-MEIA (incentivo à permanência de estudantes no ensino médio)

Público atendido:

- Cerca de **3,9 milhões** de estudantes do ensino médio público inscritos no CadÚnico.

Orçamento previsto inicialmente:

- Aproximadamente **R\$ 12 bilhões**.

Situação após ajustes:

- O programa sofreu redução de dotação, ficando em torno de **R\$ 11,4 bilhões**, com execução condicionada à confirmação de receitas.

GÁS PARA TODOS (substituto do Auxílio Gás)

Público atendido:

- Em torno de **5,5 milhões** de famílias de baixa renda.

Orçamento previsto inicialmente:

- Cerca de **R\$ 5,1 bilhões**.

Situação após ajustes:

- Houve contenção de recursos, com o orçamento estimado caindo para algo próximo de **R\$ 4,7 bilhões**, e possibilidade de atendimento escalonado ao longo do ano.

Fontes: Ministério do Planejamento e Orçamento, Tesouro Nacional, INSS, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE, Ipea e o economista Vinicius do Carmo.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula durante lançamento do Pé-de-Meia, em março de 2024: governo é obrigado a rever projeções

Bulhões reconheceu que houve redução em áreas sensíveis, como o programa Pé-de-Meia, ao mesmo tempo em que despesas previdenciárias seguiram em trajetória de crescimento.

O parlamentar ressaltou que os ajustes fazem parte do esforço do Legislativo para adequar o

SEGURO-DESEMPREGO

Público atendido:

- Aproximadamente **8,5 milhões** de trabalhadores por ano.

Orçamento previsto inicialmente:

- Em torno de **R\$ 63,8 bilhões**.

Situação após ajustes:

- O programa passou por ajustes marginais, com orçamento próximo de **R\$ 63,4 bilhões**, refletindo contenção de despesas discricionárias.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (INSS)

Público atendido:

- Cerca de **39 milhões** de beneficiários (aposentadorias, pensões e auxílios).

Orçamento previsto inicialmente:

- Aproximadamente **R\$ 1.133,740 trilhão**.

Situação após ajustes:

- Houve revisões técnicas e contenção no ritmo de crescimento, mas a despesa segue elevada e com pouca margem de corte efetivo, ficando em **1.127,583 trilhão**.



Valdo Virgo/CE/D.A. Press

Limitações estruturais

Especialistas ouvidos pelo **Correio** apontam que as restrições enfrentadas pelo governo vão além de decisões conjunturais. Refletem limitações estruturais das contas públicas. Para o sociólogo e economista Vinicius do Carmo, mesmo administrações com histórico de forte compromisso social operam hoje sob um grau elevado de pressão fiscal.

O analista lembra que as despesas obrigatórias já consomem quase a totalidade do Orçamento da União, reduzindo drasticamente a margem de manobra do Executivo. “O governo opera hoje sob uma pressão estrutural muito elevada para conter a expansão do gasto público. As despesas obrigatórias já consomem parcela próxima da totalidade do orçamento”, afirma. Na avaliação de Vinicius do Carmo, se esse cenário não for administrado, o país pode caminhar para um quadro de dominância fiscal, no qual a política econômica passa a ser ditada pela necessidade de financiar o endividamento.

O economista vê limites objetivos para a ampliação de programas sociais, ainda que o governo tenha discurso e trajetória associados à proteção social. “Mesmo um governo com histórico e discurso fortemente orientados à política social enfrenta limites objetivos para expandir programas”, ressaltou.

Diante dessas restrições, a principal estratégia adotada pelo Executivo tem sido buscar o aumento da arrecadação, com revisão de incentivos, benefícios fiscais e maior rigor na cobrança de tributos. No entanto, essa alternativa também encontra obstáculos relevantes.

De acordo com o economista, grande parte das receitas públicas é constitucionalmente vinculada, o que reduz a capacidade de direcionar novos recursos. “Isso reduz a capacidade do governo de direcionar novos recursos para programas sociais como Pé-de-Meia, Gás para Todos ou seguro-desemprego, explicando os ajustes recentes nessas políticas”, explicou.

Transformação

A situação é ainda mais sensível no caso dos benefícios previdenciários, cuja pressão sobre o orçamento tem raízes estruturais profundas. Vinicius do Carmo chama atenção para a transformação acelerada do mercado de trabalho, marcada pelo crescimento do trabalho não subordinado e de ocupações informais, como motoristas de aplicativo. “Embora a taxa de desocupação seja baixa, a demanda por benefícios previdenciários segue elevada”, afirma.

Segundo ele, muitos trabalhadores que perdem vínculos formais acabam se recolocando fora do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem contribuição regular para a Previdência. Esse movimento, frequentemente combinado com o acesso a benefícios assistenciais, amplia a pressão fiscal sobre o sistema. “Esse cenário sugere a necessidade de repensar o desenho institucional da Previdência e da assistência social, para adaptá-los a uma nova realidade do mundo do trabalho”, conclui. (FS)

PODER

Internação deve durar 5 dias

Cirurgia de Bolsonaro, hoje, para tratar hérnia inguinal bilateral pode levar até quatro horas. Michelle pede orações para marido

» ALÍCIA BERNARDES
» RAPHAELA PEIXOTO
» JÚLIO NORONHA

O ex-presidente Jair Bolsonaro deixou, ontem, a Superintendência da Polícia Federal e seguiu em comboio oficial até o Hospital DF Star, onde foi internado para realizar uma cirurgia de correção de hérnia inguinal bilateral, marcada para hoje. Foi a primeira vez que o ex-chefe do Executivo saiu da prisão desde o fim de novembro. O trajeto, de cerca de um quilômetro e meio, ocorreu sob escolta de viaturas da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Penal, em operação montada por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A chegada ao hospital ocorreu por volta das 9h30, e o desembarque foi feito pela garagem, como ordenou Moraes. Pelo menos dois policiais federais permanecerão posicionados na porta do quarto, além de equipes no interior e no entorno da unidade — conforme determinou o ministro. O ingresso de celulares, computadores e quaisquer dispositivos eletrônicos no quarto foi proibido, e toda visita dependerá de autorização judicial.

A internação foi autorizada na terça-feira, após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR) e laudo pericial da Polícia Federal, que atestou a necessidade do procedimento cirúrgico.

Na decisão, Moraes permitiu apenas a presença da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro como acompanhante, de acordo com as regras hospitalares. Filhos do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL) tiveram o

AFP



Bolsonaro chega ao hospital sob escolta da polícia: agentes da PF ficarão à porta do quarto, e haverá equipes no entorno da unidade

pedido de acesso negado e aguardam nova deliberação do STF para eventuais visitas.

Enquanto o pai dava entrada no hospital, Carlos Bolsonaro ficou do lado de fora da unidade. Ele afirmou que tentaria ao menos vê-lo a distância. “Estou em um espaço público, vou tentar olhar para ele. É o que me resta fazer. Para mim, isso é um presente de Natal”, disse.

Segundo ele, a defesa ainda tenta reverter a restrição para permitir a presença dos filhos no período pós-operatório.

Do ponto de vista médico, a

equipe que acompanha Bolsonaro classificou a cirurgia como um procedimento padronizado. O cirurgião Claudio Birolini, que acompanha o ex-presidente, explicou que a operação deve durar de três a quatro horas e que a previsão é de cerca de cinco dias de internação. Embora tenha ponderado que toda cirurgia envolve riscos, o médico afirmou que o quadro atual é menos complexo do que intervenções anteriores enfrentadas pelo ex-presidente.

“É um procedimento eletivo, muito mais simples do que a cirurgia

de abril, que ocorreu em um cenário de emergência, em um abdome já bastante operado”, argumentou.

Esta será a oitava cirurgia de Bolsonaro desde o atentado a faca sofrido durante a campanha presidencial de 2018, em Juiz de Fora (MG). Desde então, ele passou por uma série de procedimentos relacionados a complicações intestinais e aderências abdominais. Agora, o foco é a correção de uma hérnia inguinal bilateral, diagnosticada por perícia da Polícia Federal.

Pouco depois da chegada do ex-presidente ao DF Star, Michelle

Bolsonaro publicou nas redes sociais que já estava no hospital para acompanhar o marido. Na mensagem, pediu orações. “Chegando ao DF Star para acompanhar a internação do meu amor. Peço intercessão e orações por ele e por toda a equipe médica”, escreveu. A ex-primeira-dama também informou que ficará sem celular durante a permanência no quarto, em razão das restrições impostas pela decisão judicial.

A data do procedimento foi definida de forma a permitir que Bolsonaro passe a noite de Natal com



Estou em um espaço público, vou tentar olhar para ele. É o que me resta fazer. Para mim, isso é um presente de Natal”

Carlos Bolsonaro, ex-vereador, sobre a proibição de acompanhar o pai



É um procedimento eletivo, muito mais simples do que a cirurgia de abril, que ocorreu em um cenário de emergência, em um abdome já bastante operado”

Claudio Birolini, cirurgia

Michelle no hospital. Apesar disso, a rotina do ex-presidente seguirá rigidamente controlada pela PF. Ele permanecerá sob vigilância 24 horas por dia, e qualquer alteração no regime de visitas ou de acompanhamento dependerá de autorização expressa do Supremo Tribunal Federal.

Políticos trocam chineladas

» RAFAELA BOMFIM*
» PEDRO JOSÉ*

A repercussão da campanha publicitária da Havaianas estrelada pela atriz Fernanda Torres ultrapassou o campo do marketing e entrou no debate político nacional. O comercial, em que a artista afirma que não deseja que o público comece o ano com o pé direito, mas “com os dois pés”, foi associado por grupos bolsonaristas a uma crítica ideológica à direita e motivou manifestações de figuras políticas.

O deputado cassado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foi o primeiro a reagir publicamente à campanha das Havaianas e publicou um vídeo no Instagram no qual aparece jogando um par de sandálias da marca no lixo. Ele declarou ter se decepcionado com a escolha da garota-propaganda, a quem classificou como “declaradamente de esquerda”. Ao criticar a mensagem da campanha, afirmou que a referência a não começar o ano com o pé direito “não foi por acaso” e concluiu que “o pé direito e o esquerdo estão no lixo”.

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) também entrou no discurso incorporado por parlamentares da oposição. Na rede social X, Nikolas publicou uma mensagem com um trocadilho sobre o slogan da marca. “Havaianas, nem todo mundo agora vai usar”, escreveu.

Já o ex-deputado federal Alexandre Frota, por sua vez, decidiu transformar o episódio em uma ação de doação de chinelos recolhidos que foram descartados nas ruas. Em vídeos publicados nas redes sociais, ele criticou o desperdício e relatou que tem percorrido pontos da cidade de São Paulo para recolher os pares jogados fora.

Segundo Frota, “se é pé esquerdo ou direito, só quem precisa, sabe, e o desperdício neste país é enorme”. Ele afirmou que a iniciativa surgiu após observar vídeos de pessoas descartando sandálias por motivação política. Ele declarou que pretende higienizar e reformar os produtos antes de entregá-los. “Nós iremos lavar e reformar essas Havaianas e entregar para pessoas que necessitam de um calçado, porque ainda tem muita gente descalça nesse país”, frisou o

Reprodução/Instagram/@havaianas



Campanha da Havaianas, com Fernanda Torres, deflagrou embates

ex-parlamentar, relatando que cerca de 30 pares já foram recolhidos.

Nos registros publicados, Frota aparece lavando e embalando os chinelos que serão entregues como presente de Natal. Em outra postagem, ele reforçou o apelo para que as pessoas evitem o desperdício: “Se você não quer usar por questões políticas, doe para quem precisa e quer usar”.

A postagem repercutiu nas redes sociais e foi incorporada ao debate político por integrantes do governo. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, publicou um vídeo no Instagram durante a inauguração de um hospital em Imperatriz, no Maranhão, e aproveitou o tema para defender o Sistema Único de Saúde.

No registro, Padilha afirmou que “pé direito, não. Pé esquerdo, não. Vou entrar logo com os dois”. E disse que “não importa se você vai usar Havaianas ou Ipanema, o que importa é que o SUS está aberto para todos”.

No X, a deputada Erika Hilton (PSol-SP) ironizou a reação

de bolsonaristas. Na publicação, questionou “como assim os bolsonaristas tão cancelando até as Havaianas?” E associou a sandália à ideia de liberdade, afirmando que representa a possibilidade de circular “sem nada preso no tornozelo e ir para onde quiser sem pedir autorização pra ninguém”.

A deputada Julia Zanatta (PL-SC) também utilizou o episódio para atacar a colega Erika Hilton em resposta ao comentário feito pela psolista. Em vídeo, Zanatta afirmou que a parlamentar teria “o maior casco” do Congresso Nacional e ironizou o debate sobre o uso das sandálias.

Já o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que pretende comprar sandálias da marca e declarar que “quem é brasileiro sabe o que é bom”, acrescentando que “democracia é valor que não se negocia”, ao relacionar o episódio ao ambiente político e ao debate público nas redes.

*Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa

Doe seu IR

Até 26/12

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar até 6% do seu Imposto de Renda – seja a pagar ou a restituir – para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.



Contamos com o seu apoio!
doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 (41) 99962-4461



PODCAST DO CORREIO

Cristovam vê risco no futuro do Cidadania

Vice-presidente da legenda questiona ação para destituir Comte Bittencourt

» PEDRO JOSÉ

Para Cristovam Buarque, o Cidadania passa por uma crise de identidade, dividido entre as origens esquerdistas e uma aproximação circunstancial com a direita. Vice-presidente da legenda, o ex-governador do Distrito Federal analisou o atual momento do partido e a conjuntura política no *Podcast do Correio*. Em conversa com os jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Samanta Sallum, Cristovam explicou que a divisão interna no Cidadania reflete uma disputa ideológica que se arrasta há anos dentro da legenda.

Segundo Cristovam, a legenda, que tem origem no antigo Partido Comunista Brasileiro, passou por transformações após o fim da União Soviética, mas manteve, por longo período, vínculos com o campo progressista. Esse cenário começou a se alterar, de acordo com ele, há cerca de cinco anos, quando ocorreu um processo de alinhamento com a direita. “O Cidadania é um partido que vem da família da esquerda. A partir de um certo momento, começou uma mudança em direção a uma direitização do partido. O Roberto Freire levou o partido para a direita”, afirmou.

A divergência teria sido resolvida há dois anos, quando o diretório nacional substituiu Roberto Freire pelo ex-deputado Comte Bittencourt. Essa decisão, segundo Cristovam, reposicionou o partido no campo da centro-esquerda. “Essa disputa ideológica teve uma solução, quando a maioria expressiva do diretório substituiu Roberto Freire pelo Comte Bittencourt, que conseguiu trazer o partido para uma posição progressista”, disse.

O cenário mudou novamente em novembro deste ano. Uma decisão judicial invalidou a ata da eleição interna convocada a partir de um pedido de licença por tempo indeterminado apresentado por Roberto Freire. Com isso, Freire reassumiu a presidência do partido.

Para Cristovam, trata-se de uma mudança que ignora a decisão política do diretório. “Substituiu-se burocraticamente, cartorialmente, um presidente eleito pelo diretório por um que representava o passado do partido”, afirmou.

Lado bolsonarista

Atualmente, Roberto Freire ocupa a presidência do Cidadania por força dessa decisão, que ainda pode ser revertida. O caso está sob análise do Supremo Tribunal Federal, com relatoria do ministro Gilmar Mendes. Cristovam avalia que o retorno de Freire inviabiliza alianças estratégicas e altera o rumo político da legenda. “Eles ganharam para levar o partido para o lado bolsonarista, com toda certeza”, declarou o vice-presidente do Cidadania, ao comentar as articulações com setores ligados ao Republicanos e ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato”

Pedro Mesquita/CB/D.A Press



“O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro”

Segundo Cristovam, o impasse jurídico bloqueia a construção de uma frente mais ampla no campo progressista. “O fato é que hoje está barrada a nossa marcha em direção a uma grande composição de centro-esquerda e esquerda, apoiando o Lula para presidente”, afirmou.

O ex-ministro da Educação também relatou que, com a nova direção, houve isolamento de dirigentes e paralisação de atividades internas. “Eu, por exemplo, sou um vice-presidente nacional e não tenho nenhum contato com nada. Cortaram todas as verbas da fundação; os servidores não recebem nem salário”, denunciou.

Diante do cenário, Cristovam condicionou sua eventual candidatura para deputado federal em 2026 à definição do comando partidário. Ele afirmou que não disputará mandato caso Roberto Freire permaneça à frente do Cidadania. “Eu me dispus a ser candidato a deputado federal, que é o que interessa ao partido. Agora, se de fato vem o Roberto Freire com a cobertura da Justiça, eu não tenho o menor interesse em ser candidato. Não serei candidato, até porque o partido vai estar na família da direita e não é a minha família”, afirmou.

Projeto nacional

Ao analisar a conjuntura política, Cristovam avaliou que o Brasil enfrenta uma crise mais profunda, marcada pela ausência de um projeto nacional de longo prazo. Para ele, apesar de indicadores econômicos e sociais estarem sob controle, falta uma visão de futuro. “O país está realmente em crise. A descrença é uma crise nacional. O Brasil hoje não tem o rumo para onde vai. O presidente Lula é um



Aponte a câmera para o QR Code e assista ao *Podcast do Correio*

governo do presente, administrando a própria crise e sem esperança para o futuro”, avaliou.

O ex-petista também criticou a dificuldade da esquerda em atualizar o discurso e dialogar com temas contemporâneos. Para ele, conceitos políticos foram reduzidos a rótulos associados ao petismo e ao bolsonarismo. “Progressista e conservador virou petista e bolsonarista. Nós, da esquerda, fracassamos em um discurso que satisfaça o eleitor”, admitiu.

Em relação às eleições do próximo ano, o ex-senador acredita que a direita pode voltar ao poder caso apresente um candidato desvinculado do bolsonarismo. Também afirmou que a vitória de Lula em 2022 esteve ligada à ampliação de alianças, como a do vice-presidente Geraldo Alckmin.

Cristovam disse, por fim, esperar que o Cidadania retome um projeto político alinhado ao campo progressista e capaz de contribuir para um debate nacional mais amplo. Segundo ele, sem uma definição clara de rumos, tanto o partido quanto o país permanecem presos a disputas imediatistas, sem horizonte de longo prazo.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula ganha de Motta presente de Natal de R\$ 20 bi em aumento de receita

Quem estava lá até estranhou o clima de jingle bell no Palácio do Planalto entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — que andavam se estranhando —, na posse do novo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, indicado pelo União Brasil. Ele ocupa a vaga do deputado Celso Sabino (PA), que foi expulso da legenda por insistir em permanecer no cargo quando o partido decidiu derivar à oposição. Com a sigla dividida, uma ala decidiu manter o apoio ao governo.

O paraibano é filho do líder da bancada negra da Câmara, Damiano Feliciano (União-PB), e é aliado de Motta, que tenta melhorar sua relação com o Planalto em busca de apoio político de Lula. De olho nas eleições de 2026, o presidente da Câmara pretende lançar o pai, Nabor Wanderley, ao Senado. Mas não é só isso. A reaproximação com Lula veio embalada por uma decisão do Congresso na qual a governo terá um aumento de arrecadação da ordem de R\$ 20 bilhões, negociado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A moeda de troca de Haddad foi aceitar o dispositivo que previa a “revalidação” de restos a pagar não processados inscritos desde 2019 — inclusive aqueles já cancelados —, permitindo sua quitação até o fim de 2026. Na prática, o artigo abria caminho para a reativação das emendas de relator (RP-9), núcleo do chamado orçamento secreto, declarado inconstitucional pelo STF em 2022 por falta de transparência e critérios objetivos.

Mas faltou combinar com o ministro Flávio Dino, que detonou os restos a pagar, mas não o aumento de impostos, que reforça o caixa federal em aproximadamente R\$ 20 bilhões para 2026. A proposta central era elevar a carga tributária sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), mas seu impacto atinge diretamente diversos setores econômicos. O bilionário “presente” de Natal foi vendido como recomposição fiscal e reforço de caixa para 2026, porém nasce do tradicional acordo de fim de ano no qual o Congresso entrega arrecadação e cobra, em troca, governabilidade orçamentária.

O PLP 128/2025 promove um corte linear mínimo de 10% em benefícios federais (tributários, financeiros e creditícios) e aumento de tributação sobre apostas esportivas (bets) e instituições financeiras de menor porte (fintechs), além de ajustes que atingem também o JCP. Haddad aceitou “a moeda” mais sensível para o Parlamento: a tentativa de reabrir o cofre dos restos a pagar antigos, revalidando despesas empenhadas e não pagas desde 2019, inclusive canceladas, para quitação até o fim de 2026. Esse dispositivo funcionava como túnel de retorno para práticas associadas às emendas de relator (RP-9), o coração do orçamento secreto derrubado pelo STF em 2022 por déficit de transparência e critérios. E foi exatamente essa porta que Flávio Dino decidiu trancar, suspendendo o trecho que reativava as emendas canceladas.

Reação empresarial

O resultado político é ambíguo. De um lado, Dino preserva sua linha de contenção das “gambarras” orçamentárias e sinaliza que o Supremo continuará patrulhando jabutis que reconstruam, por atalhos, mecanismos sem transparência de alocação de recursos. De outro, ao não atingir o aumento de carga tributária, a decisão corta o prêmio político do Legislativo, o controle de restos a pagar, e mantém o bônus fiscal do Executivo, a receita extra. A conta do ajuste vai para a indústria, o agro e os serviços. São setores com capacidade de vocalização e lobby, que já estão recorrendo ao STF. Criticam o “ajuste pelo lado da arrecadação” e a insegurança jurídica.

O agro ataca o PLP 128/2025 pelo corte linear de benefícios, lista impactos em cadeia (insumos, frete, armazenagem, beneficiamento, crédito presumido) e projeta inflação de alimentos. “Não é o rico que paga, é o preço que sobe”, criticam. A indústria mira a Lei 15.270/2025, que alterou as regras de lucros e dividendos e instituiu retenção na fonte de 10% sobre dividendos acima de R\$ 50 mil no mês (a partir de 2026), além de desenhar uma tributação mínima para altas rendas (com base no ano-calendário de 2026).

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) sustenta que o Congresso tentou evitar a retroatividade “pura” ao criar exceções para lucros apurados até 2025, porém amarrou a exceção a condições consideradas inexequíveis: aprovar a distribuição até 31 de dezembro de 2025 e fixar, nessa mesma deliberação, termos “originalmente previstos” para pagamento, sem margem para ajustes. A CNI critica a violação da anterioridade, aponta irretratividade e alega insegurança jurídica. Argumenta junto ao STF que não se pode tributar fatos do mesmo exercício com mudança aprovada no fim do ano.

Governo e Congresso acreditam que a recomposição é uma medida responsável para 2026, de olho no arcabouço fiscal; o setor produtivo considera uma combinação explosiva de aumento de carga e instabilidade regulatória. No fundo, a reaproximação entre Executivo e Legislativo é um pacto de sobrevivência para 2026. Motta precisa operar a Câmara sem paralisação; Lula, evitar que cada votação vire uma crise. Os dois costuram uma aliança na Paraíba. Entretanto, esse acordo custa caro e distribui custos de forma desigual, para o setor produtivo e os consumidores.

ELEIÇÕES 2026

TSE ouve a sociedade antes de resoluções

» EDUARDA ESPOSITO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) marcou três dias de audiências públicas, em fevereiro do ano que vem, para ouvir a sociedade civil, especialistas, entidades e cidadãos com o objetivo de melhorar as resoluções da Corte para as eleições gerais de 2026. Os encontros serão organizados pelo Grupo de Trabalho instituído, este mês, pela presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, por meio da portaria Nº 575 de 15 de dezembro de 2025.

Na medida, a presidente definiu como serão feitas as revisões

das resoluções eleitorais e também nomeou os integrantes do GT, que é coordenado pelo vice-presidente da Corte, ministro Nunes Marques, que também é o relator das instruções normativas. É responsabilidade do grupo de trabalho elaborar o texto-base de minuta de instrução para as eleições do ano que vem que deve abordar: o calendário eleitoral de 2026; os atos gerais do processo eleitoral; e o cronograma operacional do Cadastro Eleitoral.

Além disso, o grupo deverá realizar estudos relativos a leis, projetos de lei, resoluções, normas e

todo dispositivo legal que possa impactar ou subsidiar a revisão das resoluções permanentes e a elaboração das minutas de resoluções pretendidas. Outra prerrogativa do GT é realizar estudos voltados à definição de requisitos e procedimentos relativos às eleições gerais de 2026.

O Grupo de Trabalho reúne membros do Ministério Público Eleitoral (MP Eleitoral) de oito estados: Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Roraima, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba e Maranhão, além de integrantes auxiliares da Procuradoria-Geral Eleitoral

(PGE). De acordo com o TSE, “a composição plural permite reunir diferentes experiências regionais para a análise das normas que vão orientar o processo eleitoral em todo o país”.

As audiências públicas ocorrerão entre 3 e 5 de fevereiro com os debates organizados por eixos temáticos. Nos dias 3 e 4, a partir das 10h, as audiências tratarão de pesquisas eleitorais, auditoria e fiscalização, sistemas eleitorais, atos gerais do processo eleitoral, registro de candidaturas e prestação de contas. No dia 5, às 11h, a pauta incluirá propaganda eleitoral.

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Para entender

Ailton de Aquino era o diretor do BC mais favorável à operação de venda do Master para o BRB. O diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução, Renato Dias Gomes, mostrava-se resistente. Daniel Vorcaro está em prisão domiciliar, em São Paulo, desde o mês passado. Segundo a Polícia Federal, há indícios de R\$ 12,2 bilhões em fraudes no sistema financeiro.

Ninguém quer

A opinião pública será decisiva para a elaboração e possível aplicação de um código de conduta para os ministros de Supremo Tribunal Federal (STF). O presidente da Corte, Edson Fachin, o mais empolgado com a proposta, tem tentado blindar a imagem do Judiciário por causa da série de ataques e críticas da população nos últimos anos. Apenas a ministra Cármen Lúcia está do seu lado nessa briga. A maior parte dos integrantes da instituição rejeita a ideia, pois argumenta que há regras no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o assunto. Para Fachin, no entanto, as normas não são tão claras. A discussão reacendeu após a suspeita do envolvimento de magistrados no escândalo do Banco Master.

Todos perdem

Parlamentares do Centrão resistem em apoiar a oposição no novo pedido de impeachment de Alexandre de Moraes tendo por base a atuação dele no caso Master. A avaliação dos líderes é de que esse é um balaio que atinge muito mais os deputados e senadores que disputarão a reeleição em 2026 do que o próprio magistrado e sua mulher, a advogada Viviane Barci.

Mudanças à vista

O presidente Lula tem dito a aliados que a reforma ministerial, para a disputa das eleições de 2026, é a sua prioridade. Ele quer colocar o bloco na rua com os melhores nomes nos estados para aumentar os seus palanques. O problema é combinar com os russos. Os diretórios estaduais do Partido dos Trabalhadores têm seus próprios planos para o ano que vem.

Vorcaro e PHC cara a cara

Faltando pouco para acabar o ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli movimentou o caso do Banco Master. O magistrado determinou, nesta quarta-feira, véspera de Natal, uma acareação entre o presidente da instituição, Daniel Vorcaro, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique

Costa e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino Santos. O procedimento ocorrerá de forma virtual, na terça-feira da semana que vem. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, também se colocou "à disposição" da Corte para prestar esclarecimentos sobre a liquidação da empresa.



Vai ficar

Especialistas do direito migratório afirmam que Eduardo Bolsonaro deve permanecer nos Estados Unidos por enquanto. Como o ex-deputado entrou no país de forma regular, não há risco de uma deportação apenas com o cancelamento do passaporte diplomático e sem violação das leis estadunidenses.

Sem chance

Contudo, caso o filho do ex-presidente saia dos EUA e tente retornar, ele deverá fazê-lo com seu passaporte pessoal e seguir as regras de migração cabíveis. O documento diplomático, que garante uma certa agilidade quando justificada a viagem a trabalho, não está mais disponível para o ex-parlamentar.

Reprodução/Redes sociais



Simplem em foco

O Conselho Federal da OAB ingressou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para contestar a interpretação da Receita Federal que pretende aplicar às sociedades do Simples Nacional o novo regime de tributação de dividendos. A entidade alega violação à Constituição e à Lei Complementar 123/2006, que garantem isenção de IR para micro e pequenas empresas.

Direito de defesa

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acolheu parcialmente pedido da OAB Nacional e da seccional de Santa Catarina, recomendando ao Tribunal de Justiça catarinense que assegure a realização de sustentações orais síncronas, presenciais ou por videoconferência, sempre que houver solicitação tempestiva. A medida reforça que o direito à sustentação em tempo real é uma garantia processual da advocacia. A decisão liminar foi do conselheiro Marcello Terto e será submetida ao Plenário do CNJ.

Boas festas

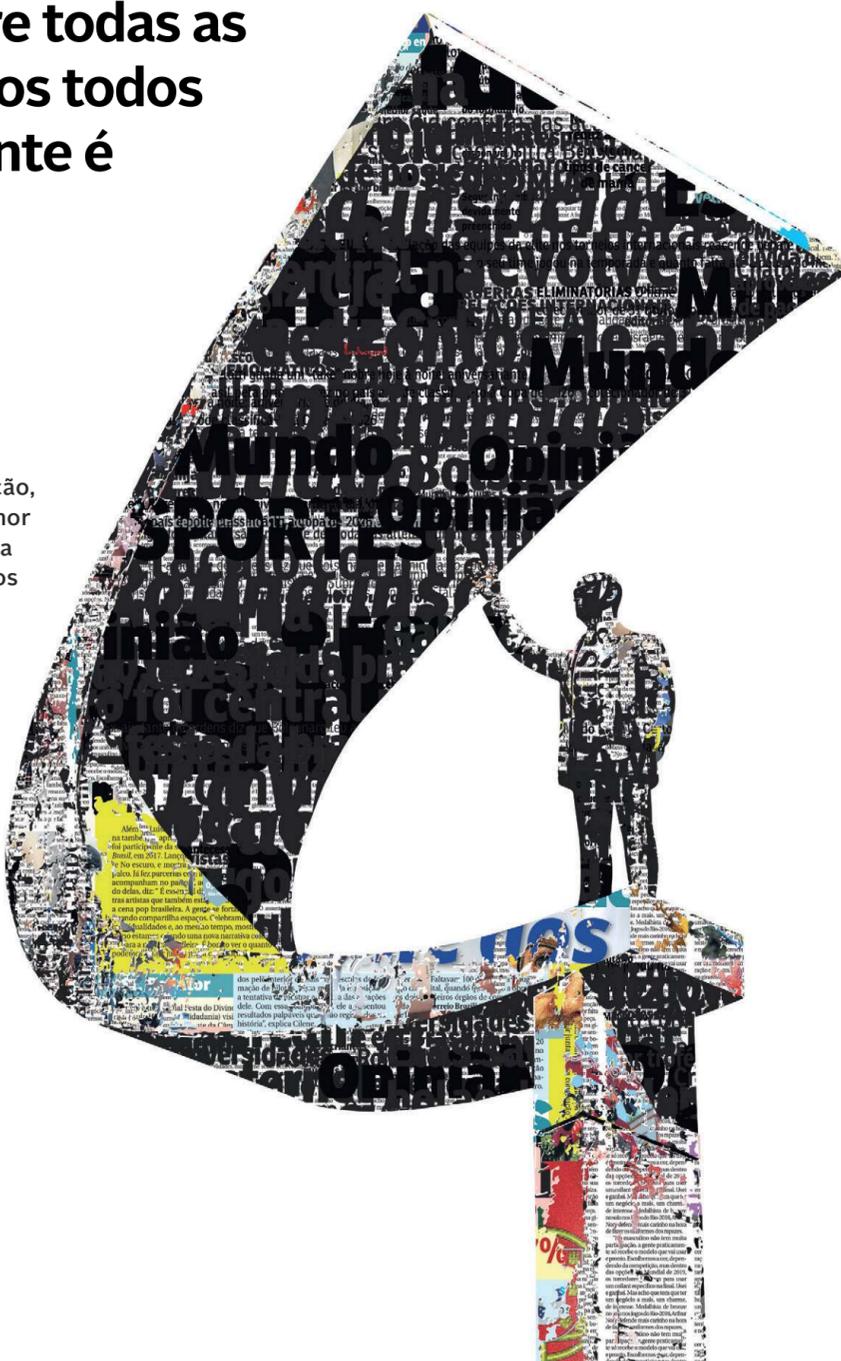
A coluna deseja um feliz Natal para os leitores, que a ceia seja farta e repleta de amor e esperança. Que Papai Noel deixe de presente mais respeito para todos.

Neste final de ano, entre todas as palavras que escrevemos todos os dias, a mais importante é “esperança”.

Boas festas, Brasília!

Ao longo do ano, muitas palavras disputaram atenção, sentido e verdade. Agora é tempo de escolher melhor cada uma delas. As que unem, esclarecem e fazem a cidade avançar. O Correio Braziliense trabalha todos os dias para ter sempre a palavra certa para você.

Correio Braziliense. Desde 1960, a palavra que acompanha Brasília.



www.correio braziliense.com.br

CORREIO BRAZILIENSE Jornalismo de verdade.



COP30

Brasil no centro da agenda climática global

Apesar da ausência de potências como os EUA, presidência brasileira conseguiu manter vivo o plano de transição energética. No entanto, especialistas alertam que ainda há desafios significativos para avançar na redução de emissões

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), realizada em novembro em Belém, marcou o início da coordenação brasileira nos debates globais sobre o tema até a próxima edição, na Turquia, em 2026. Especialistas, porém, alertam que ainda há muito a ser feito.

O evento na capital paraense reforçou a urgência de debater os impactos do aquecimento global, que tornam as tragédias climáticas mais frequentes. Porém, a ausência de diversos países — especialmente os Estados Unidos — gerou frustração quanto à agenda para cumprir o Acordo de Paris, cujas metas ainda estão longe de ser atingidas.

“O governo brasileiro estava preparado para esse cenário, porque não foi uma COP em que se resolve tudo, mas ela impediu um retrocesso maior, que poderia acontecer”, avalia Gustavo Tosello Pinheiro, associado-sênior do think tank climático Third Generation Environmentalism (E3G).

Para ele, seguindo as tradições da ECO92 e da Rio+20, a COP30 deu sinais daquilo que será preciso ser entregue até 2033. “A conferência organizou a agenda e traz alguns avanços, mas escancara os desafios que teremos pela frente para a transição energética”, alerta. “O maior resultado foi que o multilateralismo ainda pode acontecer e Belém evitou um cenário de desarticulação do sistema climático global, ainda que não tenha grandes resultados”, frisa.

Na avaliação de Pinheiro, o texto final do acordo, embora não tenha incluído menções aos combustíveis fósseis, representa um resultado significativo. Segundo ele, o conteúdo também refletiu a influência da Arábia Saudita — um dos maiores produtores de petróleo do mundo — que manteve um dos maiores estandes na Zona Azul da COP30.

“O pacote de Belém não coloca o planeta na trajetória da meta de 1,5º Celsius prevista no Acordo de Paris, mas cria alguns ganchos que

Ricardo Stuckert / PR



Apesar de contradições, como a exploração da Foz do Amazonas, especialistas avaliam que Lula mantém imagem de líder climático

o processo continue acontecendo para chegarmos a essa meta até o fim do século”, ressalta. Ele recorda que, há três anos, o mundo tem registros em torno de 2,5º C, e isso começa a se consolidar, o que coloca mais pressão para uma ação no futuro. “Mas, realmente, estamos apenas correndo atrás do prejuízo”, lamenta.

Fundo

A aposta do governo é fortalecer o Fundo Internacional para as Florestas Tropicais (IFFF na sigla em inglês) e impulsionar um “mapa do caminho global” para a redução da dependência de combustíveis fósseis, mas há dúvidas em relação a essa agenda.

Especialistas afirmam que o desempenho do Brasil na cúpula pode afetar a imagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a complexa política interna,

marcada por discursos ambientais ambiciosos no exterior e decisões controversas, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas e a pressão sobre biomas ameaçados.

O ambientalista Daniel Nepstad, doutor em ecologia florestal pela Universidade de Yale e diretor-executivo e fundador do Earth Innovation Institute (EII) — instituto de pesquisa aplicada que implementou no Brasil, Colômbia, Indonésia e Peru a “abordagem jurisdicional” para o desenvolvimento socialmente inclusivo e positivo para as florestas nas regiões de floresta tropical — considerou a realização da COP30 em Belém “super importante”.

Segundo Nepstad, o evento foi a primeira conferência climática dos trópicos com grande representação indígena. No entanto, ele reconheceu que houve poucos avanços concretos durante a cúpula. “Foi

muito bonito de ver a interação entre os representantes com mais de 2 mil indígenas dentro da Zona Azul, mas, em termos concretos, a COP que deveria ser a COP da implementação da rota do caminho para a transição dos combustíveis fósseis e do fim do desmatamento, não teve uma decisão final”, afirma.

O cientista também lamentou o fato de o acordo final não ter mencionado combustíveis fósseis no texto, como se houvesse alternativa. “Acho que cada vez mais, o progresso vai se impor. Temos a China com essa agenda global de mitigação dos combustíveis fósseis, que está catalisando a energia limpa, e três governos estaduais brasileiros manifestaram interesse em parcerias com os chineses”, diz.

Nepstad fez ressalvas em relação ao IFFF, lançado pelo governo brasileiro durante a cúpula de líderes, que tem meta de arrecadar US\$ 25 bilhões. Para ele, esse

fundo ainda deve demorar vários anos para ser estruturado e, com isso, o governo perdeu a oportunidade de mostrar aos investidores em Belém que existem estados brasileiros preparados para entrar no mercado de carbono, que foi regulamentado em 2024.

Em sua avaliação, ainda é difícil tornar os sistemas de mercado de carbono compreensíveis para o público em geral. “A COP era o momento para mostrar que existem 10 estados brasileiros que estão caminhando para emitir créditos de carbono. Foi uma oportunidade perdida, mas o governo brasileiro ainda tem 10 meses à frente da COP30 para corrigir isso”, considera.

De acordo com ele, esses estados podem atrair entre US\$ 10 bilhões e US\$ 21,6 bilhões até o fim de 2030, valores que poderiam começar a ser captados a partir de 2026 caso existam programas estruturados. “Infelizmente, não se

falou disso na COP30 entre os porta-vozes, mas ainda dá tempo para o governo brasileiro recuperar essa agenda”, lamenta.

Foz do Amazonas

Para Stela Herschmann, especialista em política climática do Observatório do Clima, essas contradições não anulam a capacidade do Brasil de exercer influência internacional. Segundo ela, o líder brasileiro conseguiu preservar sua imagem. “O Lula manteve ali a sua imagem de líder climático quando falou do mapa do caminho global”, diz.

Ainda assim, Herschmann reconhece que a exploração de petróleo na Amazônia representa um risco concreto para as metas climáticas. “A Foz do Amazonas é um problema para o clima. Vai ser muito mais difícil conseguir limitar o aumento da temperatura em 1,5º C se for encontrado petróleo ali e se a gente explorar”, alerta. Para a especialista, a abertura de novas frentes de extração vai na contramão do esforço necessário para conter o aquecimento global.

Ela pondera, contudo, que o problema não é exclusivo do Brasil. “Os outros países também não estão parando. A Inglaterra tem um compromisso de não abrir novas frentes, mas isso ainda é exceção”, observa. Daí a importância, segundo ela, de um compromisso coletivo. “A gente precisa desse comprometimento de todos os países. Por isso esse mapa do caminho global é tão importante, porque ele vai discutir exatamente isso.”

Daniel Nepstad também considera preocupante a exploração de petróleo próxima à floresta amazônica. “O Brasil poderia avançar na transição energética, aproveitando sua matriz limpa, mas a abertura na Foz do Amazonas é contraditória em relação à agenda florestal”, afirma. Ele acrescenta que, globalmente, não existem condições para que países produtores de petróleo deixem de explorá-lo sem comprometer a competitividade, como tentou a Colômbia, e o impacto disso ainda é incerto.

Multilateralismo em xeque

No plano global, especialistas destacam os limites do modelo multilateral de decisões por consenso. “O regime multilateral tem um limite. O consenso leva sempre ao mínimo denominador comum, e isso não acompanha a velocidade e a urgência da crise climática”, afirma Stela Herschmann, do Observatório do Clima, sobre os resultados da COP30.

Apesar dos avanços desde o Acordo de Paris — a estimativa de aquecimento global caiu de mais de 4 ºC para cerca de 2,5 ºC —, Herschmann alerta que é preciso acelerar ainda mais as ações. Ela ressalta que o mercado tem reagido a sinais políticos, como a disseminação de energias renováveis, mas que essa resposta ainda é insuficiente frente à crise e à complexidade da articulação internacional.

“É plenamente possível conciliar desenvolvimento econômico com metas climáticas ambiciosas”, afirma, destacando não apenas os benefícios ambientais, mas também os ganhos geopolíticos da transição energética e a urgência



O regime multilateral tem um limite. O consenso leva sempre ao mínimo denominador comum, e isso não acompanha a velocidade e a urgência da crise climática”

Stela Herschmann,
especialista em política climática do Observatório do Clima

de realocar subsídios públicos para soluções sustentáveis e de longo prazo.

Luciana Nicola, diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Itaú Unibanco, elogia a atuação do presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago, nas negociações e destaca que um passo importante para essa meta foi dado na direção da reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

“O Brasil foi muito habilidoso em acolher os pontos de outros

países e o embaixador André Corrêa do Lago teve um papel bem importante para conseguir avançar com a pauta. Isso foi um sinal muito positivo para negociarem o que interessa”, acrescenta. Na avaliação da executiva, a COP30 demonstrou o protagonismo do setor privado na agenda de transição climática, especialmente por meio de soluções para a descarbonização da economia.

Ao todo, 195 delegações compareceram a Belém, mais de 42 mil pessoas acessaram a Zona Azul e

um impressionante número de 294 mil pessoas participaram da Zona Verde e de eventos paralelos, recordou Nicola. “Isso demonstra que esta foi uma COP com forte participação da sociedade civil e em especial de empresas”, destaca.

Para Alexandre Prado, do WWF-Brasil, a COP30 apresentou resultados mistos. “Tem o copo cheio e o copo vazio”, diz, lembrando avanços simbólicos, como a maior participação de atores vulneráveis, mas também os limites claros impostos pelo espaço formal de negociações da UNFCCC (Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima).

Prado elogia o papel da presidência brasileira na coordenação internacional da conferência, mas aponta contradições internas que podem comprometer a credibilidade do país, como o avanço da exploração da Foz do Amazonas.

Para acelerar a transição energética, ele defende a eliminação de subsídios a combustíveis fósseis, o incentivo a energias renováveis e a eletrificação do

Bruno Peres/Agência Brasil



Executivos elogiam a atuação do embaixador André Corrêa do Lago

transporte. “As alternativas existem e precisam ganhar escala. O incentivo deve ir para renováveis, não para a produção de petróleo e gás”, conclui Prado.

O debate evidencia que, embora o Brasil tenha conquistado

protagonismo internacional e registrado avanços simbólicos, o grande desafio permanece: alinhar políticas internas e compromissos multilaterais de forma consistente, fortalecendo sua liderança climática na COP31 e além. (RG e RH)



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 25 de dezembro de 2025

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,46% São Paulo	157.923	R\$ 5,531 (-0,95%)	17/dezembro 5,523 18/dezembro 5,523 19/dezembro 5,529 22/dezembro 5,584	R\$ 6,522	14,90%	14,90%	Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18



Renda fixa lidera investimentos em 2025

Selic a 15% ao ano beneficiou investidores de perfil conservador, que obtiveram retornos expressivos. Em 2026, queda gradual da taxa de juros exigirá mais planejamento, diversificação e ajustes estratégicos nas carteiras

» FERNANDA STRICKLAND

O ano de 2025 deve ser lembrado como um período especialmente favorável aos investidores de perfil conservador no Brasil. Com a taxa básica de juros (Selic) mantida em patamar elevado ao longo de praticamente todo o ano — em 15% desde junho —, os ativos de renda fixa apresentaram retornos expressivos, frequentemente superando alternativas de maior risco, como ações e outros instrumentos da renda variável.

A combinação de juros elevados com uma inflação em desaceleração colocou o país entre os mercados com maior juro real do mundo, fortalecendo a preferência por investimentos voltados à segurança, à previsibilidade e à preservação do patrimônio.

Segundo o economista Otto Nogami, professor do Insper, este ano reforçou uma lição clássica do mercado financeiro: não existe investimento universalmente bom, mas aquele adequado ao perfil do investidor e ao momento econômico.

“O ano de 2025 foi marcado por um ambiente financeiro relativamente mais favorável ao investidor conservador. Com a taxa Selic elevada durante boa parte do período, aplicações de renda fixa entregaram retornos expressivos, muitas vezes superiores aos obtidos por ativos de maior risco”, afirmou.

Para 2026, ele avalia que o cenário começa a se desenhar de forma distinta. “A expectativa de início do ciclo de redução dos juros, sinalizada pelo Banco Central, tende a alterar o equilíbrio entre risco e retorno, exigindo mais planejamento e diversificação, sobretudo para quem está começando a investir agora”, pontuou Nogami.

Esse movimento também é apontado pelo economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo. Segundo ele, a política monetária restritiva adotada pelo Banco Central foi decisiva para o desempenho do mercado. “Foi um ano muito positivo para a renda fixa, com menos risco e mais rentabilidade, favorecida pela Selic em torno de 15% e por uma inflação em desaceleração. Esse cenário colocou o juro real brasileiro entre os maiores do mundo”, disse.

Entre as alternativas mais indicadas para o próximo ano, Bergo aponta os títulos isentos de Imposto de Renda, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Letras de Crédito Imobiliário (LCIs), que permanecem atrativas apesar do período de carência. Para quem prioriza liquidez imediata, a poupança pode cumprir um papel pontual, embora ofereça rentabilidade inferior a outras opções disponíveis, como o Tesouro Direto.

“O caminho natural é começar pelo Tesouro Direto, avançar para fundos de investimento atrelados ao CDI e CDBs de grandes bancos, sempre observando a garantia do Fundo Garantidor de Créditos,

Turbine seus ganhos

Confira as melhores modalidades para investir, segundo especialistas consultados pelo Correio

1. Renda fixa pós-fixada

(Tesouro Selic, CDBs pós)

É uma modalidade importante, sobretudo como reserva de liquidez. Embora os retornos tendam a cair com os juros altos, esses produtos ainda oferecem segurança e previsibilidade. Isso porque protegem o investidor em momentos de incerteza e permitem realocação rápida conforme mudanças no cenário.

2. Renda fixa prefixada e atrelada à inflação

Títulos prefixados e indexados ao IPCA ganham atratividade à medida que os juros se aproximam do pico e começam a cair. Por quê? O investidor que fixa taxas elevadas antes da queda dos juros pode obter ganhos relevantes no médio e longo prazo, especialmente em títulos de inflação de prazo mais longo.

3. Fundos imobiliários (FIIs)

Após anos pressionados por juros altos, os FIIs tendem a se beneficiar de um ambiente de juros mais baixos. A redução do custo de capital melhora o valor dos ativos imobiliários e torna os rendimentos mais atraentes em comparação à renda fixa.

4. Ações e ETFs

Investidores dispostos a assumir mais risco podem escolher ações e fundos de índice, como o IPCA. Juros mais baixos favorecem o crescimento das empresas, reduzem o custo de financiamento e aumentam a atratividade da renda variável no longo prazo.

5. Investimentos no exterior

A diversificação internacional permanece uma estratégia relevante. Essa opção protege o investidor contra riscos locais, oscilações cambiais e instabilidades políticas e fiscais domésticas.

que cobre até R\$ 250 mil por CPF”, orientou. Ele também ressaltou a importância de evitar instituições mais arriscadas e de não concentrar recursos sem avaliar a solidez do emissor.

Os fundos imobiliários também entram no radar para 2026, especialmente em um ambiente de queda de juros. “Com juros menores, há uma tendência de valorização dos imóveis. Comprar um imóvel diretamente é pesado e tem baixa liquidez, mas os fundos imobiliários oferecem liquidez diária”, disse Bergo, ressaltando a necessidade de analisar com cuidado a carteira de cada fundo.

Na prática, títulos atrelados ao CDI, Tesouro Selic, CDBs, LCIs e LCAs concentraram grande parte dos aportes ao longo do ano. O economista Leonardo Baldez resume o período como “o ano dos juros”. “O melhor investimento em 2025 foi o mercado de renda fixa. Estamos com a Selic mais alta do mundo, e é um recurso que paga mais de 15% ao ano, com risco muito baixo”, frisou.

Patrimônio

Além da renda fixa tradicional, 2025 também evidenciou um

movimento mais estrutural de busca por organização financeira e preservação patrimonial. Para o tributarista Leonardo Briganti, sócio do escritório Briganti Advogados, cresceu de forma relevante a procura por consultorias financeiras, family offices e estruturas especializadas em gestão de patrimônio. “As famílias passaram a se preocupar mais com manutenção de legados e preservação do patrimônio no tempo. Isso ditou tendências claras ao longo do ano”, observou.

Por outro lado, ele avalia que 2025 também marcou, ainda que de forma tímida em comparação a outros mercados, um avanço no amadurecimento dos investidores. “É interessante, por exemplo, observar o crescimento da procura e dos investimentos em ETFs (Exchange-Traded Funds), ou mesmo em criptoativos, também como estratégia de diversificação.”

“Julgo ainda ser pouco, mas é um comportamento interessante do ponto de vista da maturidade do investidor, que se anima com regulamentações e novas regras que tornam esses ativos mais atrativos”, esclareceu o tributarista.

Briganti também explicou que outro comportamento que ganhou

destaque em 2025 — e que tende a se intensificar, inclusive em razão da legislação tributária local — está relacionado à alocação em ativos em moeda estrangeira. “O brasileiro está se conscientizando de que estar totalmente exposto em reais e ao risco Brasil não cumpre com a máxima patrimonial, preservação e perpetuidade”, destacou.

Ao mesmo tempo, o ano deixou alertas importantes. Para Milene Dellatore, especialista em investimentos e diretora da MIDE Mesa Proprietária, muitos investidores registraram prejuízos não por golpes, mas por falta de conhecimento. “O ano de 2025 deixou um aprendizado muito claro: não adianta investir no que você não entende. Muita gente entrou em ações, derivativos e produtos complexos sem compreender o risco e o momento de mercado”, afirmou.

Perspectivas

Se 2025 premiou a cautela, 2026 tende a exigir mais planejamento dos investidores. A projeção de início de um ciclo gradual de queda da Selic, possivelmente a partir do segundo trimestre, deve mudar a relação entre risco e retorno, impulsionando uma reorganização



PASSO A PASSO PARA INVESTIR

Comece pelo básico

O primeiro investimento precisa ser simples, fácil de entender e de acompanhar. Optar por produtos de maior complexidade no início aumenta a probabilidade de erro e perda financeira.

Invista apenas no que você entende

A regra número um do investimento é não perder dinheiro. E a forma mais comum de perder dinheiro é investir em ativos com os quais você não está familiarizado.

Mesmo com assessoria, entenda onde está seu dinheiro

É importante contar com ajuda especializada, mas a responsabilidade final é sempre do investidor. Você precisa saber no que está investindo.

Não tente recuperar tempo perdido

Muita gente entra no mercado tentando “compensar” anos sem investir. Isso leva a decisões ruins. Investimento é constância, não pressa.

Evolua junto com seus investimentos

Muita gente investiu em ações, derivativos e produtos mais complexos sem compreender o funcionamento, o risco e o momento de mercado. Quando o investidor não entende o que está fazendo, qualquer oscilação é motivo de pânico — e o prejuízo acaba acontecendo. Para 2026, a principal lição é: começar pelo começo. Evite fazer algo mirabolante, pular etapas. Investir precisa ser fonte de segurança, não insegurança.

Fonte: Milene Dellatore, especialista em investimentos e finanças; e o Otto Nogami, economista e professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Valdo Viraq/CB/D.A Press



A expectativa de início do ciclo de redução dos juros, sinalizada pelo Banco Central, tende a alterar o equilíbrio entre risco e retorno, exigindo mais planejamento e diversificação, sobretudo para quem está começando a investir agora”

Otto Nogami, economista e professor do Insper

da queda dos juros pode obter ganhos relevantes no médio e longo prazo”, explicou Nogami. No caso dos fundos imobiliários, a expectativa é de recuperação após anos pressionados pelo elevado custo do capital.

A exposição ao exterior também deve continuar crescendo. Briganti chama atenção para dados do Banco Central que mostram aumento superior a 150% nos recursos enviados por brasileiros ao exterior até outubro deste ano, na comparação anual. “O investidor está se conscientizando de que ficar totalmente exposto ao risco Brasil e ao real não atende à lógica de preservação patrimonial”, avaliou.

Para investidores iniciantes, a recomendação dos especialistas converge para o básico: compreender o próprio perfil, começar por produtos simples e evitar promessas de ganhos fáceis. “A regra número um do investimento é não perder dinheiro. E, para isso, conhecimento é fundamental”, resume Milene Dellatore. Baldez complementa: “O mais importante é aprender a poupar, conhecer seu perfil e montar uma carteira balanceada de acordo com o risco que você quer correr.”

O desempenho dos investimentos em 2025 evidenciou que disciplina e prudência foram recompensadas em um cenário de juros elevados. Para 2026, porém, o horizonte aponta para um ano de transição, com a perspectiva de juros mais baixos, maior volatilidade e decisões mais complexas. Nesse ambiente, a busca por rentabilidade isolada tende a perder espaço para uma estratégia mais ampla, baseada em diversificação, alinhamento ao perfil do investidor e foco na construção de patrimônio no longo prazo.

ECONOMIA

Mercado de trabalho no divã

Choque entre recorde de empregos, fim da escala 6x1 e pejetização gera embates entre parlamentares, setor produtivo e trabalhadores

» LETÍCIA CORRÊA*

Palco de profundas transformações nos últimos anos, o mercado de trabalho brasileiro tem sido desafiador para todos os atores econômicos. Novas formas de ocupação e questões regulatórias motivam embates entre governo, empresas e sindicatos. E o impasse continuará no próximo ano, considerando o cenário econômico que se avizinha.

A realidade trabalhista nacional revela o contraste entre o dinamismo da economia e a lentidão na definição de regras para o trabalho. Dados da PNAD Contínua/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) indicam uma queda acentuada na taxa de desocupação. Esse índice chegou a 5,4% no final de 2025 — um recuo expressivo em relação aos 11,1% registrados no início de 2022.

O cenário vem acompanhado, ainda, de um decréscimo na produtividade do trabalhador brasileiro. Segundo a plataforma CEIC Data, o Brasil registrou uma taxa de 0,533% em 2024, bem inferior à de 1,846% registrada em 2023.

A velocidade das mudanças no mercado de trabalho impõe desafios regulatórios que as instituições têm dificuldade de responder. O fim da escala 6x1 é um dos exemplos dos conflitos entre juristas, governo, setor produtivo e entidades trabalhistas.

A advogada especialista em direito empresarial Cris Dorneles considera possível o fim da escala 6x1. Mas a mudança depende de uma alteração na Constituição, além de um consenso no âmbito do Judiciário. “Entendo que o fim da 6x1 é possível, mas exige mudança legislativa (PEC ou lei ordinária), ou interpretação jurisprudencial que reinterprete os limites da jornada de trabalho à luz da Constituição. Até o momento, não há decisão definitiva do STF que tenha invalidado a 6x1 automaticamente. Contudo, será

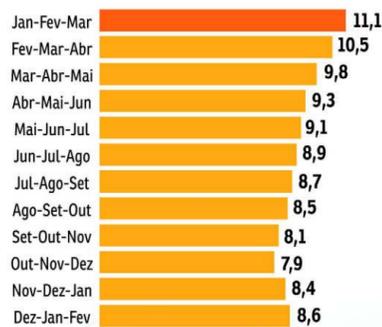
Raio-x

Nos últimos anos, a economia brasileira tem apresentado uma redução constante do desemprego. Mas a baixa produtividade permanece um problema.

TAXA DE DESOCUPAÇÃO

Em %

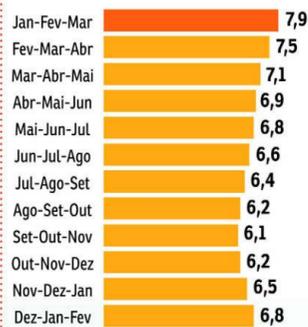
Trimestre móvel de 2022



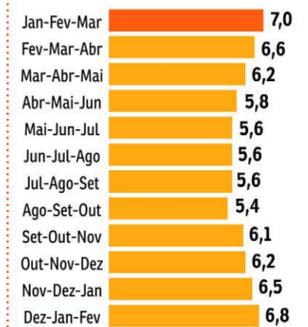
Trimestre móvel de 2023



Trimestre móvel de 2024

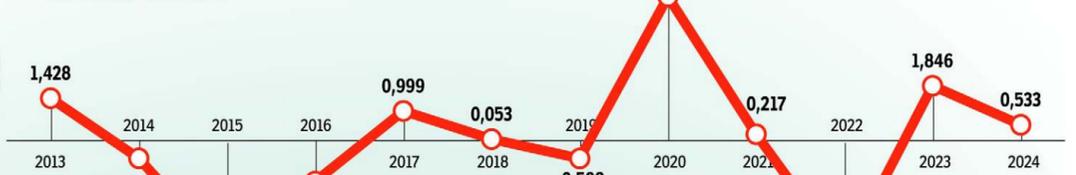


Trimestre móvel de 2025



BAIXA PRODUTIVIDADE CRÔNICA

Ano a ano no Brasil em %



Valdo Virgo/CB/D.A Press

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea

Fonte dos dados: CEIC Data

necessária uma readequação tanto dos trabalhadores quanto das empresas, para que não haja prejuízo para nenhuma das partes”, salientou.

Já para Eliane Ribeiro Gago, sócia da área trabalhista do escritório Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Sociedade de Advogados, a redução da jornada é possível, mas enfrenta obstáculos. “O fim da escala 6x1 é juridicamente possível, mas politicamente e operacionalmente complexo. Trata-se de uma

mudança estrutural na organização do trabalho no Brasil, que exige alteração constitucional, amplo debate no Congresso e, sobretudo, um período razoável de adaptação para as empresas”, enumera.

“O debate público costuma tratar o fim da escala 6x1 como uma simples redução de jornada, quando, na prática, o maior impacto está na reorganização das escalas e no aumento indireto de custos operacionais, especialmente em setores que funcionam de forma contínua”, acrescenta.

Eliane Gago ressalta as etapas necessárias para ocorrer uma mudança dessa magnitude. “Do ponto de vista prático, as empresas teriam de reorganizar escalas, revisar contratos de trabalho, acordos coletivos, além de reavaliar bancos de horas e políticas de horas extras. Em muitos casos, isso poderá gerar aumento de custos operacionais, seja pela contratação de mais empregados, seja pela necessidade de novas formas de compensação de jornada, seja pelo aumento

do preço final dos produtos para o consumidor”, observa.

“Há, ainda, um desafio jurídico relevante: uma adaptação inadequada pode gerar passivo trabalhista significativo, especialmente em casos de extrapolação habitual da jornada, falhas no controle de ponto ou invalidação de acordos e convenções coletivas. Embora o debate esteja avançando no plano político, há resistência no Congresso e, internamente ao Executivo, ainda faltam estudos técnicos

aprofundados sobre os impactos econômicos da medida”, lembra a especialista.

Por essas razões, a advogada vê com ressalvas a adoção de um novo regime trabalhista em um futuro próximo. “Nesse cenário, é pouco provável que a mudança seja implementada a curto prazo, mas o tema tende a ganhar força como pauta eleitoral e de médio prazo e, segundo especialistas, tende a ser acolhida diante da tendência atual”, pondera.

Plataformas digitais e pejetização na berlinda

Outro pilar de incerteza reside na regulamentação de motoristas e entregadores de plataformas digitais. O debate gira em torno da “pejetização”, a contratação via CNPJ ou MEI, que retira direitos trabalhistas como férias e 13º para dar certas “autonomias” ao trabalhador, como flexibilização de horários e a criação de uma categoria híbrida específica. O STF analisa o Tema 1291, que deve definir se existe vínculo empregatício entre esses profissionais e as empresas de tecnologia. Em relação à pejetização, a Corte julga o Tema 1389.

Especialistas e parlamentares sugerem um modelo que garanta direitos mínimos e proteção social (como contribuição previdenciária e seguro contra acidentes) sem necessariamente engessar a relação com as regras rígidas da CLT. A proposta é trazer transparência algorítmica, permitindo que o trabalhador entenda as taxas e critérios de remuneração.

Para o advogado Felipe Corvalan, especializado em Direito

Trabalhista, uma regulamentação das plataformas de trabalho e um modelo que não se encaixe nem no CNPJ e nem na CLT, seria uma forma ideal de garantir os direitos destes trabalhadores, que, ao mesmo tempo que reivindicam melhores condições, não se enquadram nas normas atuais de produção.

Segundo ele, o grande ponto de análise é baseado na fidelidade dos aspectos algorítmicos e a forma de controle do trabalho digital, o que indica que o STF pode reconhecer vínculo em algumas situações, negar em outras, ou criar critérios intermediários sobre quando há subordinação real que caracterize emprego. Mas a tendência não é simplesmente permitir a pejetização automática sem critérios jurídicos.

“Acredito que o STF irá dispor de critérios híbridos, como por exemplo: a subordinação algorítmica como elemento de vínculo. Isto pode resultar em controle, fiscalização, e possíveis sanções às plataformas. Tais elementos podem não ser um vínculo empregatício,

Valdo Virgo



A proteção dos direitos em áreas como entregas por aplicativo é um desafio

ou uma pejetização na forma pura das palavras, porém podem sim trazer mais segurança aos trabalhadores e usuários”, afirma.

“Hoje, o trabalhador não sabe quanto o consumidor está pagando

para a plataforma, não sabe qual é o parâmetro de cobrança e repasse de valores entre o tripé, consumidor, aplicativo e prestador de serviços. Com a fiscalização/transparência algorítmica, a plataforma

teria que explicar critérios, justificar valores, trazendo ganho real e previsibilidade de renda”, relata.

Na avaliação da advogada trabalhista Lorena Paiva de Oliveira, os entregadores de comida e motoristas de aplicativos se inserem nas novas modalidades de emprego surgidas por influência das mudanças trazidas pela tecnologia. Ela avalia que os Poderes levam em conta essa realidade quando debatem a regularização do trabalho e mitigação de conflitos.

“O Ministério Público do Trabalho atua ativamente, por meio do Grupo de Estudos (GE) Uber, investigando as condições de trabalho dos motoristas de aplicativo, o que confere subsídios para a fundamentação que o Judiciário necessita na solução dos litígios. Nesse sentido, tudo indica que a regulamentação desses trabalhadores deve ser distinta da pejetização, mas não se sabe ainda se mais benéfica, pois ainda há muita controvérsia quanto ao tema”, pondera.

Debates no Congresso

No Congresso, o debate avança com propostas como a PEC 148/2015 e o PL 67/2025, que preveem uma transição gradual. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o texto que reduz as 44 horas atuais para 36 horas semanais (4x3), sem redução de salário.

O presidente da Comissão do Trabalho na Câmara, Léo Prates (PDT-BA), propôs uma redução para 40 horas (5x2) sem alteração nos salários. A ideia tem apoio no governo, como do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Entidades empresariais afirmam, contudo, que o Brasil não está pronto economicamente, temendo aumento de custos operacionais e riscos à inflação. “A redução vai provocar uma redução da contribuição previdenciária e o impacto negativo daquelas categorias que negociam jornadas diferentes”, alertou o diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e presidente executivo da Fecomércio-SP, Ivo Dall’Acqua.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sílvia Lorena Teixeira, seguiu na mesma linha. “O Brasil não está pronto para receber uma imposição legal de redução de jornada. Países que reduziram o número de horas trabalhadas o fizeram de forma gradual, negociada e acompanhada por aumento de produtividade acumulada ao longo, e esse não é o caso do Brasil. Há anos a produtividade do Brasil está estagnada”, argumentou.

O ministro Luiz Marinho retrucou os alertas empresariais. “A realidade concreta é que, se não houver uma imposição por lei, vai passar mais um século e terá trabalhadores brasileiros trabalhando 44 horas semanais”, sustentou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Produtividade, um problema estrutural

Para o ano de 2026, a expectativa é de que o foco se desloque para a correção de distorções históricas. Fontes do Ministério do Trabalho afirmam ao **Correio** que o governo deve priorizar a igualdade salarial entre homens e mulheres, amparado por lei de 2023, por meio de pactos com empresas, visando reduzir as desigualdades que também afetam o desempenho econômico.

O maior desafio estrutural, contudo, permanece sendo a baixa produtividade. Dados do Ibre-FGV apontam que a produtividade caiu 4,5% desde 2022. As causas podem ser identificadas como déficit de qualificação no Brasil, que necessita de investimento

em educação, insegurança jurídica, burocracia excessiva, falta de incentivos à inovação, jornadas excessivas e salários desiguais.

Especialistas consultados pelo **Correio** acreditam que o aumento da produtividade virá de um equilíbrio entre bem-estar do trabalhador e segurança normativa para as empresas. De acordo com eles, o mercado de 2026 será moldado pela capacidade do país de modernizar suas leis sem desamparar o cidadão.

“Para aumentar a produtividade do trabalhador brasileiro, dentro da lei, é preciso ter mais previsibilidade jurídica, negociação coletiva forte, formalizações acessíveis,

educação técnica, e talvez, o mais importante, uma legislação moderna, que entenda os novos anseios da sociedade”, sustenta o advogado Felipe Corvalan. “É preciso aceitar, ainda, que novas formas de prestação de serviços podem ser benéficas ao trabalhador, quando adequadas à sua realidade”, acrescenta.

Lorena de Oliveira vê uma relação entre o tema da hora — redução de jornada — e o velho problema da baixa produtividade. “O esforço político na redução da jornada de trabalho que tem sido realizado durante todo o ano de 2025 é o melhor caminho para o aumento da produtividade do trabalhador

brasileiro. A alteração da Constituição e das leis federais, possibilitando a escala 4x3, traria ganhos significativos para trabalhadores e empresários”, acredita.

Para Cris Dorneles, é preciso criar um ambiente mais propício para aumentar a produtividade nacional. “A produtividade do trabalhador brasileiro é historicamente mais baixa do que a de economias desenvolvidas. Isso está relacionado tanto a questões estruturais de educação, infraestrutura e tecnologia quanto à organização do trabalho. Portanto, dentro do âmbito legal, aumentar a produtividade envolve políticas públicas ativas, não apenas mudanças nas leis

trabalhistas, incluindo educação, qualificação profissional, incentivos à inovação e melhorias no ambiente de negócios”, avalia.

Eliane Gago também defende mudanças estruturantes. “Para aumentar a produtividade do trabalhador no âmbito legal, é necessário ir além da simples ampliação ou redução da jornada de trabalho. É preciso focar na qualidade da organização do trabalho e na segurança jurídica das relações laborais. A produtividade está relacionada a ambientes de trabalho mais eficientes, saudáveis, bem estruturados, nos quais empregadores e trabalhadores saibam seus direitos e deveres”, condiciona.

AMÉRICA LATINA

O pêndulo se vira para a direita

Mapa político do subcontinente tende a flertar com o conservadorismo. Especialistas consultados pelo **Correio** afirmam que a segurança, a imigração e a ânsia pela renovação de poder são as principais forças motrizes do fenômeno

» RODRIGO CRAVEIRO

Criminalidade, imigração, comparações catastróficas com a crise na Venezuela, nacionalismo exacerbado, aversão ao sistema político tradicional. Uma conjunção de fatores leva a América Latina a flertar, cada vez mais, com a direita e a ultradireita. As eleições do libertário Javier Milei, na Argentina, em 20 de novembro de 2023, e do brasileiro Jair Bolsonaro, que acabou condenado e preso por tentativa de golpe de Estado, ajudaram a impulsionar uma onda conservadora pelo subcontinente. Mais recentemente, em 14 de dezembro passado, a ultradireita levou mais um de seus políticos ao topo do poder: no Chile, o advogado José Antonio Kast derrotou a ex-ministra do Trabalho e Previdência Social, representante da esquerda, e garantiu a cadeira no Palácio de La Moneda.

Michael Albertus — professor de ciência política da Universidade de Chicago — vê um balanço de poder mesclado na América Latina, mas reconhece uma propensão de um domínio da direita. “Há fortes governos de esquerda, como do Brasil e da Colômbia, mas também da direita, exemplos de Argentina e Equador. No entanto, definitivamente vejo uma tendência rumo à direita na América do Sul. Além da vitória de Kast, no Chile, a direita tem boas chances nas próximas eleições da Colômbia (31 de maio de 2026) e no Peru (12 de abril)”, afirmou ao **Correio**.

O estudioso avalia que a direita mantém-se forte na Argentina, no Equador e no Paraguai, muito em parte devido a especificidades de cada nação. Segundo Albertus, a Argentina se deslocou para a direita por motivos distintos dos do Chile, por exemplo. “A tendência geral é impulsionada pelo aumento da criminalidade e da insegurança, bem como pelas pressões associadas à imigração, principalmente da Venezuela”, disse Albertus.

Diretor do Instituto das Américas da University College London (UCL), Néstor Castañeda avalia que o equilíbrio de forças na América do Sul permanece dinâmico. “Temos uma coexistência de governos de esquerda e de direita. Eleições recentes na Bolívia e no Chile indicam um renovado impulso para partidos conservadores ou de centro-direita”, admitiu ao **Correio**. Ele aposta que os resultados das eleições de 2026 no Brasil, na Colômbia e no Peru serão cruciais para determinar até que ponto essa tendência se consolidará.

Fatores

Castañeda vê uma evidência clara de que uma onda conservadora está ganhando força. “Vários fatores, incluindo desafios econômicos, preocupações com a segurança pública, desilusão com governos anteriores de esquerda, e um desejo de renovação política direcionam essa mudança”, avaliou o especialista. “A influência da política externa dos Estados Unidos também tem sido importante. Os eleitores frequentemente buscam alternativas quando problemas persistentes permanecem sem solução, e os líderes conservadores têm capitalizado efetivamente sobre esses sentimentos.”

Mariano Frascini, doutor em ciência política e professor da Universidad de Buenos Aires (UBA) e da Faculdade Latino-Americana de

Presidência da Argentina/AFP



Em 16 de dezembro, Javier Milei (D) recebeu o presidente eleito do Chile, José Antonio Kast, na Casa Rosada, em Buenos Aires



Vamos restabelecer a lei. Vamos estabelecer o respeito à lei em todas as regiões, sem exceções e sem privilégios. (...) Venceu a esperança de viver sem medo”

José Antonio Kast, presidente eleito do Chile, em seu discurso de vitória

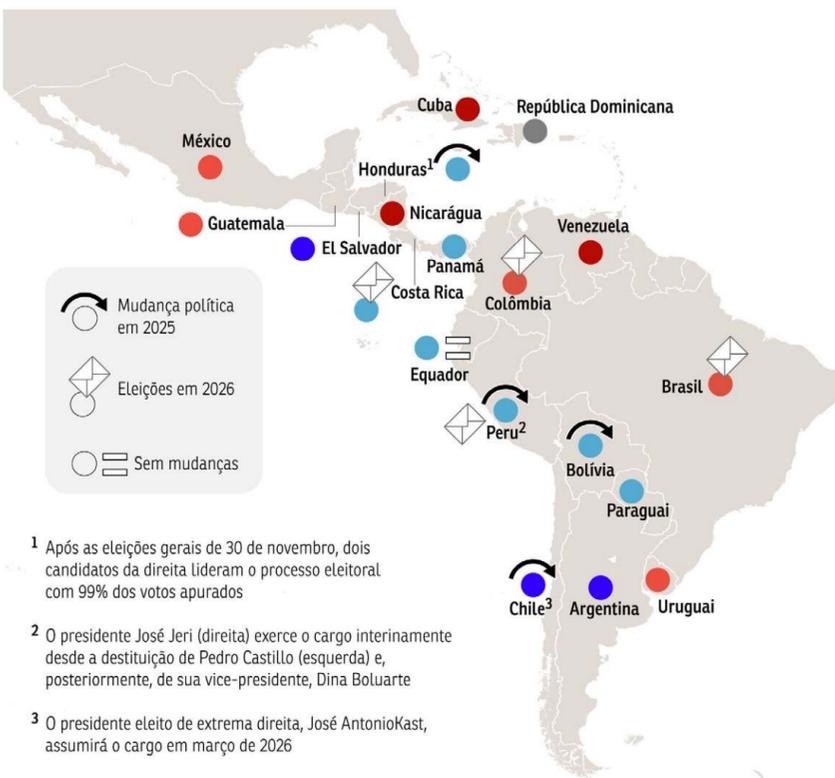
Ciências Sociais (Flacso), explicou ao **Correio** que os analistas se baseiam na conjuntura para traçar a tendência ideológica e política predominante em um país ou região. “A atual conjuntura da América do Sul parece manifestar-se em uma direção bem clara e nítida neoliberal, ou seja, à direita. Na década de 1980, predominava a transição à democracia. Nos anos 1990, o neoliberalismo e o processo hegemônico na América Latina. A partir do século 21, houve um giro à esquerda, que começou com Hugo Chávez, em 1999, e terminou com o triunfo de Mauricio Macri, na Presidência da Argentina”, disse.

Das 39 eleições na América Latina, 21 foram vencidas pelos neoliberais e 18, pela força progressista. “Entre 2020 e 2022, houve a hegemonia da esquerda. Mas uma análise conjuntural exige uma abordagem em um prazo de 10 anos”, comentou Frascini. “Observa-se, claramente, um empate ideológico nesse período,

Guinada conservadora

Filiação política do governo atual ou do candidato principal nas últimas eleições presidenciais

● Esquerda autoritária ● Esquerda e centro-esquerda ● Direita e centro-direita ● Direita autoritária, extrema direita e liberalismo ● Outro



1 Após as eleições gerais de 30 de novembro, dois candidatos da direita lideraram o processo eleitoral com 99% dos votos apurados

2 O presidente José Jeri (direita) exerce o cargo interinamente desde a destituição de Pedro Castillo (esquerda) e, posteriormente, de sua vice-presidente, Dina Boluarte

3 O presidente eleito de extrema direita, José Antonio Kast, assumirá o cargo em março de 2026

o que não nos permitia apontar um domínio da esquerda ou da direita. Entre 2015 e 2025, tivemos os triunfos de opositores em Costa Rica, com o Partido Acción Ciudadana (PAC);

no Paraguai, com o Partido Colorado, por duas vezes; no México, com o Partido Morena. Tivemos a eleição de Nayib Bukele, em El Salvador; as três vitórias de Nicolás Maduro, na

Venezuela; as duas de Daniel Ortega, na Nicarágua; e uma de Juan Orlando Hernández, em Honduras. Todos esses processos eleitorais foram muito questionados”, acrescentou.

Eu acho...



“A extrema-direita avançou em inúmeros países por associar o crime à imigração. Também tirou vantagem da insatisfação pública com os partidos políticos tradicionais e com a política em geral, que têm lutado para lidar com as consequências da crise das commodities das últimas décadas, junto com a pandemia. As pessoas estão cada vez mais dispostas a abandonar os partidos tradicionais e a trocá-los por extremistas, mesmo que esses extremistas representem ameaças à democracia.”

MICHAEL ALBERTUS, professor de ciência política da Universidade de Chicago e especialista em América Latina



“A ascensão de movimentos de direita e, em alguns casos, da extrema-direita, reflete tanto tendências globais mais amplas quanto contextos locais específicos. Esses candidatos frequentemente conquistam apoio ao se posicionarem como opositores do status quo e ao proporem soluções claras, por vezes populistas, para desafios complexos. O apoio a esses movimentos ilustra ainda mais a polarização e a volatilidade presentes em muitas sociedades sul-americanas.”

NÉSTOR CASTAÑEDA, diretor do Instituto das Américas da University College London (UCL)



“Na América Latina, o oficialismo tem mostrado grande dificuldade para se revalidar enquanto força política, seja por meio de um mesmo partido, seja por meio da influência eleitoral. Para se manifestar, os eleitores latino-americanos têm censurado o oficialismo e caminhado rumo à oposição. O que importa, para eles, é castigar o oficialismo. Os eleitores estão muito enojados com o governo.”

MARIANO FRASCHINI, doutor em ciência política e professor da Universidad de Buenos Aires (UBA) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso)

VISÃO DO CORREIO

É preciso se adaptar a todos os extremos climáticos

Enquanto negociadores desembarcavam em Belém para dar início às tratativas da 30ª edição da Conferência do Clima, a COP30, moradores do Paraná tentavam se recuperar dos estragos causados por ventos de até 300km/h que assolaram seis cidades do estado e deixaram sete mortos. Um abre-alas fora do protocolo do evento internacional, mas cada vez mais rotineiro no país. Ao longo deste ano, foram registrados no Brasil 117 episódios de ventos intensos. Volume suficiente para rebater qualquer argumento de que se trata de fenômeno inesperado e, portanto, de difícil prevenção, como costumam argumentar gestores públicos.

O número de registro de ventos acima de 80km/h em 2025 é 89% maior do que o do ano anterior, conforme acompanhamento do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). As 62 ocorrências de 2024 já deveriam chamar a atenção — equivalem a mais de uma por semana. Além disso, o balanço de 2025 é quatro vezes superior à média anual da década anterior e o maior contabilizado desde o início da série histórica, em 2002. Há, portanto, um cenário configurado que exige medidas além das emergenciais.

Especialistas para avaliar os impactos dos ventos, a partir de 50km/h, eles dificultam a locomoção de pessoas e podem quebrar galhos. De 88km/h em diante, árvores tendem a ser derrubadas e prédios destelhados. E, acima de 118km/h, há grandes destruições e risco de vida. Considerando as especificidades de cada cidade, o cenário pode ser ainda pior.

Há 15 dias, São Paulo enfrentou ventos de quase 100km/h e se viu diante do caos. Mais de 2 milhões de pessoas ficaram sem luz, mais de 150 árvores caíram, cerca de 400 voos foram cancelados e cirurgias suspensas, entre outros estragos. Já no primeiro dia, o comércio contabilizava prejuízo da ordem de R\$ 1,5 bilhão. Segue aberto um processo de encerramento de contrato com

a concessionária de energia elétrica, a Enel, em razão da inabilidade na reação ao apagão.

Costuma-se atribuir à queda de árvores boa parte da destruição causada pelos ventos intensos, como aconteceu na maior cidade do país. Ainda que o manejo delas seja essencial, não é o suficiente. Há de se preocupar também com as construções dos grandes conglomerados urbanos, onde é maior o número de construções construídas sem planejamento e, geralmente, menos resistentes aos vendavais. O rastro de destruição é mais devastador nas áreas precárias do país, onde vivem aqueles que terão mais dificuldade em reconstruir a vida.

Faz-se essencial, ainda, a elaboração de protocolos sobre como agir diante da ocorrência de ventos extremos, com condutas repassadas de forma clara à população, considerando diferentes recortes socioculturais. A existência de uma Defesa Civil capacitada, com profissionais qualificados e equipamentos disponíveis, facilita esse trabalho de educação. Mas a realidade é que boa parte das cidades brasileiras sequer tem esse serviço estruturado e o desprovimento impera entre as que montaram um. Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) com dados coletados em 2.871 prefeituras entre 2024 e 2025 mostra que mais de 40% não têm dotação orçamentária específica e 43% contam com até três servidores na área, entre outros desfalques.

Se tem a pretensão de ser uma referência global no enfrentamento à crise climática, o Brasil precisa fazer o dever de casa. E ele incluiu tanto o investimento em tecnologias sustentáveis para reformular a matriz energética e produtiva, quanto a adoção de medidas de adaptação. Não se discute que, do ponto de vista ambiental, os centros urbanos se tornaram espaços complexos para a gestão, que não pode se limitar às ameaças mais recorrentes, como alagamentos e temperaturas elevadas. Os fenômenos estão imbricados, e é vital que cidades e pessoas estejam preparadas para lidar com qualquer que seja o extremo climático.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Ignorância ou má-fé

Recebi em um grupo de WhatsApp, na semana passada, uma mensagem que instigava a não vacinação de crianças e adolescentes contra o HPV — com alegações falsas, obviamente. Também pedia que o texto fosse repassado para outras pessoas. Felizmente, a postagem foi logo apagada por um administrador, seja porque não condizia com o tema do grupo, seja porque demonstrava ignorância ou má-fé.

Espero que a exclusão tenha ocorrido pelo segundo motivo, porque esse tipo de desinformação é uma atentado contra crianças e adolescentes, uma ofensiva criminosa contra a saúde deles. Mensagens com teor similar são amplamente disseminadas pelas redes sociais. Entre as mentiras, estão que a vacina causa câncer; que o HPV só provoca tumores em mulheres, não em homens; e até que o imunizante incentiva o início da vida sexual! Assim, pelo medo, os detratores da vacina tentam minar a confiança de pais ou responsáveis.

Outra desinformação propagada é de que meninos e meninas não têm de ser imunizados porque ainda não são ativos sexualmente, mas a vacina visa protegê-los quando forem adultos. Segundo as autoridades de saúde, a dose aplicada entre os 9 e 14 anos produz uma resposta imunológica mais forte.

Até por isso, o Ministério da Saúde lançou a estratégia de resgate de jovens entre 15 e 19 anos que não receberam a vacina na faixa etária recomendada. O prazo para imunizá-los terminaria este mês, mas, na terça-feira passada, a pasta anunciou a prorrogação até o primeiro semestre do ano que vem.

O imunizante contra o HPV representa uma blindagem contra diversos tipos de câncer: colo do útero, vulva, ânus, vagina, pênis, orofaringe. Graças à ciência, existe, sim, essa forma de prevenir doença tão perigosa. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) — escritório regional da OMS —, a melhor proteção é a imunização, “de preferência antes do início da vida sexual”.

A vacina contra o HPV é segura, eficaz e oferecida gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Não se deixe levar por fake news. Em caso de dúvida, informe-se com fontes confiáveis. Receber a proteção que esse e outros imunizantes oferecem é um direito, previsto no Artigo 14, parágrafo 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente: “É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias”. O artigo 227 da Constituição ainda determina que meninos e meninas têm, entre outros, o direito à saúde “com absoluta prioridade”.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Prefiro lembrar

Ah, o Natal... Ouço pessoas criticarem o consumismo desenfreado que toma as pessoas nesta época cujo significado perdeu-se entre árvores, brinquedos e Papai Noel. Certo, tudo certo. Mas prefiro lembrar que, neste fim de ano, devido ao famigerado consumismo, milhares de empregos temporários foram gerados e milhares de pessoas puderam resgatar um pouco da dignidade. Devido à alta propagação de solidariedade que se faz nesta época, crianças carentes poderão ganhar, sim, algum brinquedo. Prefiro lembrar que muitas pessoas tomadas pelo espírito disseminado nesta época movem-se à caridade e à solidariedade com o próximo e que todos poderão, enfim, dar e receber o abraço daquelas pessoas de que gostam, mas que, por falta de “motivo” para abraçar, ficaram contidos até agora. Se você não quiser celebrar esta data, não tem problema. Quero convidar-te a fazer como fosse Natal todos os seus dias! Feliz Natal a todos os brasileiros!

» Renato Mendes Prestes
Águas Claras

Tempo de mudanças

Vamos mudar o Natal e nós mesmos. Em vez de dar presentes, se fazer presente onde reina a ausência: de afeto, saúde, liberdade, direitos. Dobrar os joelhos junto à manjedoura que abriga tantos excluídos, imagens vivas do Menino de Belém. Feliz Natal, Brasil! Queira Deus, o Herodes que nos abriga cada lugar aos magos que acreditam na estrela e oferecem no milagre da vida o melhor de si. Que todas as lições deixadas pelo menino Jesus direcionem as nossas ações em cada dia do ano novo! O nascimento de Jesus é a melhor notícia que o mundo já recebeu! O Natal é o momento de reflexão e solidariedade. Seja o Natal tempo de paz em nossas famílias e em nosso país. É tempo de Natal!

» José Ribamar Pinheiro Filho
Asa Norte

IPVA 1

Deputados distritais aprovam reajuste do IPVA em sessão extraordinária, e a previsão do Governo do Distrito Federal (GDF) é arrecadar cerca de R\$ 1,39 bilhão no próximo ano. Os carros ficam mais velhos, e o IPVA continua alto. Como pode isso ser chamado de imposto? Poderiam entrar nas nossas casas e levar tudo logo. É um absurdo! Somos roubados na cara dura!

» Wilson Renato
Brasília

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Que neste Natal o melhor presente seja o Amor renovado de Cristo Jesus, estampando a união no seio de cada família!”

NetoKobra — Brasília

Brasília: de um lado, aumento de IPVA; de outro, privatização dos estacionamentos públicos.

Felipe Álex — Brasília

O Brasil tem recorde de 8,7 milhões de CNPJs endividados. Com os impostos absurdos deste país, queriam o quê? A gente trabalha feito condenado para dar dinheiro para o Estado. Chega a ser insano!

Samara Guimarães — Brasília

Países da região apoiarem uma ofensiva dos EUA contra a Venezuela é, literalmente, dar um tiro no pé. Estão fragilizando a própria soberania e contribuindo para um desastre econômico e social.

Sérgio Alves — Brasília

trilhos/construindo casas./Minha rua acordou mudada./ Os vizinhos não se conformam./Eles não sabem que a vida/tem dessas exigências brutas./Só minha filha goza o espetáculo/e se diverte com os andaimas,/a luz da solda autôgena/e o cimento escorrendo nas fôrmas”.

» Marcos Fabrício
Asa Norte

Compre livros

Compre Havaianas, Ipanema, pé direito ou a marca que você quiser. Mas, pelo amor de Deus, compre também livros. A primeira escolha é completamente irrelevante para a sua vida. A segunda pode evitar que você se torne massa de manobra, fã de políticos e a pessoa mais insuportável do seu círculo de convivência.

» Iêdo Silva
Garanhuns (PE)

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991 58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h; domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br

O significado do Natal e minha esperança de um mundo melhor



» VALMIR CAMPELE
Ministro emérito do
Tribunal de Contas da
União (TCU), ex-senador
e deputado federal
Constituinte

Natal é, antes de tudo, um convite. Um convite à pausa, à reflexão e ao reencontro. Em meio às urgências do tempo presente, tantas vezes marcadas pela ansiedade, pela pressa e pela incerteza. O Natal se impõe como um momento de respiro, como uma luz que insiste em romper a escuridão e que nos recorda que a humanidade ainda guarda, em sua essência, a capacidade de sonhar, de recomeçar e de amar.

Mais do que uma festa marcada por símbolos e tradições, o Natal carrega um sentido espiritual profundo: é a celebração do nascimento da esperança. Ao contemplarmos a singela cena do presépio, uma família humilde, acolhida entre animais e improvisos, percebemos que a grandeza divina se manifesta justamente na simplicidade, na pureza e naquilo que é essencial. O Natal nos ensina que os verdadeiros gestos transformadores não nascem do poder, mas da entrega; não surgem da ostentação, mas da generosidade; não brotam da soberba, mas do acolhimento.

Este período nos convida ainda a revisitar valores que parecem, às vezes, adormecidos pela rotina: o perdão que restaura, a fraternidade que aproxima, a compaixão que cura, a justiça que equilibra. São virtudes antigas, mas sempre atuais, porque dizem respeito ao que há de mais importante na experiência humana: o desejo sincero de viver

em paz, de construir pontes, de reconhecer o outro um irmão de jornada.

Quando penso no significado do Natal, penso também na responsabilidade que recai sobre cada um de nós.

Ao celebrarmos a data, recordamos um acontecimento que transcende a história e se projeta permanentemente sobre o presente. O presépio, com a sua simplicidade, encerra uma das mais profundas mensagens já oferecidas à humanidade: a verdadeira transformação da escuta e do amor. Deus, ao manifestar-se na fragilidade de uma criança, revela que o poder capaz de mudar o mundo não reside na força, mas na misericórdia; não na imposição, mas no serviço; não na exclusão, mas no acolhimento.

Essa mensagem permanece atual em um mundo marcado por contrastes. Vivemos tempos de avanços extraordinários na ciência e na tecnologia, mas também convivemos com desigualdades persistentes, conflitos prolongados, intolerâncias renovadas e um sentimento crescente de distanciamento entre as pessoas. O Natal, nesse contexto, apresenta-se como chamado urgente à reconciliação não apenas entre indivíduos, mas entre povos, culturas e gerações.

É, também, um período de reencontro com a memória. Reunidos em torno da mesa, revivemos histórias familiares, lembramos os que já partiram, reconhecemos o valor dos afetos construídos ao longo da vida. Essas lembranças nos ensinam que somos frutos de relações e que a dignidade humana se constrói no cuidado mútuo. O Natal reforça a ideia de que ninguém se realiza plenamente sozinho. Mas a celebração natalina não deve encerrar-se

nos limites do lar. Ela possui uma dimensão pública e ética que interpela cada um de nós. Celebrar o Natal é assumir o compromisso de transformar o amor em atitude, a fé em responsabilidade e a esperança em ação concreta. É compreender que a fraternidade não pode ser apenas um sentimento passageiro, restrito a uma época do ano, mas um princípio orientador da convivência humana.

A minha esperança de um dia melhor nasce dessa compreensão. Uma esperança consciente, que reconhece os desafios do presente, mas que se recusa a sucumbir ao desalento. Acredito que um mundo mais justo e humano é possível quando cada pessoa assume a sua parcela de responsabilidade na construção do bem comum. Não se trata de esperar por soluções grandiosas, mas de agir com coerência nas pequenas escolhas do cotidiano.

O mundo se transforma quando escolhemos o diálogo em vez de confronto, quando defendemos a justiça mesmo quando ela exige renúncias, quando praticamos a solidariedade sem esperar reconhecimento. Cada gesto de respeito, cada palavra de incentivo, cada atitude de escuta contribui para criar um ambiente social mais saudável e mais digno.

O Natal também nos convida a executar o perdão. Talvez, um dos gestos mais difíceis e, ao mesmo tempo, mais libertadores. Perdoar não significa esquecer, mas decidir não permitir que a dor determine o futuro. Em uma sociedade marcada por ressentimentos e polarizações, o perdão torna-se um ato profundamente revolucionário.

Que este Natal seja, portanto, um tempo de renovação interior e de compromisso coletivo. Que possamos permitir que a mensagem natalina transforme nossos corações e inspire nossas atitudes ao longo de todo o ano.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interneta) // circecunha.df@dabr.com.br



Sem recesso para os escândalos

Há algo profundamente dissonante, quase surreal, na ideia de que investigações sobre desvios bilionários de recursos públicos possam entrar em recesso, como se o calendário institucional tivesse o poder mágico de suspender o curso dos crimes. A CPMI que investiga os descontos indevidos nos benefícios de milhões de aposentados do INSS, assim como as apurações envolvendo o chamado caso Banco Master, não lidam com meras irregularidades administrativas: tratam de um ataque direto à dignidade humana, à confiança pública e ao próprio pacto civilizatório que sustenta o Estado brasileiro.

Encerrar ou “hibernar” essas investigações sob o argumento do recesso do aparelho do Estado equivale, na prática, a conceder um salvo-conduto temporário aos acusados. O crime não tira férias. A corrupção, tampouco. Pelo contrário: períodos de menor vigilância institucional sempre foram historicamente férteis para o avanço de esquemas ilícitos, a destruição de provas, a combinação de versões e o apagamento seletivo da memória pública. A mensagem transmitida à sociedade é devastadora: o Estado descansa, enquanto o dinheiro público continua a escorrer pelos bueiros da corrupção.

Não se trata aqui de ingenuidade. Em democracias maduras, com instituições sólidas e cultura de responsabilização, o recesso é apenas uma pausa administrativa. No Brasil, porém, ele frequentemente se transforma em instrumento tático de procrastinação, uma espécie de anestesia institucional aplicada nos momentos mais sensíveis das apurações. O caso dos descontos indevidos em aposentadorias não é apenas um escândalo financeiro. É um escândalo moral que desperta no contribuinte dúvidas cada vez mais perigosas. Afeta uma população vulnerável, composta majoritariamente por idosos que dependem integralmente desses recursos para sobreviver.

Quando o Estado falha em protegê-los — ou pior, quando agentes ligados a estruturas estatais participam ou se omitem diante do saque —, o dano ultrapassa o campo econômico e atinge o núcleo ético da República. Suspender investigações dessa magnitude significa empurrar 2025 para um limbo institucional, marcado pela inconclusão, pela sensação de impunidade anunciada e pelo enfraquecimento da confiança social.

A metáfora do Executivo pendurado no teto, sustentado apenas pelos fios do pincel, flutuando cego no ar, não é por acaso: ela descreve, com precisão, o estado atual da governança nacional. Já o Executivo, envolvido direta ou indiretamente na paisagem que agora se revela, vê-se paralisado entre a necessidade de governar e o peso crescente das suspeitas que o cercam.

O Legislativo, por sua vez, despenca ladeira abaixo ao abdicar de sua função fiscalizadora em nome do conforto do calendário. O Judiciário, mesmo não entrando formalmente em recesso pleno, frequentemente se move em compasso de espera, aguardando que o “tempo político” amadureça uma postura que, em casos de corrupção sistêmica, costuma beneficiar apenas os investigados.

Quando os Três Poderes entram, simultaneamente, em estado de suspensão operacional, a democracia deixa de funcionar como deve ser. O Estado passa a desmoronar de dentro para fora, corroído pela cupinzada, desde o cerne. O acordo tácito de autopreservação fala mais alto do que o interesse da população. E isso é antinatural. O que deveria interessar ao Estado seria o interesse da população, e não o seu contrário.

Corrupção não é um acidente de percurso. Ela é um fenômeno estrutural, adaptativo e oportunista. Aprende rapidamente onde estão as brechas e se intensifica exatamente quando a vigilância social diminui. Durante as quadrilhas de julho, a chegada dos Grinchês aos blocos dos sujeitos sempre foram momentos privilegiados para o avanço de práticas ilícitas.

O cidadão sente-se ainda mais inseguro. Como já advertia Max Weber, a ética da responsabilidade deve prevalecer sobre a ética da conveniência quando se trata da administração pública. O resultado é um país em que escândalos se acumulam sem desfecho, CPIs produzem volumes de papel sem consequências práticas e a indignação pública é lentamente corroída pelo cansaço. Mais danoso do que o escândalo em si é a sua não resolução.

Percebam que a inconclusão permanente gera um efeito corrosivo: normaliza o desvio, banaliza o crime e ensina às novas gerações que, no Brasil, o problema não é roubar, mas ser flagrado. E mesmo isso pode ser contornado com tempo, recursos jurídicos e silêncio institucional. Encerrar o ano de 2025 com investigações inconclusas sobre fraudes que atingem milhões de cidadãos equivale a decretar que a verdade pode esperar, que a justiça pode ser adiada e que a República aceita funcionar em estado de suspensão ética. Nenhuma nação séria constrói seu futuro empurrando seus fantasmas para debaixo do tapete do calendário.

» A frase que foi pronunciada:

“Grandes chefs sempre têm que esperar por pedidos. Eles se adaptam a todas às circunstâncias.”

Mwanandeké Kindembo

» História de Brasília

Se não fosse lugar de político, um bom ministro da Agricultura seria o dr. Israel Pinheiro. Para realizar mesmo, seria um dos poucos no país. (Publicada em 13/5/1962)



Mobilidade urbana no Brasil em 2026



» FRANCISCO CHRISTOVAM
Diretor executivo da
Associação Nacional das
Empresas de Transportes
Urbanos (NTU) e vice-
presidente da Associação
Nacional de Transportes
Públicos (ANTP)

Na Arena ANTP, congresso da Associação Nacional de Transportes Públicos realizado em outubro de 2025, especialistas do setor debateram as perspectivas e tendências para o transporte público coletivo de passageiros para 2026. Com o objetivo de se realizar uma análise conjuntural, os painelistas destacaram que o novo ano será estratégico para o desenvolvimento do setor, diante de oportunidades para inovação e modernização e de um ambiente regulatório mais maduro, além de um novo ciclo de investimentos.

Entretanto, persistem desafios estruturais de financiamento e uma necessidade de adaptação às demandas sociais e ambientais, exigindo dos “stakeholders” uma análise estratégica para navegar entre tecnologia, economia e política.

O transporte coletivo é um serviço público essencial, fundamental para a organização urbana e para a qualidade de vida nas cidades, mas a capacidade do setor de cumprir sua função está diretamente ligada ao preparo dos órgãos gestores e à existência de fontes de recursos para investimentos e custeio. O contexto eleitoral de 2026 torna ainda mais relevante a definição de estratégias para superar os desafios, influenciando o futuro da mobilidade urbana nas próximas décadas.

A segurança jurídica deve ser fortalecida pelo Marco Legal do Transporte Público Coletivo, em fase final de discussão no Congresso Nacional, que trará exigências operacionais e de fiscalização mais rigorosas. Entre os avanços, destaca-se a diversificação dos modelos de contratação, como parcerias público-privadas (PPPs) e novos tipos de contratos de concessão, permitindo dissociar parte do risco tarifário do risco do investimento em infraestrutura e no material rodante.

O aumento dos investimentos públicos e privados está sendo promovido por uma estratégia federal coordenada, com destaque para o papel do BNDES como indutor de investimentos. O Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, desenvolvido em parceria com o Ministério das Cidades, mapeou cerca de 200 projetos, de média e alta capacidades, em 21 regiões metropolitanas, totalizando quase R\$ 450 bilhões de investimentos no setor e oferecendo previsibilidade ao mercado para novos tipos de contratação. A predominância de projetos em regiões metropolitanas reforça a necessidade de coordenação entre as diferentes esferas de governo, estimulando estados e municípios a fortalecerem ou a criarem autoridades metropolitanas, essenciais para integração modal e tarifária módica e eficiente.

O uso de novas tecnologias será o principal catalisador de eficiência, sustentabilidade e atratividade do transporte coletivo em 2026. A coleta de dados possibilita a otimização de rotas e de horários, enquanto a inteligência artificial (IA), incorporada não apenas à gestão de frotas, mas também para aprimorar a experiência do passageiro, deverá oferecer previsões mais precisas e integração entre os diferentes modais.

Na agenda ambiental, a eletrificação da frota é apontada como vetor de sustentabilidade; porém, em 2026, o principal desafio será a infraestrutura de recarga dos veículos elétricos. Atualmente, menos de 1% da frota de transporte coletivo é movida à tração elétrica, e a expansão depende de investimentos na adequação das redes de energia locais. A utilização de outras tecnologias, como o ônibus movido a biometano, amplia a capacidade de substituição da frota diesel por veículos menos poluentes. Essa substituição depende da estruturação de projetos de infraestrutura para a transição energética do setor.

Em ano eleitoral, com eleições majoritárias, certamente o financiamento do transporte coletivo estará no centro das discussões. A Tarifa Zero, implementada em mais de 170 municípios (a maioria de pequeno e médio porte), divide opiniões e será tema das discussões em 2026. Estudos apontam para o aumento expressivo da demanda e de benefícios sociais, mas o custo operacional é o principal entrave. Propostas como a adoção de um Sistema Único de Mobilidade (SUM), inspirado no SUS e previsto na Proposta de Emenda à Constituição – PEC 25/2023, sugerem custeio compartilhado entre União, estados e municípios, oferecendo alternativa para o dilema das receitas extraordinárias nos orçamentos municipais.

A análise desses cenários leva à conclusão de que o ano de 2026 trará oportunidades para inovação e modernização do setor, mas o progresso depende da convergência entre tecnologia, investimentos e ação política, transformando demandas sociais em compromissos duradouros, promovendo um transporte coletivo de qualidade, acessível e sustentável para todos.

Inimigos do BEM-DORMIR

No segundo dia da série de reportagens sobre sono, apresentamos estudos que mostram como até mesmo a poluição atmosférica atrapalha o descanso. Partículas liberadas principalmente por escapamentos de veículos agravam problema

» ISABELLA ALMEIDA

Dormir bem é uma questão de saúde pública. Pesquisas recentes revelam que fatores ambientais podem influenciar diretamente a qualidade do sono e o metabolismo. Um estudo europeu associou a poluição atmosférica à gravidade da apneia obstrutiva. Outro trabalho, com participação brasileira, busca usar a ciência para aprimorar a qualidade do descanso: pesquisa recente demonstrou que uma molécula sintética chamada Pep19 pode melhorar o cochilo.

Apresentado no Congresso da Sociedade Respiratória Europeia (ERS), em Amsterdã, um estudo multinacional liderado por Martino Pengo, da Universidade de Milano-Bicocca e do Instituto Auxologico Italiano, analisou dados de 19.325 pacientes de 25 cidades em 14 países europeus. O objetivo foi investigar se a exposição prolongada à poluição do ar, especialmente às partículas conhecidas como PM10, está relacionada à gravidade da apneia obstrutiva do sono (AOS).

A doença é caracterizada por pausas repetidas na respiração durante o sono, acompanhadas de ronco, despertares noturnos e sonolência diurna. A condição aumenta o risco de hipertensão, AVC, doenças cardíacas e diabetes tipo 2. Embora a AOS seja mais frequente em pessoas idosas ou com sobrepeso, o estudo indica que fatores ambientais, como a poluição, podem agravar os sintomas.

Os pesquisadores cruzaram informações clínicas dos pacientes com dados de concentração de PM10 fornecidos pelo Serviço de Monitoramento da Atmosfera Copernicus. As partículas PM10, com diâmetro de até 10 micrômetros, são liberadas principalmente por escapamentos de veículos e processos industriais. A análise evidenciou que, para cada aumento de uma unidade na concentração desses poluentes, houve crescimento médio de 0,41 eventos respiratórios por hora de sono, o chamado índice de apneia-hipopneia (IAH).

Freepik



A exposição a poluentes agrava a apneia do sono

Para saber mais

Dormir mal agrava desatenção

Pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts revelaram o que acontece dentro do cérebro quando há falhas momentâneas de atenção em razão de noites mal dormidas. Durante a pesquisa, os cientistas

dividiram 26 voluntários em dois grupos, um que dormiria e outro que passaria a noite em vigília. Os participantes privados de sono tiveram um desempenho muito pior nas atividades propostas no dia seguinte, em comparação

com aqueles que estavam descansados. Os tempos de resposta também foram mais lentos. Durante esses lapsos momentâneos de atenção, os estudiosos identificaram diversas alterações fisiológicas que ocorreram simultaneamente.

Constataram ainda um fluxo de líquido cefalorraquidiano para fora do cérebro no momento em que esses eventos ocorreram — processo que normalmente acontece durante o sono e ajuda a eliminar os resíduos acumulados.

Vias inflamadas

Conforme Monica Andersen, diretora de ensino e pesquisa do Instituto do Sono, a poluição, sobretudo as PM10, pode causar irritação nas vias respiratórias, fazendo com que o ar passe com mais dificuldade. “Durante o sono, essa inflamação e o estreitamento das vias aéreas facilitam o colapso da garganta, o que pode aumentar os episódios de AOS.”

Além disso, Andersen detalhou que essas partículas também

prejudicam a “barreira protetora” natural do nariz e da faringe, formada por células que se unem como se fossem “tijolinhos” bem colados. “O PM10 danifica as proteínas que mantêm essas células unidas, deixando a parede pulmonar mais ‘vazada’. Isso permite que substâncias inflamatórias penetrem na corrente sanguínea, provocando reações em todo o corpo e aumentando o estresse oxidativo, processos intimamente relacionados à gravidade da AOS e às suas complicações cardiovasculares.”

Os resultados também revelaram diferenças regionais. Em cidades como Lisboa, Paris e Atenas, a correlação entre poluição e gravidade da apneia foi mais forte, o que pode estar relacionado a características locais, tipo de poluentes, clima ou diferenças na detecção da doença.

Biocologia aliada

Enquanto a poluição mostra um efeito negativo sobre o sono,

a ciência avança em busca de soluções para melhorar o descanso e o metabolismo. Um estudo conduzido por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Pennington Biomedical Research Center, nos Estados Unidos, e da Proteimax Biotechnology, em Israel, revelou que o peptídeo sintético Pep19 pode reduzir gordura visceral e melhorar a qualidade do sono em adultos obesos.

A molécula é uma versão sintética de um peptídeo naturalmente

presente nas células humanas. O estudo, publicado na revista *Diabetes Metabolism Research and Reviews*, mostrou que o composto atua no sistema endocanabinoide, responsável por regular o metabolismo, o apetite, a quebra de gordura e a liberação de energia.

O ensaio clínico contou com 24 voluntários com idades entre 46 e 59 anos. Durante 60 dias, os participantes foram divididos em três grupos: um recebeu placebo, outro 2 mg de Pep19 e o terceiro 5 mg, em cápsulas ingeridas diariamente antes de dormir.

Ao fim do estudo, o grupo que recebeu 5 mg apresentou redução média de 17% na gordura visceral, sem perda de massa magra. Além disso, todos os voluntários que receberam o Pep19 relataram melhora significativa na qualidade do sono. Nenhum efeito colateral foi observado, o que reforça a segurança do composto.

Conforme Emer Suavinho Ferro, coautor do estudo e pesquisador da Universidade de São Paulo, a administração de Pep19 melhorou a qualidade do sono, principalmente por seus efeitos periféricos. “Isso incluiu a redução do tecido adiposo visceral e do peso corporal, e não por uma ação direta no sistema nervoso central. No entanto, os dados atuais não permitem estabelecer uma correlação definitiva entre a redução da gordura visceral e a melhora da qualidade do sono.”

Ferro afirmou ainda que os achados ressaltam a necessidade crucial de abordagens integradas que considerem a melhora tanto do sono quanto da saúde metabólica no tratamento e na prevenção da obesidade. “Assim, o Pep19 oferece uma nova e importante estratégia terapêutica para reduzir a gordura visceral e melhorar o sono em indivíduos obesos com baixa qualidade do sono.”

Os autores destacaram também que, embora os resultados sejam promissores, ainda são necessários estudos clínicos mais amplos e de longo prazo para confirmar os efeitos observados. A segurança, a eficácia e a facilidade de administração da molécula indicam que o Pep19 pode se tornar uma alternativa prática e inovadora no combate à obesidade e aos distúrbios do sono.

Sono ruim piora insuficiência cardíaca

Um estudo liderado pela Universidade de Saúde e Ciência do Oregon sugere que melhorar a regularidade do sono é uma boa estratégia para pessoas que estão tratando uma insuficiência cardíaca. A equipe de pesquisa descobriu que mesmo um sono moderadamente irregular dobra o risco de ocorrer outro evento clínico — visita ao pronto-socorro, hospitalização ou até mesmo morte — em seis meses, de acordo com um estudo publicado na revista *JACC Advances*.

“Ir para a cama e acordar em horários consistentes é importante para a saúde em geral”, disse a autora principal, Brooke Shafer, professora assistente de pesquisa na universidade, com a ressalva: “Nosso estudo sugere que a consistência no horário do sono pode ser especialmente importante para adultos com insuficiência cardíaca.”

Pesquisadores recrutaram 32 pacientes hospitalizados por insuficiência cardíaca aguda descompensada

entre setembro de 2022 e outubro de 2023. Durante uma semana após a alta hospitalar, os participantes utilizaram diários do sono para registrar o horário em que adormeciam à noite, acordavam pela manhã e os cochilos que tiravam ao longo do dia.

Após a alta hospitalar, 21 participantes apresentaram um evento clínico ao longo de seis meses. Desse grupo, 13 apresentaram sono moderadamente irregular, em comparação com oito que dormiram regularmente.

Estatisticamente, aqueles que dormiam em horários irregulares apresentaram mais que o dobro do risco de um evento adverso ao longo do período de seis meses. A equipe de pesquisa afirmou que o estudo está entre os primeiros a examinar o impacto da regularidade do sono no contexto da insuficiência cardíaca, e as descobertas se somam a um crescente conjunto de evidências que sugerem a importância de manter um horário de sono regular.

Eficaz e barata

“Melhorar a regularidade do sono pode ser uma abordagem terapêutica de baixo custo para mitigar eventos adversos em adultos com insuficiência cardíaca”, concluíram os autores. Shafer afirmou que os resultados reforçam a ligação entre a regularidade do sono e a saúde cardiovascular.

“Quando estamos dormindo e em repouso, nossa pressão arterial e frequência cardíaca diminuem em comparação com os níveis diurnos”, disse Shafer. “Mas a variabilidade no horário do sono pode perturbar os mecanismos envolvidos na regulação do sistema cardiovascular. O sono irregular pode contribuir para resultados adversos, especialmente para pessoas já afetadas por insuficiência cardíaca.” O próximo passo é ampliar a pesquisa para um grupo maior de participantes.

Luciana Palombini, pneumologista e pesquisadora do Instituto do Sono, frisa que a

cronobiologia, ciência que estuda os ritmos circadianos, tem mostrado relevância crescente na compreensão das doenças cardiovasculares. “O núcleo supraquiasmático, localizado no cérebro, atua como um marcapasso central, coordenando os diversos relógios biológicos presentes em diferentes sistemas do organismo, inclusive o cardíaco. Quando o sono é desregulado, há uma desorganização desses ritmos, o que interfere diretamente em mecanismos do coração.”

Palombini sublinhou que, entre as consequências dessa desregulação, estão alterações na liberação de hormônios relacionados à função cardíaca, além de impactos no metabolismo energético, com aumento da resistência à insulina e maior rigidez arterial. “A variação e a irregularidade dos ritmos circadianos — como mudanças frequentes nos horários de dormir e acordar — podem, portanto, comprometer o equilíbrio do sistema cardiovascular.” (IA)

Freepik

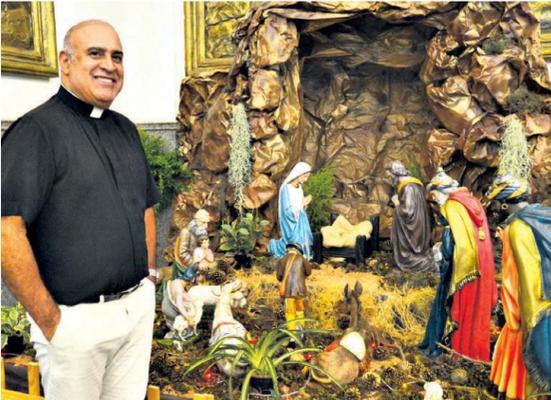


Descanso de má qualidade prejudica indicadores cardíacos

NATAL

Padres e fiéis que montam as representações explicam a importância delas — não só para os cristãos, mas também para a celebração do nascimento de Cristo. Conheça a origem e o significado dos símbolos dessa tradição secular

Ed Alves CB/DA Press



Padre Marcelo diz que montagem relembra a presença de Jesus

Minervino Júnior/CB



Todos os anos, "Seu Toninho" monta um grande presépio iluminado

Bruna Gaston CB/DA Press



Maria Ferreira monta o cenário com peças que comprou na Itália

A magia dos presépios natalinos

» LARA COSTA

Ed Alves CB/DA Press



Eliete Galvão mantém o hábito desde a infância

Ed Alves CB/DA Press



Letícia Miranda visitou o Santuário Nossa Senhora da Saúde

Presentes em miniaturas nas casas ou em tamanho natural em igrejas e espaços públicos, os presépios são representações artísticas da tradição cristã que narram o nascimento de Jesus, em Belém, na Judeia, região da Palestina. A palavra vem do latim praesaepe, que significa "estrebria" ou "curral".

No Santuário Nossa Senhora da Saúde, na Asa Sul, dois grandes presépios chamam a atenção: um instalado na área interna e outro do lado de fora. O padre Marcelo Souza, cooperador da paróquia, afirma que a montagem relembra a presença de Jesus da forma como Deus o fez vir ao mundo. "As pessoas aguardam a montagem, e é comum que haja visitas aos dois presépios, sobretudo por crianças, que esperam a vinda de Jesus e se recordam com alegria da chegada do Natal", diz.

Entre os visitantes, Eliete Galvão, 55 anos, mantém o hábito desde a infância. "Para mim, o presépio é tudo. Significa o nascimento de Jesus. Acho uma montagem linda; passo em várias igrejas só para vê-los", conta.

Letícia Miranda de Araújo, 28 anos, visitou o Santuário Nossa Senhora da Saúde pela primeira vez. Diferentemente de Eliete, Letícia passou a frequentar a Igreja Católica há pouco tempo, apesar de ser cristã. Impressionou-se com as representações. "Estou realmente chocada, porque são presépios lindos. Vale muito a pena a visita", comenta a analista de sistemas.

Tradição no DF

Em Ceilândia, Antônio Eustáquio da Silva, 68 anos, monta todos os anos um grande presépio

iluminado dentro e fora de casa. A estrutura se tornou ponto de visita para moradores e para escolas com crianças de 6 a 8 anos.

A prática ganhou força após a morte da mãe, que valorizava os símbolos do Natal. "Essa tradição virou um ponto turístico. Há muitos anos, montamos a casa com ênfase no presépio, que para mim é o fundamental da data", afirma o representante comercial.

Há 24 anos dedicado à montagem, Toninho — como é conhecido — percebe mudanças na relação das famílias com o Natal, mas vê a tradição resistir. "Vejo pessoas passando em frente e noto a emoção delas, além do sorriso das crianças. Isso me alegra muito."

Ele conta que também recebe visitantes mais velhos. "Essa

emoção me dá um ar de vitória, de prazer conquistado. Fazemos isso para o bem e a satisfação das pessoas", celebra.

Esperança

A catequista Maria Ferreira, 76 anos, monta um presépio de tamanho médio com peças que comprou na Itália, no início dos anos 2000 — artigos que permanecem conservados até hoje. "As peças estão bem cuidadas, porque embalado cada uma direitinho. Já são 24 anos usando-as para a representação", explica.

Com a chegada do Natal, ela recebe visitas de amigos e familiares que querem ver o presépio. "É gratificante notar essa curiosidade, mas sinto também uma força renovada

que vem de dentro, de que podemos fazer essa montagem."

A manifestação artística acompanha Maria desde a infância, quando via a mãe erguer presépios em Trindade, cidade de Goiás de forte tradição católica. "Para mim, essa representação significa esperança de acontecimentos bons — tanto no dia de Natal quanto para o ano novo. Queremos que o próximo seja melhor, e quem pode fazer isso é Jesus."

Com todos esses significados e a força da tradição, Maria acredita que todo mundo deveria ter um presépio em casa. "Presenciamos esperança e outros sentimentos positivos por meio da história do nascimento de Jesus, que traz paz para o fim do ano e para o ano que chega", defende.

diz que desempenha cada etapa com prazer. "Nunca ganhei dinheiro com isso. Faço porque quero dar um pouco de mim para que aconteça. Meu pagamento é ver as pessoas tirando fotos e apreciando. Meus ganhos vêm de outras formas; com Deus, nunca é material. O amor é a essência que me move."

Elementos e significados

O primeiro presépio vivo foi montado em 1223, em Greccio, na Itália, por São Francisco de Assis. O objetivo era ajudar os camponeses — em sua maioria analfabetos — a compreender as Sagradas Escrituras.

Frei Edgar, reitor do Santuário Santo Antônio, explica que, para São Francisco, o presépio era uma revelação concreta do Evangelho. "Desde então, cada presépio é uma escola silenciosa onde aprendemos quem é Deus e como devemos nos aproximar Dele."

Para a Igreja Católica, a montagem do presépio conduz os fiéis a experimentar o amor divino, o desapego, a fraternidade e a paz. A tradição permanece viva em todo o Brasil, com montagens em paróquias, santuários, dioceses e arquidioceses, em diferentes tamanhos, materiais e estilos.

O presépio reúne elementos específicos que narram o contexto anterior e posterior ao nascimento de Jesus: Maria, José, o Menino Jesus, a manjedoura, os pastores, os Reis Magos — Belchior, Gaspar e Baltazar —, o anjo, a estrela de Belém e os animais.

Segundo Frei Edgar, o presépio "não é apenas uma cena do passado, mas um lugar espiritual". Para ele, "cada elemento é mais do que uma lembrança; é um convite para deixar Deus nascer nos lugares pobres da vida, acolher com simplicidade, viver como irmãos e abrir espaço para o amor."

Personagens do presépio

Menino Jesus

Salvador da humanidade; Filho de Deus encarnado, que representa humildade, simplicidade e inocência como caminho para chegar a Deus.

Foi colocado na manjedoura — símbolo do "pão da vida"; Belém significa "casa do pão". A descida à terra eleva a dignidade de todas as criaturas.

Maria

Mãe de Jesus, que o concebe antes de tudo pela fé humilde, significa a humanidade que diz "sim" a Deus ("Fiat"), é um modelo de disponibilidade e abertura à palavra divina; e simboliza o ser humano capaz de gerar Deus interiormente, no coração.

José

Pai legal de Jesus, homem "justo"; a justiça é abertura ao mistério e à ação surpreendente de Deus. É o protetor de Maria e do Menino; partilha das dificuldades: perseguição de Herodes e exílio no Egito; e é um exemplo de fidelidade em meio às adversidades.

Pastores

Estavam acordados na noite do nascimento, vigiando seus rebanhos; eram socialmente marginalizados; representam os pobres, simples e humildes. O fato de serem os primeiros a receber a notícia do nascimento mostra a preferência de

Deus pelos pequenos. Mostram o cuidado: lembram que o ser humano deve ser cuidador do mundo e vigilante da história.

Reis Magos

Representam os não judeus, os povos gentios; símbolo dos buscadores da verdade em todas as culturas (a estrela como guia). Eram sábios da Pérsia; mais tarde identificados como reis pelas profecias bíblicas e tinham os seguintes dons:

- Ouro (Belchior): realeza de Jesus.
- Incenso (Gaspar): divindade e santidade.
- Mirra (Baltazar): humanidade e mortalidade.

Anjos

A palavra "anjo" significa "mensageiro" (ângeles, grego); informam a boa notícia do céu à terra (evangelho); representam harmonia e serviço a Deus em favor da humanidade; e estão presentes como coros, simbolizando unidade na diversidade dos seres espirituais.

Estrela de Belém

Indica que o nascimento de Jesus tem dimensão universal e cósmica; na antiguidade, era sinal de destino. Representa a luz divina no universo e a centelha divina na alma humana; e é guia dos buscadores de Deus, da verdade e do bem — de qualquer cultura ou origem.

Fonte: Marcos Aurélio Fernandes, professor de filosofia da Universidade de Brasília (UnB).



Crônica da Cidade

BIANCA LUCCA | bianca.lucca.df@cbnet.com.br

Um conto de Natal moderno

Acredito que todos os escritores partilham de uma mesma urgência: a de liberar palavras que, se não fossem escritas, apodreceriam por dentro. Eu, admiradora de Caio Fernando Abreu, parafraseio meu mestre, que descreve escrever como enfiar um dedo na garganta: “Depois, claro, você peneira essa gosma, amolda-a, transforma. Pode sair até uma flor. Mas o momento decisivo é o dedo na garganta”.

Foi me dado este dia 25 para ocupar o espaço literário do jornal e, devido ao simbolismo que a data carrega, o tema desta crônica não poderia ser outro senão o Natal. Mesmo assim, atendo-me ao meu ritual: escrevo o que vivo, o que vejo e o que

sinto. Não danço pelas letras sem antes enfiar o dedo em minha garganta, vomitar e moldar o que saiu das minhas entranhas. Então perdoe-me, leitor, se esta não for a história natalina que imaginara ler ao abrir as notícias desta quinta-feira.

Agora que introduzi o tom de minhas palavras, podemos, enfim, seguir para a história. Em dezembro de 1843, Dickens escreveu Um Conto de Natal. O clássico, originalmente criado para que o escritor conseguisse pagar suas dívidas, consagrou-se como uma célebre obra natalina. Aos que não leram, provavelmente conhecem suas adaptações cinematográficas: Scrooge, um homem rico que despreza o Natal, é visitado por três fantasmas — espíritos que representam o passado, o presente e o futuro, e o conduzem em uma viagem astral para que perceba o verdadeiro significado natalino.

O contexto do personagem será aplicado ao Natal brasileiro — não como

adaptação literal, mas como espelho torto. Aqui, os fantasmas não aparecem envoltos em lençóis etéreos, mas atravessam a cidade, muitas vezes em forma de ausências, plantões e luzes artificiais.

O primeiro espírito é o da cidade vazia. Brasília, que já é espaçosa demais nos dias úteis, no Natal vira quase ensaio de maquete. As superquadras silenciam, os eixos alongam o eco, e quem fica aprende rapidamente que o calendário também expulsa ao final do ano. Há sempre alguém que não voltou para casa, alguém que não tinha para onde ir, alguém que escolheu ficar — mas todas essas versões convivem com a mesma sensação: a de que a festa aconteceu longe. Brasília, neste dia, parece observar seus moradores como quem assiste a um Natal alheio pela televisão desligada.

O segundo fantasma é o do trabalho em dia santo. Porteiros que desejam “feliz Natal” com a naturalidade de quem repete um

gesto automático. Motoristas que atravessam a madrugada com o rádio baixo. Profissionais da saúde que medem o tempo em turnos, não em brindes. A jornalista que vos fala. Há bares abertos, hospitais cheios, prédios acordados. Enquanto uns descansam, outros sustentam o mundo funcionando — e esse também é um ritual, embora raramente celebrado. Não por acaso, este é o segundo Natal da minha vida que passo longe da minha família e de Minas Gerais, e celebro acompanhada dos meus colegas de trabalho e de minhas assombrações autorais.

O terceiro espírito se manifesta nas luzes da cidade. Em meu apartamento, não há árvore de Natal, mas existem Leds piscando no canteiro central. Não tenho ceia montada, mas vejo os reflexos verdes e vermelhos nas janelas. O Natal urbano substitui o doméstico sem pedir licença. A decoração pública acaba virando cenário íntimo, e o afeto precisa aprender a caber em

espaços improvisados.

Neste contexto, a viagem mística termina onde começam as novas tradições possíveis. Amigos que se juntam porque a família ficou longe. Mesas pequenas, pratos descontraídos, convenções inventadas na hora. Não há manual, não há coral infantil, não há fotografia perfeita, mas há presença. E talvez isso seja o que mais se aproxima da ideia original de Natal: gente tentando estar junto apesar das circunstâncias.

Dickens ofereceu redenção a Scrooge por meio do assombro. Brasília, mais contida, oferece outra coisa: silêncio suficiente para ouvir o que sobra. O Natal aqui não grita. Ele sussurra nos corredores, nas portarias, nos bares vazios, nas janelas acesas em meio a tantas apagadas. E talvez seja justamente nesse sussurro que algumas palavras encontrem saída. Assim, sacio uma fome que só se cala quando vira escrita. Feliz Natal.

ABUSO SEXUAL / Líder do centro Casuá dos Reis Malunguinhos, no Guará 2, foi detido preventivamente ontem. Investigações apontam a existência de pelo menos quatro vítimas, assediadas durante rituais de “purificação”

Religioso preso por estupro

» ARTUR MALDANER*

O líder religioso Rafael Maia Carlos Fonseca, 49 anos, do centro Casuá dos Reis Malunguinhos, no Guará 2, foi preso preventivamente, ontem, por estupro de vulnerável. Os mandados de prisão e de busca e apreensão, cumpridos pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) por meio da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher I (DEAMI), foram motivados pelas denúncias de quatro vítimas, ouvidas em um período de quatro dias, que relatam que o agressor cometia abusos sexuais com a justificativa de rituais de purificação.

De acordo com a delegada-chefe da DEAM I, Adriana Romana, os relatos apresentavam um padrão, no qual Rafael Fonseca marcava sessões individuais com frequentadoras do centro religioso que buscavam apoio espiritual em situação de vulnerabilidade. No âmbito da Operação Fé Violada, foi apurado que, durante os encontros particulares, o agressor afirmava estar incorporando determinada entidade religiosa, e aconselhava que as vítimas ficassem nuas ou seminuas para uma lavagem espiritual, com abusos praticados de forma gradual e progressiva.

Ainda durante o ato, Fonseca aplicava um pó azul nas partes íntimas das mulheres, com toques indesejados, e oferecia a elas uma bebida chamada jurema, feita à base de ervas. Nas redes sociais do Casuá dos Reis Malunguinhos, o local é classificado como uma casa de jurema sagrada. “Fazemos sessão de cura”, consta na página. As investigações seguem para identificar as características de ambas as substâncias, que, após serem apreendidas no local dos crimes, foram encaminhadas ao Instituto de Criminalística (IC) para perícia.

Divulgação/PCDF



O suspeito usava um pó azul e a bebida jurema nos rituais de “purificação” com as vítimas

“A gente pode estar diante de dois crimes. Foi, à princípio, registrado como estupro, pelo uso

dessa substância, identificada como jurema, em que as mulheres relataram um estado alterado de

consciência após o uso”, disse a delegada-chefe da DEAMI. Os relatos das vítimas apontam que os abusos

Divulgação/PCDF



Polícia espera identificar outras vítimas de Rafael Maia

aconteciam, pelo menos, desde maio de 2025, com o primeiro registro feito em 24 de novembro, que marcou o início das investigações.

A delegada Adriana Romana explica que, nesse tipo de crime, já que as vítimas sofrem os abusos em ambiente fechado, com um caráter de sigilo nos rituais, as denúncias podem não aparecerem de forma imediata. “Somente após o início de conversas entre as mulheres se descobre que está acontecendo a mesma situação de forma repetida, já que não é uma prática amplamente divulgada dentro de um centro religioso”, explica.

Com a divulgação do nome e da foto do agressor, a polícia busca identificar outras vítimas, possivelmente descobrindo mais informações sobre a conduta do suspeito. De acordo com a delegada-chefe, a divulgação é essencial em crimes do tipo, onde não se sabe se o agressor já atuou em outros centros religiosos: “É muito comum que esses líderes tenham conduta reiterada em determinado local, até ser descoberto, e depois mudam de centro para praticar os crimes contra outras vítimas”, explica Romana.

No momento da prisão, o líder religioso Rafael Fonseca estava acompanhado por advogado. A defesa dele não quis comentar o caso. O preso foi conduzido ao Departamento de Polícia Especializada (DPE) para carceragem, onde permanece à disposição da Justiça.

Outro caso

Na última sexta-feira, um integrante da Igreja Batista Filadélfia, também no Guará, foi preso temporariamente, acusado de cometer estupro de vulnerável contra adolescentes do sexo masculino. Segundo a investigação conduzida pela 4ª Delegacia de Polícia (Guará 2), o homem, de 30 anos, tinha um padrão sistemático para realizar os abusos sexuais, que teriam ocorrido ao longo de aproximadamente seis anos, entre 2019 e 2024, contra membros da Igreja Batista Filadélfia.

As investigações, que tiveram início em novembro deste ano, apontam para uma ação baseada em manipulação psicológica e abuso de confiança. O suspeito utilizava sua posição de liderança religiosa e ministrava cursos temáticos sobre sexualidade e “integridade sexual” voltados para adolescentes.

O delegado Marcos Loures, chefe da unidade, detalhou o método utilizado pelo suspeito para se aproximar das vítimas. “Pela posição dele, tinha a confiança dos pais, se aproximava de adolescentes, se tornava íntimo, convidava para situações como ir na casa dele assistir a um filme, e falava que ia ter outros adolescentes lá. Chegava lá, só tinha o adolescente vítima, e aí ele acabava iniciando os abusos”, explicou.

Em nota, a Igreja Batista Filadélfia manifestou “profundo pesar e indignação diante dos fatos noticiados”.

TEMPO

Verão de calor e chuvas no DF

» WALKYRIA LAGACI*

Brasilienses, preparem os óculos de sol, os chapéus e os guarda-chuvas, porque o verão promete dias de calor intenso intercalados com períodos de chuva no Distrito Federal. Iniciada no último domingo, a estação, que vai até 20 de março de 2026, deve registrar temperaturas elevadas e precipitações ao longo dos próximos três meses, com volumes dentro da normalidade climatológica, entre 500 e 600 milímetros.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a temperatura neste Natal pode chegar aos 30°C, com mínima em torno dos 20°C. Ao longo da tarde e da noite, o céu deve permanecer com muitas nuvens e há possibilidade de

chuvas isoladas. A umidade relativa do ar varia entre 40% e 90%. Já para o fim de semana antes do réveillon, a expectativa é de ainda mais calor, com temperaturas que podem alcançar os 32°C no Distrito Federal, também acompanhadas da probabilidade de precipitação.

De acordo com o Inmet, a formação frequente de canais de umidade, responsáveis por transportar ar úmido da Amazônia para outras regiões, e a atuação das Zonas de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) favorecem a alimentação da umidade no Centro-Oeste. Diante desse cenário, a meteorologista do Inmet Tatiana Paz explica que a expectativa é de um verão com chuvas dentro da média climatológica. “Recomendamos que, em caso

Ed Alves/CB/DA Press



A temperatura neste Natal pode chegar aos 30°C, com mínima em torno dos 20°C

de chuvas mais intensas, a população evite sair de casa até o fim da condição mais severa e não transite por áreas sujeitas a alagamentos. Pode ser que tenhamos épocas com

previsão de tempestades com rajadas de vento”, alerta a especialista.

Apesar da previsão de um aumento médio de cerca de meio grau nas temperaturas neste verão, os

valores não devem atingir os extremos registrados no ano passado. Ainda assim, em dias de calor intenso, os cuidados com a saúde precisam ser dobrados. Tatiana

orienta que as pessoas evitem a exposição direta ao sol, especialmente no período mais quente do dia, entre as 14h e as 16h, quando a umidade relativa do ar costuma ficar mais baixa e há maior risco de insolação e desidratação.

“Se for necessário se expor, deve-se usar bastante protetor solar, procurar áreas de sombra e utilizar bonés ou chapéus. Além disso, é fundamental manter uma boa hidratação ao longo do dia”, reforça.

Para que a população possa se prevenir diante de mudanças bruscas no tempo, o Inmet emite avisos meteorológicos diariamente, em seu portal oficial, que são constantemente atualizados e refinados. Os comunicados servem como orientação sobre a ocorrência de chuvas intensas, elevação das temperaturas e queda da umidade, indicando os níveis de atenção e risco para cada região do país.

*Estagiários sob supervisão de Eduardo Pinho

Eixo Capital

ANA DUBEUX (Interina)
anadubeux.correio@gmail.com



Arquivo Pessoal



Choro no apartamento de Odette

● Odette Ernest Dias, que nos deixou ontem, desembarcou em Brasília em 1974. O clarinetista Celso Cruz convidou Odette para participar das rodas de choro no apartamento do jornalista Raimundo Brito, que reunia Waldir Azevedo, Pernambuco do Pandeiro e Avena de Castro, entre outros craques da música instrumental. Logo em seguida, Raimundo morreu. "Então, vamos nos reunir no meu apartamento", convidou Odette. Assim, o apartamento de Odette na 311 Sul passou a ser um dos endereços das rodas musicais que culminaram na criação do Clube do Choro.

● No livro *Da poeira à eletricidade*, Severino Francisco lembra de uma história insólita. "Há um detalhe curioso: o da participação das plantas nas rodas de choro do apartamento de Odette. Ela cultivava avencas e jiboias. A audição constante daqueles mestres da música popular fez com que às plantas vicejassem com um esplendor extraordinário", conta.

● Severino prossegue: "As jiboias subiram até o teto, chegando, inclusive, a atrair um pássaro preto, que morou no apartamento durante certo tempo. As plantas revelaram um ouvido musical apuradíssimo, pois quando cessaram as rodas de choro, elas feneceram".



À QUEIMA-ROUPA

"Não há espaço para a tolerância à desinformação"

Em meio a um cenário de fortes tensões institucionais, avanço da desinformação e crescente polarização política, a ministra Vera Lúcia Santana Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), assume em 2026 a função de juíza auxiliar da propaganda eleitoral. Nesta entrevista ao **Correio**, ela avalia os desafios da Justiça Eleitoral diante do impacto das novas tecnologias no processo democrático, discute a judicialização das eleições e reflete sobre os limites entre liberdade de expressão e o combate às fake news. A ministra também defende políticas afirmativas e destaca a necessidade de enfrentamento à violência política de gênero.

Arquivo pessoal



Onde está o limite entre coibir notícias falsas e preservar a liberdade de expressão?

A liberdade de expressão — e a nossa presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, é uma referência na defesa desta garantia constitucional —, não se confunde com notícias falsas. Nesse sentido, não há que se tolerar a notícia falsa, que costuma se prestar ao fomento de discursos de ódio, caluniosos, misóginos, racistas, homofóbicos. O combate às práticas criminosas no trato da informação somente fortalece a liberdade de expressão.

Como a Justiça Eleitoral pode atuar diante da polarização política sem perder sua imparcialidade?

Tenho que essa questão não constitui dilema à magistratura eleitoral, vez que o papel dado à Justiça Eleitoral pela Constituição Federal estabelece com precisão onde e quando o Estado atua, sobressaindo aí o papel responsivo dos partidos políticos. São eles, os partidos, os grandes protagonistas da cena política na construção de seus candidatos e candidatas, na gestão dos recursos financeiros destinados à organização, formação política de seus quadros e custeio das campanhas eleitorais, ou seja, fundamentalmente, incumbe à sociedade e suas representações políticas a fixação de balizas, limites, que não venham a premiar exatamente discursos e práticas tóxicas.

Como a Justiça Eleitoral pode contribuir para ampliar a participação

feminina e o respeito às cotas de gênero?

O Tribunal Superior Eleitoral tem demonstrado de forma inequívoca, sua obrigação de fazer cumprir as políticas afirmativas de inclusão da mulher na vida política partidária, ocupando os lugares que lhes pertencem por direito constitucional e normas emanadas do Congresso Nacional. A busca da efetividade da legislação é objeto inclusive de Súmula do TSE, com imposição de todas as sanções legais aos partidos responsáveis por fraudes à cota de gênero.

O enfrentamento à violência política de gênero seguirá no centro da atuação institucional?

Certamente. Combater a violência contra a mulher é um imperativo das forças democráticas da sociedade brasileira. Os números crescentes de feminicídio, em especial das mulheres negras, revelam um grave adoecimento que encontra no ambiente público da política, mais um terreno fértil para práticas de violência contra as mulheres, a exigir, no caso, do sistema da justiça eleitoral, as prontas e eficazes respostas, mas as políticas preventivas passam em boa medida pelas agremiações partidárias.

Que avanços ainda são necessários para garantir eleições mais inclusivas?

Olha, nossa vocação positivista tem construído normas jurídicas que já deveriam garantir uma representação política em todos os níveis, mais coerente, compatível com a composição da população, majoritária que é de negros, de mulheres. É certo que há instrumentos legais mais efetivos como, a reserva de bancada e não a cota, jamais alcançada pelas mulheres, embora tenhamos lei para isso desde 1995.

Como se vê, são obstáculos reais, mas não intransponíveis, e a Justiça Eleitoral, com as atribuições dadas pela Constituição da República Federativa do Brasil, está pronta para seguir cumprindo a ordem democrática.

Unidos venceremos

Tanto Max Maciel, do Psol, quanto Cristovam Buarque (Cidadania) defendem a união da esquerda no Distrito Federal em torno de uma candidatura única para o GDF. Esperam que Leandro Grass (PT) e Ricardo Cappelli (PSB) se conciliem. Cristovam e Max não apontam um nome de preferência entre os dois. Mas dizem que vão apoiar o nome que unir a esquerda.

Divulgação



Gente que faz

Ação itinerante do TRE/DF no Fórum de Planaltina atende 111 pessoas em três dias.

Nada de recesso

O TRE-DF continuará trabalhando durante o fim de ano. A Central de Atendimento ao Eleitor (CAE) vai funcionar das 8h às 18h, e os cartórios das 1ª, 5ª, 8ª, 11ª, 17ª e 18ª Zonas Eleitorais do Distrito Federal, além do Cartório Eleitoral do Exterior, das 12h às 17h. Os atendimentos também serão prestados de forma virtual.

Ponto da discórdia

A decretação do ponto facultativo em 2 de janeiro de 2026 não agradou a todos os servidores do funcionalismo do Distrito Federal. Como em muitos órgãos, as equipes se dividiram em escalas nas semanas de Natal e ano-novo. Quem vai trabalhar amanhã, dia 26, se sentiu prejudicado pela decisão tomada de última hora pelo governador.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

FECHAMOS MAIS UM ANO EM
1º LUGAR!

OBRIGADO!

**20
26**

VAI SER BOM
DEMAIS!



Fonte: Kantar IBOPE Media EasyMedia4 | DFE | DFE-SET/2025 A NOV/2025
DFE-CLUBE 105 FM/WEB | DFE-AMBOS | 05-05 | 2a-Dom | OPM#

Capital S/A

SAMANTA SALLUM
samantasallum.df@cnet.com.br



6 Nós somos como um lápis com que Deus escreve os textos que Ele quer ditos nos corações dos homens
Irmã Dulce

Fecomércio



Consumo das famílias reage no fim do ano, e empresários voltam a ter confiança na economia

O consumo das famílias brasileiras ganhou impulso no encerramento de 2025 e passou a sinalizar um ambiente mais favorável para o comércio. A Intenção de Consumo das Famílias avançou em dezembro e voltou a superar o resultado registrado em igual mês de 2024. O índice subiu 4,9% na comparação com novembro e interrompeu a sequência de quedas na análise anual, com crescimento de 0,2% ante dezembro do ano passado. Os dados são da CNC.

Procura por bens duráveis

O movimento foi puxado, principalmente, pelo aumento da Compra de Bens Duráveis (+7,7%) e pela melhora da percepção sobre o Acesso ao Crédito (+5,4%), itens diretamente associados às promoções e ao aquecimento do mercado no fim do ano.

Otimismo moderado

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) cresceu 2,3% em dezembro, alcançando 101,7 pontos e retornando ao patamar que indica confiança. Apesar da melhora no curto prazo, o indicador ainda permanece inferior ao observado um ano antes. Na comparação com dezembro de 2024, o Icec registrou queda de 5,9%, refletindo, principalmente, a avaliação negativa dos empresários sobre as condições atuais da economia.

Indústria brasileira ganha destaque da CNI por inovação e sustentabilidade

Com a divulgação de "Sim. Em Brasília, temos indústria!", a entidade que representa nacionalmente o setor valorizou a produção da capital federal. E aponta que inovação e sustentabilidade são as características predominantes das empresas do setor no DF. Segundo a Confederação Nacional da Indústria, o segmento desconstrói "a visão caricata da capital federal", de uma cidade apenas de atividade administrativa. Um dos exemplos citados é a empresa Zero Impacto. A indústria de logística reversa recicla cerca de 60 toneladas de resíduos eletroeletrônicos, como celulares, tablets e computadores, por mês, impedindo o descarte incorreto desses materiais no meio ambiente.



O DF tem uma indústria que emprega mais de **128 mil** trabalhadores e que participa do PIB local com mais de **R\$ 11 bilhões** por ano.

Fibra



Pilar de desenvolvimento econômico

"O setor, com apoio do Sistema Fibra, tem evoluído em tecnologia, inovação e em competitividade, e a consequência é demonstrada no crescimento da participação da indústria na economia local. Com uma política de Estado, de longo prazo, a indústria tem capacidade de ser o grande pilar do desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal", afirma o presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA), Jamal Jorge Bittar.

Mentoria para as empresas locais

O Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procomp), iniciativa da CNI em parceria com o Sebrae, capacitou diversas empresas no DF. Ao fim do projeto, representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da FIBRA e do Sebrae visitaram as indústrias e puderam ver como a mentoria tem contribuído para o crescimento dos negócios.



Lei distrital para socorrer superendividados

A Câmara Legislativa do Distrito Federal promulgou a Lei Complementar 1.059/2025, que cria um programa de crédito subsidiado para socorrer cidadãos superendividados. A nova lei baseia-se na Lei Federal do Superendividamento (Lei nº 14.181/2021), que já reconhece a necessidade de proteger o consumidor. A norma assegura o "mínimo existencial" para quem não consegue mais pagar suas dívidas. Ela altera o Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor (FDDC) do DF para permitir a oferta de empréstimos com juros mais baixos. Possibilita que recursos do FDDC, que anteriormente eram destinados a outras políticas de defesa do consumidor, sejam utilizados para financiar a renegociação de dívidas de pessoas físicas.

Situação de servidores públicos com o BRB

"É uma resposta à situação de penúria financeira e social enfrentada por muitas pessoas no Distrito Federal, especialmente servidores públicos que são submetidos a descontos abusivos em suas folhas de pagamento para arcar com empréstimos junto ao BRB", afirma o deputado Gabriel Magno (PT), autor da proposta.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Brasília viveu o Botecar!

Bares cheios, encontros, brindes e sabores únicos marcaram essa edição.

Confira o que rolou nesta edição.



festivalbotecar.com.br/bsb/

Realização



Fomento



Secretaria de Turismo



Opções para todos os gostos e bolsos

O **CORREIO** SEPAROU ALGUMAS ATRAÇÕES DO RÉVEILLON PARA QUEM AINDA NÃO SABE ONDE PASSAR A VIRADA, DESDE FESTAS GRATUITAS A HOTÉIS LUXUOSOS

» WALKYRIA LAGACI*

Com passagens aéreas caras e pouco tempo para planejar viagens, muitos brasileiros optam por passar o fim de ano mais perto de casa. E quem decidiu ficar no Distrito Federal não precisa abrir mão da diversão e do descanso. A capital e o Entorno oferecem uma gama de opções — desde festas e hotéis luxuosos a refúgios na natureza.

Para quem busca economizar, Brasília dispõe de alternativas simples, mas especiais para celebrar a virada do ano. Na Esplanada dos Ministérios, o Governo do Distrito Federal promove a tradicional festa de réveillon, com palco gratuito, shows musicais e queima de fogos. Este ano, a celebração em 31

de dezembro e 1º de janeiro conta com Ana Castela, Lauana Prado e Carlinhos Brown. Além dos cantores nacionais, a festa também terá a presença de artistas locais. A comemoração é ideal para quem gosta de curtir ao ar livre, com clima animado e programação acessível.

Outro ponto tradicional é a Praça dos Orixás, popularmente conhecida como Prainha. Um dos locais mais procurados no ano-novo do DF, o espaço reúne queima de fogos, feiras Cultural e Afro-Gastronômica e apresentações musicais de samba, pagode e outros estilos. Na orla, a espiritualidade também marca presença, com rituais de religiões de matrizes africanas realizados durante a noite.

Divulgação



Chef Fabiana Pinheiro preparou uma noite toscana

Natureza

Descanso, paz e meio ambiente é o que alguns brasileiros buscam para se desconectar da cidade no fim do ano. O Brasília Resort se destaca como uma opção de hotel-fazenda no entorno de Brasília, combinando lazer familiar acessível com imersão na natureza do Cerrado. Apenas a 20km do Plano Piloto, o local conta com piscinas refrescantes, toboáguas, playground, pesca esportiva, trilhas ecológicas e bangalôs aconchegantes. A hospedagem no dia 31 de dezembro contará com ceia especial inclusa, música ao vivo e queima de fogos para celebrar a chegada do novo ano, além de um champanhe por família para brindar na celebração.

Em Goiás, a busca por pousadas para o Réveillon também é grande. Em Pirenópolis, mais de 90% das hospedagens já estavam ocupadas até meio de dezembro. A cidade contará com a tradicional queima de fogos na Praça Central. A Pousada Cavaleiro dos Pireneus ainda tem algumas acomodações disponíveis no pacote de Réveillon. Para dois adultos, com três diárias e valor pode variar de R\$7.530 a R\$10.320 a depender da opção escolhida. A experiência inclui dois vouchers de refeição por pessoa, música ao vivo, piscina aquecida e ceia especial na noite de Ano-Novo.

Conhecida pelas paisagens de cerrado preservado, cachoeiras de águas cristalinas e um céu estrelado que se transforma em espetáculo natural, a Chapada dos Veadeiros se consolida mais uma vez como um dos destinos mais procurados do país para a virada do ano. Na Vila de São Jorge, o Réveillon Santo Cerrado 2026 acontece no Santo Cerrado Risoteria & Café, e propõe uma virada intimista sob as estrelas da Chapada. A atração principal é a banda Chapajam, acompanhada por DJs. Os ingressos para a festa da virada estão à venda pelo Sympla, com valores a partir de R\$ 75.

Outro destaque é o Réveillon Pura 2025, realizado no espaço Pura Chapada. Com proposta de evento exclusivo, a programação reúne música ao vivo e eletrônica, além de Open Food e Full Open Bar Premium. Entre as atrações confirmadas estão Syryx, Fernando Bocão e Banda, Paru e Troccoli, que comandam a pista até o amanhecer. Os ingressos estão no 4º lote, com valores de R\$ 800 para o público masculino e R\$ 700 para o feminino, incluindo jantar completo, coquetel volante, antepastos e opções servidas na madrugada.

Divulgação



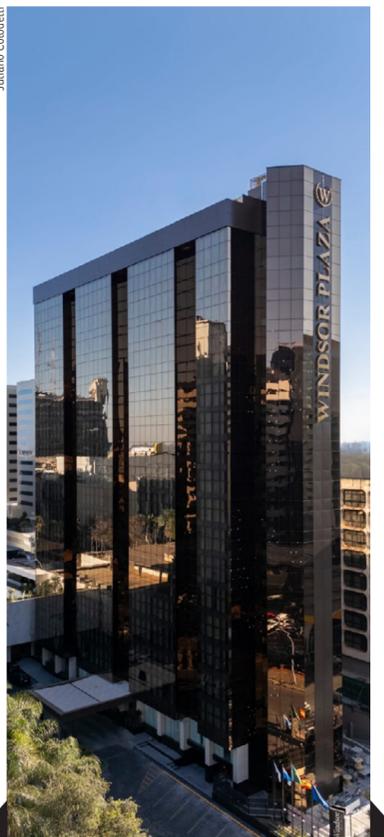
Praça Central de Pirenópolis

Divulgação



Brasília Resort é uma boa alternativa para os amantes da natureza

Juliano Colodetti



Windsor Plaza oferece sofisticação

Réveillon à beira do lago

Ainda entre as opções ao ar livre, o Pontão do Lago Sul se destaca por oferecer diferentes propostas para a virada. O espaço tem eventos em restaurantes, com open food e open bar, cujos ingressos variam de R\$ 550 a R\$ 1.200 por adulto — os valores para crianças podem variar.

Para quem prefere gastar menos, é possível aproveitar a festa e assistir à queima de fogos gratuitamente na área externa. Os ingressos para acesso ao local são retirados pelo Sympla, mediante a doação de 1kg de alimento.

Um dos restaurantes de destaque no Pontão é o Sallva Bar e Restaurante da chef Fabiana Pinheiro, que mistura com excelência sabores da cultura italiana e brasileira. Para o réveillon, a proposta do restaurante é “Uma Noite na Toscana”, com um buffet de antepastos, prato quente à la carte, sobremesas e serviço open bar, com espumantes Chandon, vinhos italianos, chopp, drinks e refrigerantes. “Nossa festa combinará a elegância rústica da região italiana com a hospitalidade e as delícias do Sallva Bar & Restaurante. Para celebrar o brilho e a esperança da virada do ano, ofereceremos uma atmosfera acolhedora, sabores marcantes e decoração charmosa”, aponta a chef.

Os valores para aproveitar a virada no Sallva variam de R\$ 850 a R\$ 1.200 dependendo do local de preferência da mesa.

Mais uma referência do parque é o restaurante Gran Bier, que oferece um pacote all inclusive para o réveillon. A experiência inclui um menu completo, com bacalhau assado, filé ao vinho do Porto, capeletti cremoso, sobremesas variadas, além de bebidas como whiskey, vodka, gin, espumante e chope Brahma.

A programação musical conta com show ao vivo de Adriana Samartini e apresentações de dois DJs ao longo da noite. O valor do bistrô adulto é de R\$ 830, com ingressos à venda pelo Sympla.

Pacotes

Luxo e sofisticação é a proposta da rede Windsor Hotéis para o ano-novo de 2026. Para quem quer apenas se deliciar na ceia, o valor é de R\$ 770 por pessoa e estão incluídos o buffet livre, além de um open bar com água com e sem gás, sucos, refrigerantes, vinho branco e tinto, whisky Black Label, cerveja, caipirinha, caipiroska, gin e espumante. Já os pacotes de hospedagem com a ceia e café da manhã estão a partir de R\$ 1.126, em ocupação single. “Com certeza, o ambiente familiar, a alta gastronomia e o serviço de excelência nos hotéis Windsor Plaza Brasília e Windsor Brasília — que acabaram de passar por reformas — estão entre os diferenciais do nosso Réveillon”, ressalta a gerente-geral Helen Coelho.

O Golden Tulip Brasília Alvorada também não fica para trás. O pacote de Réveillon do hotel engloba diária para duas pessoas, café da manhã e ceia no Toro Parrilla, queima de fogos à beira do Lago Paranoá, uma taça de espumante por pessoa e programação musical. A proposta custa a partir de R\$ 1.559,00 (mais 13% de taxas). Os hóspedes também terão acesso a toda a estrutura do hotel, incluindo piscina e área gastronômica.

Rock para virar o ano

Com som eletrizante, 39 torneiras de chope disponíveis e diversas opções gastronômicas, o Galpão 17 é o lugar perfeito para os amantes de rock que ainda não sabem onde passar o réveillon. “O público pode esperar seis horas de música sem parar”, afirma a produtora Rebeca Catarina.

A casa abre às 21h, com som do DJ Wellington. Às 21h30, começam os shows das bandas Selvagem e, em seguida, Heat. Depois, o grupo Válvula sobe ao palco com um tributo especial a Nirvana, Audioslave e Pearl Jam. Após o show da banda, o DJ Wellington retorna à discotecagem e segue animando o público até as 4h da manhã, horário de encerramento do evento. Os ingressos e as reservas de mesa podem ser adquiridos pelo Sympla ou no estabelecimento no dia do evento.

“Em nossa festa, as pessoas podem vir curtir bastante, a família toda, os amigos e as crianças também. Elas não ficarão desamparadas nesse momento. Nossa brinquedoteca estará aberta”, destaca.



Galpão 17 é uma das opções para os fãs de rock

Transporte e trânsito

» Locomoção não será um problema nos dias de festividades. Ônibus e metrô serão gratuitos em todos os horários hoje e nos dias 28 de dezembro e 1º de janeiro. Nos dias 26, 27, 29, 30 e 31 de dezembro e em 2 de janeiro, a passagem será gratuita das 18h às 23h.

» O Eixo Rodoviário estará fechado para veículos e aberto ao público hoje e em 1º de janeiro, das 6h às 18h, para o Eixão do Lazer.

Tome Nota

As informações para esta seção são publicadas gratuitamente. O material de divulgação deve ser enviado com informações completas do evento (inclusive data e preço), no mínimo cinco dias úteis antes de sua realização.

CURSOS

Escola Virtual

A Escola do Governo (Egov) oferece cursos gratuitos de EaD para o público em geral. As formações são da plataforma do Governo do Distrito Federal (GDF) nas áreas de informática, linguagem, saúde e dentre outros. As matrículas vão até dia 5 de janeiro, às 23h59, e as aulas começam no dia 12, com duração de um mês. Para se inscrever, é necessário entrar no site egov.df.gov.br e se cadastrar. Caso tenha o login do site, não é preciso realizar outro cadastro.

Comércio

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal (Senac-DF) está com matrículas abertas para os cursos livres, técnicos, graduação e pós-graduação com vagas gratuitas. A prática das aulas é presencial e com cursos a partir de 20 horas e das áreas preparadas para o comércio. A inscrição exige alguns requisitos e é necessário verificar em quais redes do Senac os cursos estão disponíveis. Para se inscrever, basta acessar o site do Senac-DF e preencher um formulário com as informações pessoais.

OUTROS

Cerimônia de ano novo

O Templo Budista se prepara para o ano novo. Na última noite do ano, o templo realizará a tradicional Cerimônia das 108 Badaladas. Ao som do Bonsh, o grande sino do templo, cada uma das 108 badaladas simboliza a liberação dos desejos e inquietações que o ser humano carrega, preparando o coração e a mente para receber o ano novo com mais leveza e clareza. Um ritual simples, profundo e cheio de significado para celebrar o começo de um novo ciclo. A entrada é livre e o evento será no dia 31 de dezembro, antes da meia-noite.

Réveillon 2026

O Réveillon na Esplanada, batizado de Celebra DF 2026, mantém a tradição de festa ao ar livre, a exemplo do ano passado. O evento contará com show de atrações nacionais como Ana Castela, Lauana Prado e Carlinhos Brown, em um palco montado na Esplanada dos Ministérios. O show começa às 18h.

Desligamentos programados de energia

Não há desligamentos previstos para esta data.

Feira e show

De hoje a 28 de dezembro, a Feira Permanente do Riacho Fundo 2 recebe o Feira Tour com uma programação recheada de muita cultura, música, alegria e experiências para toda a família. Além de participações de artistas Tony Safadão e Forró Perfeito, o evento terá serviços gratuitos, como oficinas, palestras, exame de vista, design de sobancelhas e brinquedoteca. O festival vai das 14h às 22h, com entrada gratuita.

Nosso Natal

Até dia 4 de janeiro, a Esplanada dos Ministérios recebe as últimas luzes natalinas com o festival Nosso Natal 2025. A programação conta com atividades para como oficinas criativas, com turmas às 17h40, 18h45, 19h50, 20h55; trenzinho de natal, a partir das 17h; visita à Casa do Papai Noel, das 17h às 22h; teatro infantil, às 18h; patinação no gelo, carrossel e roda-gigante, das 17h às 22h30. A entrada é livre para públicos de todas as idades. Hoje, não há atividades.

Contos de terror

O Espaço Cultural Renato Russo (508 Sul) recebe o evento literário *Tarde dos Inocentes — Contos que Não Deveriam Ser Contados*, no próximo domingo. A atividade de leitura pública é voltada a escritores, estudantes e público em geral que se interessam pelo gênero de terror e mistério. A iniciativa conta com autores da literatura contemporânea, entre eles, Alexandre Bernardo, Ana Rossi, Bruna Presmic, Bruno Lago, Carol Castro, Gustavo Cordeiro, Marcos Linhares e Maristela Papa. O evento é gratuito e pode ser acompanhado presencialmente ou por transmissão ao vivo no Instagram do Instituto Viver Bem.

Carimbos

O Museu de Arte de Brasília (MAB), no Plano Piloto, está com a visitação para a mostra *CarimboObra/Karimbada* aberta até 30 de dezembro. A exposição reúne

artistas do Brasil, México, França, Argentina e Inglaterra que utilizam carimbos como linguagem artística e forma de arte contemporânea. A mostra homenageia Unhandejara Lisboa, artista paraibano responsável por unir tradição e inventividade por meio da xilogravura. As obras são inspiradas na Arte Correio dos anos 1960, forma de arte contemporânea que realizava a troca de obras pelo sistema postal. A entrada é gratuita e a visitação ocorre todos os dias, exceto terça-feira, das 10h às 19h.

Cultura idígina

A exposição Bancos Indígenas do Brasil: Rituais está em cartaz no Museu Nacional da República, no Palácio Itamaraty e no Memorial dos Povos Indígenas até 22 de fevereiro. São mais de 600 peças de 51 etnias, que destacam a cosmologia, os saberes e a arte indígena. A curadoria é de artistas indígenas.

Xilogravura

Até 15 de janeiro, o Museu Nacional da República recebe as obras de J. Borges, autodidata pernambucano e grande nome da arte da xilogravura. A exposição em Brasília reúne mais de 80 obras provenientes da coleção do pesquisador e jornalista Jeová Franklin, um dos maiores incentivadores e divulgadores do trabalho de J. Borges. Os núcleos temáticos percorrem o vasto universo borgeano: a religiosidade popular, as fábulas e lendas, o cotidiano sertanejo, as festas, os animais e a fauna do Nordeste. Obras emblemáticas, como *A chegada da prostituta no céu* e *O monstro do sertão*, integram a mostra. O museu é aberto de terça a domingo, das 9h às 18h30.

Cultura africana

A Caixa Cultural convida o público para vivenciar a encantadora contação de histórias *Baobá dos Sonhos*, inspirada em uma antiga lenda africana sobre a criação dessa árvore, que guarda todas as histórias do mundo. A atividade vai de 26 a 28 de dezembro e ocorre em um cenário interativo, com um grande baobá de tecido, onde o público é convidado a escrever seus sonhos e pendurá-los nos galhos da árvore, transformando o espaço em um jardim coletivo de desejos e imaginação. Não é necessário fazer inscrição. A atividade vai das 10h às 14h, com sessões de 60 minutos e 30 vagas em cada uma.

Telefone	Número	Telefone	Número	Telefone	Número
Polícia Militar	190	Doação de Órgãos	3325-5055	Autorização para vaga especial	
Polícia Civil	197	Farmácias de Plantão	132	Divtran I - Plano Piloto	
Aeroporto Internacional	3364-9000	GDF - Atendimento ao Cidadão	156	SAIN, Lote A, Bloco B, Ed. Sede - Detran/DF 12h e 14h às 18h	
SLU - Limpeza	3213-0153	Metrô - Atendimento ao Usuário	3353-7373	Divpol - Plano Piloto SAM, Bloco T, Depósito do Detran	
Caesb	115	Passaporte (DPF)	3245-1288	Divtran II - Taguatinga QNL 30, Conjunto A, Lotes 2 a 6, Tag. Norte	
CEB - Plantão	116	Previsão do Tempo	3344-0500	Sertran I - Sobradinho Quadra 14 - ao lado do Colégio La Salle	
Corpo de Bombeiros	193	Procon - Defesa do Consumidor	151	Sertran II - Gama SAIN, Lote 3, Av. Contorno - Gama-DF	
Correios	3003-0100	Programação de Filmes	3481-0139		
Defesa Civil	3355-8199	Pronto-Socorro (Ambulância)	192		
Delegacia da Mulher	3442-4301	Receita Federal	3412-4000		
Detran	154	Rododiferroviária	3363-2281		
DF Trans	156, opção 6				

Isto é Brasília



Catedral Militar

Projetada por Oscar Niemeyer, a Catedral Militar Rainha da Paz tem formato triangular e lembra uma barraca de campanha. A pedra fundamental foi abençoada pelo papa João Paulo II, em 1991, quando ele visitou o Brasil. O espaço sagrado foi inaugurado em 21 de dezembro de 1994. A programação do espaço religioso está disponível no site catedralmilitarrainhadapaz.com.br/a-catedral.

Poste sua foto com a hashtag #istoebasiliacb e ela pode ser publicada nesta coluna aos domingos

#istoebasiliacb

» Destaques

Memes

» O Centro Cultural Banco do Brasil abre a primeira mostra dedicada ao fenômeno cultural e social dos memes. Com curadoria de Clarissa Diniz e Ismael Monticelli e colaboração do perfil @newmemeseum, a exposição reúne manifestações que surgem nas ruas e nas redes sociais, acompanhando seus processos de reinvenção no ambiente digital e revelando, de forma inventiva, as maneiras pelas quais o Brasil se expressa e se transforma coletivamente. A mostra *Meme: no Brasil* de memeficação reúne artistas consagrados como Anna Maria Maiolino, Gretta Sarfaty, Nelson Leirner e Claudio Tozzi, e criadores digitais, como Blogueirinha, Porta dos Fundos, Alessandra Araújo, Melted Vídeos, John Drops e Greeno Dictionary. Visitação de terça a domingo, das 9h às 21h (entrada até às 20h40). Acesso gratuito.

Brasilidade

» Na Caixa Cultural, a mostra Nossos Brasis traz diferentes visões e interpretações do Brasil pelo olhar de 50 artistas. São 100 anos da arte brasileira num arco temporal que vai dos modernistas da década de 1920 a artistas emergentes da década de 2020, criando diálogos que materializam as muitas ideias de brasilidade. A exposição reúne grandes nomes, entre eles, Tarsila do Amaral, Portinari, Di Cavalcanti, Lygia Pape, Lygia Clark, Hélio Oiticica, Rosana Paulino, Adriana Varejão e Beatriz Milhazes. Visitação de terça a domingo, das 9h às 21h.

Acompanhe o Correio nas redes sociais

(61) 99256.3846

/correiobrasiliense

@correio.braziliense

@correio

@correio.braziliense

O tempo em Brasília

Sol e aumento das nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde. À noite o tempo fica aberto

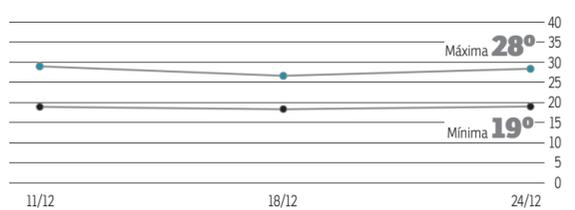


Umidade relativa

Máxima **91%**

Mínima **49%**

A temperatura



O sol

Nascente **5h39**
Poente **18h43**



A lua



Cheia **3/1**

Minguante **10/1**

Nova **25/12**

Crescente **27/12**



grita geral

grita.df@dabr.com.br (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

ÁGUAS CLARAS

PARQUE CENTRAL

O presidente da Associação de Moradores e Amigos de Águas Claras (Amaac), Roman Cuatrin, questiona sobre o Parque Central. "Enquanto a população se mobiliza com abaixo-assinado e pedidos ao GDF para tirar o Parque Central do papel (só o projeto urbanístico vencedor tem mais de oito anos), a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Seduh) dá um tapa na cara de Águas Claras e autoriza uma construtora a instalar um estande de vendas numa área pública destinada ao convívio, ao lazer e à interação dos moradores. A sanha imobiliária passa por cima da qualidade de vida e dos anseios dos moradores, privilegiando o financeiro privado em detrimento do coletivo", diz.

» A Seduh informa que "o stand de vendas em questão foi licenciado pela pasta atendendo a todas as condicionantes estabelecidas pelas normas e trata-se de estrutura temporária a ser removida ao final do período definido na licença. Com relação à criação do Parque Central, essa atribuição é da Seduh".



ASA NORTE

CABOS FURTADOS

A moradora da Asa Norte Renata de Souza reclama que na quadra residencial 211 Norte os postes estão desligados. "A parte interna, onde tem o parquinho, infelizmente, está sem luz", afirma a moradora.

» A Companhia Energética de Brasília (CEB) informa que "a quadra foi vítima de furto de cabos de iluminação pública". De acordo com a em presa, as equipes técnicas já estão atuando para realizar a reposição do material no menor prazo possível. "A Asa Norte tem sido o principal alvo desse tipo de crime. Como forma de conter o avanço dos furtos, a CEB IPes contratou uma empresa especializada para reforçar, por meio de solda, as janelas de inspeção que dão acesso à fiação, dificultando aberturas clandestinas. Paralelamente, as equipes regulares seguem realizando as manutenções de rotina.", explica, em nota.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

MERCADO

Para suprir a saída do experiente zagueiro Thiago Silva, que rescindiu na semana passada e acertou com o Porto-POR, o Fluminense já tem uma peça de reposição. Trata-se do zagueiro Jemmes, de 25 anos, um dos destaques do Mirassol no último Campeonato Brasileiro. O clube carioca vai pagar R\$ 22 milhões ao clube paulista por 70% dos direitos do jogador. O contrato vai até até 2030. Jemmes disputou 40 jogos e fez dois gols na temporada de 2025 pelo Mirassol.

Divulgação/Twitter/Ligue1



Juninho Pernambucano



Fred

Milagre de Natal



FUTEBOL

As inspirações do brasiliense Endrick, reforço do francês Lyon, para ganhar de presente na bola o direito de jogar a Copa do Mundo pela primeira vez



Bruno Guimarães



Lucas Paquetá

MARCOS PAULO LIMA

Principal revelação nascida no Distrito Federal desde os campeões mundiais Lúcio e Kaká, Endrick Felipe Moreira de Sousa tem em quem se inspirar neste Natal para pedir ao Papai Noel a realização do sonho de ser o terceiro candango a disputar a Copa. Anunciado reforço do Lyon pelos próximos seis meses, o atacante de 19 anos tem no clube francês um histórico fornecedor de talentos para a Seleção Brasileira no Mundial da Fifa.

Vários compatriotas de Endrick com passagem pelo time heptacampeão da Ligue 1 disputaram a Copa vestindo a Amarelinha: Edmilson, Cris, Juninho Pernambucano, Michel

Bastos, Bruno Guimarães, Lucas Paquetá e Fred, o modelo a ser seguido.

Em 15 de agosto de 2005, o centroavante Fred fez da transferência do Cruzeiro para o clube francês por 15,6 milhões de euros o trampolim para convencer o técnico Carlos Alberto Parreira a levá-lo à Copa Alemanha em 2006. Há 20 anos, ele fez gol na vitória do Brasil contra a Austrália por 2 x 0 na segunda rodada da fase de grupos.

Fred tinha 22 anos. Estava na primeira temporada no Lyon. Fez 17 gols em 45 exibições na estreia no futebol europeu. A melhor performance dele no clube foi recomendada com a vaga para ser reserva dos intocáveis Ronaldo, o Fenômeno, e Adriano, o Imperador, parceiros de ataque na Copa de 2006.

"Sou um camisa 9 com alma de camisa 10. Sempre admirei o Benzema desde quando ele jogava no Lyon. Assistia muito aos jogos dele e acho o estilo extremamente inspirador"

Endrick, centroavante, em entrevista ao diário L'Équipe em 2023

"Não posso prometer marcar gols em cada jogo. Mas esse é o meu objetivo. Tenho muita personalidade e não tenho medo de nada", discursou Fred no primeiro contato com a imprensa francesa ao ser apresentado aos torcedores.

Endrick acessou a Europa pelas portas do Real Madrid. Custou 47,5

milhões de euros ao clube espanhol. A falta de oportunidade com Xabi Alonso no time merengue faz do Lyon a alternativa para a tentativa de convencer Carlo Ancelotti a levá-lo à Copa de 2026.

O Lyon não é a melhor escolha, porém o clube mais disposto a recebê-lo. Faltava um camisa 9 ao

elenco. O francês Enzo Molebe, o espanhol Alejandro Rodríguez e o uruguaio Martín Satriano não são nomes à altura de centroavantes como o próprio Fred, Sonny Anderson, Élber, Benzema e Alexandre Lacazette, o maior artilheiro da história do Lyon com 199 gols.

O artilheiro do Lyon na temporada é o tcheco Pavel Sulc, com cinco gols em 11 partidas. O talentoso jogador de 24 anos é meia-atacante. A carência de um centroavante tem obrigado o jogador a funcionar como arco e flecha. A contratação de Endrick deixará o maestro do time menos sobrecarregado na missão de turbinar a campanha do Lyon, sétimo colocado na Ligue 1 depois de 12 rodadas.

Endrick teve um início arrasador

na Seleção. Decidiu a vitória contra a Inglaterra, em Wembley, por 1 x 0, e salvou a Seleção da derrota no empate por 3 x 3 com a Espanha no Santiago Bernabéu. Desequilibrado na vitória contra o México antes da Copa América de 2024 nos EUA, mas depois saiu do radar de Dorival Júnior e de Carlo Ancelotti.

Endrick celebrou o presente antecipado nas redes sociais. "O Natal chegou mais cedo", escreveu, escreveu sobre a transferência. Se Fred é a inspiração para disputar a Copa, Benzema virou referência para o sucesso no Lyon. "Sou um camisa 9 com alma de camisa 10. Sempre admirei o Benzema desde quando ele jogava no Lyon. Assistia aos jogos dele e acho o estilo extremamente inspirador", disse ao L'Équipe em 2023.

AQUÁTICOS Giovanna Pedroso foi à Rio-2016 aos 17 anos e, hoje, vê-se mais madura pelo sonho de LA-2028 em nome do filho

Evolução pela maternidade

VICTOR PARRINI

Satiro Sodré/Saltos Brasil

Giovanna Gomes de Almeida Pedroso tinha 17 anos quando disputou, pela primeira vez, os Jogos Olímpicos, no Rio de Janeiro, em 2016, nos saltos ornamentais. Ficou fora de Tóquio-2020 e de Paris-2024, mas planeja retornar ao maior evento do esporte em Los Angeles-2028. Hoje, aos 27, orgulha-se de uma nova versão, mais madura, centrada. Uma das explicações, senão a maior, tem nome: o pequeno herdeiro Nicolas.

O filho de três anos é o principal motivo para a separação das carreiras de Giovanna. O fato de ser mãe mudou a forma como enxerga a vida, a si e a carreira, como relata em entrevista ao **Correio**. “Desde o nascimento dele, mudei e amadureci, foi quando muita coisa mudou na minha cabeça. Você tem de se reinventar. É tudo diferente, não vive mais só para si. Tem uma criança pela qual você precisa lutar. Antigamente, eu treinava, chegava em casa e descansava. Agora, não. Tudo que faço é pensando nele”, conta.

A maternidade gerou maturidade e provocou reflexões em Giovanna. “Falo com o meu técnico: se antes eu tivesse a cabeça que tenho agora muita coisa teria sido diferente. Mas estou muito na paz, entendendo muita coisa sobre a minha vida, sobre os meus sentimentos, sobre a minha cabeça”, compartilha. Compreender que a carreira não teria fim devido ao nascimento do filho foi fundamental. A condição ainda é um tabu no esporte, mas está diminuindo. Mães-atletas são mais comuns



Giovanna disputou o Troféu Brasil no Centro Olímpico da Universidade de Brasília e levou o ouro da plataforma 10m

em modalidades coletivas, como vôlei e futebol.

Giovanna retornou aos saltos ornamentais em 2023. Passou praticamente dois anos longe da rotina de treinos e competições. Porém, o talento, a técnica e o trabalho intenso quatro meses depois de dar à luz a Nicolas foram importantes para voltar com o título de campeã do Troféu Brasil. “Meu técnico nunca tinha trabalhado com alguém que virou mãe. A primeira coisa que falei para ele foi: ‘Estou grávida, mas voltarei! Isso era uma certeza na minha vida. Não tinha opção de não voltar. Tanto que o meu parto sempre quis que fosse

normal, devido ao esporte”, explica.

A promessa foi cumprida e Giovanna sente que não há limites no esporte nem na vida. “Quando você se torna mãe, parece que é capaz de tudo. Isso me ajudou muito no esporte também. No esporte, são muitos desafios. Na maternidade, também. Em tudo que vou fazer agora é realmente com muito mais consciência. Tenho mais certeza de tudo”, reforça. A carioca da gema também participou das últimas duas edições do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos, em Doha-2024 e Singapura-2025.

Ciente do que pode fazer e para onde ir, ela mira os próximos

Jogos Olímpicos. “Meu principal objetivo é Los Angeles. Conseguimos recuperar muita coisa, principalmente em relação ao corpo. Eu olhava para o meu o técnico e falava que realmente não estava tão focada. Vi que precisava fazer do jeito certo, ou não iria para frente”, analisa.

Questionada sobre qual foi o maior desafio durante a jornada após se tornar mãe, Giovanna não pensa muito: recuperar a forma. “O físico foi o mais difícil para mim, porque quando tive o Nicolas engordei 20kg. O peso já era um problema. O mental, o negócio era o cansaço, que me pegava muito.

Arquivo pessoal



Quería muito treinar e, às vezes, não conseguia. Cheguei a chorar várias vezes”, confidencia.

A maturidade de Giovanna se reflete nas escolhas fora do esporte. Ela decidiu se matricular na faculdade no meio do ano. Cursa educação física no modo semipresencial com duas matérias neste início, mas enxerga como um passo importante para o pós-carreira. “Era uma coisa que me pesava muito. Sempre treinei o dia inteiro, mas era uma coisa que me incomodava ainda, porque, poxa, estou com 27 anos. Uma hora, a vida de atleta acaba. Estou gostando tanto, que a minha vontade é de mudar para o presencial. Demorei muito para começar”, enxerga.

Em 2026, Giovanna celebra uma década da primeira participação em Jogos Olímpicos. “Aquela fase foi uma muito, com muitos resultados, mas eu também

era muito nova. Caramba, aos 17 anos, participei de uma Olimpíada. A primeira medalha no Pan foi com 16 anos. Só tenho lembranças boas. Quero viver aquilo ali de novo. Se eu novinha não tinha nem a cabeça que eu tenho hoje conseguí. Imagina agora”, imagina.

Em 2023, Giovanna Pedroso faturou a medalha de bronze da plataforma sincronizada de 10m dos Jogos Pan-Americanos de Santiago, no Chile, ao lado de Ingrid Oliveira. Foi especial, pois reeditaram a dupla de prata na edição de Toronto-2015 e marcou a retomada da amizade. Elas se desentenderam após os Jogos do Rio-2016 e voltaram a conversar sete anos depois. “É muito difícil alguém conseguir abalar a nossa amizade. Só eu sei das coisas que acontecem e o quanto me faz bem ter a Ingrid por perto. Nossa parceria continua firme e forte”, garante.



#CBFOLIA
2026

O CARNAVAL 2026 PROMETE SER VIBRANTE

E O CORREIO BRAZILIENSE ESTÁ PREPARANDO CONTEÚDOS EXCLUSIVOS PARA CELEBRAR A MAIOR FESTA POPULAR DO PAÍS.

ASSOCIE A SUA MARCA AO PROJETO CBFOLIA 2026 E CONECTE-SE A UM PÚBLICO ENGAJADO E FESTIVO.





FALE COM A NOSSA EQUIPE COMERCIAL

CORREIO BRAZILIENSE
PLATAFORMA DE COMUNICAÇÃO







Diversão & Arte

A FLAUTISTA **ODETTE ERNEST DIAS** MORREU NA MADRUGADA DE ONTEM, AOS 96 ANOS. EX-PROFESSORA DA UnB, A INSTRUMENTISTA FOI UM DOS PILARES NA CRIAÇÃO DO CLUBE DO CHORO DE BRASÍLIA



Anderson Schneider/CE/DA Press

O ÚLTIMO SOPRO

» ISABELA BERROGAIN
» JOÃO PEDRO CARVALHO
» JÚLIA COSTA
» NAHIMA MACIEL

Morreu, na madrugada de ontem, a concertista e flautista Odette Ernest Dias, aos 96 anos. Nascida em Paris (França) e radicada no Brasil, ela foi professora da Universidade de Brasília (UnB) e um dos pilares na fundação do Clube do Choro. O óbito ocorreu no Rio de Janeiro, às 3h30, no hospital Casa de Portugal, de causas naturais. Ela deixa seis filhos e será velada na capital fluminense, onde morava desde 1994. A informação foi confirmada pela família.

Segundo a filha Beth Ernest Dias, a artista não estava doente. "Envelheceu, ficou muito fraca, tinha dificuldades respiratórias. Resistiu até o último minuto. Era durona", afirmou a também flautista. Nascida em Paris em 1929, a instrumentista francesa chegou ao Brasil aos 23 anos. Fez parte, inicialmente, da Orquestra Sinfônica Brasileira, a convite do maestro Eleazar de Carvalho.

"Eu sempre escuto depoimentos de pessoas falando que quando a mamãe chegou ao Brasil, ela gerou um certo furor por ser a flautista francesa que havia acabado de chegar para integrar a orquestra", contou Beth. "Ela se distinguia muito por conta do som maravilhoso de flauta que tirava. Rapidamente, aquela sonoridade começou a ser cobiçada por maestros aranjadores", disse a filha de Odette.

Para ela, a mãe foi muito mais do que apenas mestre da música. "Ela foi um exemplo de mulher. Na década de 1950, veio para o Brasil muito jovem, com apenas 23 anos, e encarou a travessia do Atlântico para desbravar o desconhecido, tanto geograficamente quanto musicalmente. Era um mundo que ela não conhecia", enalteceu.

Apesar de ativa e saudável, Odette sofreu com a morte de colegas nos últimos anos. "Da geração dela, são poucos que ainda estão vivos. Eu mesma repito uma frase de Pixinguinha: 'Meu maior medo é acordar, um dia, e não ver ninguém do meu tempo'. E acho que a mamãe foi ficando um pouco com esse medo também, a ponto de, quando algum conhecido morria, a gente não contava mais, porque ela não esboçava mais reação", revelou Beth.

Odette em Brasília

Brasília entrou na vida de Odette em 1974, quando veio à capital integrar o quadro de professores da Universidade de Brasília (UnB). A flautista Ariadne Paixão destacou que a francesa formou e influenciou gerações de músicos no Brasil inteiro: "Ela foi uma pessoa sempre presente na minha vida, desde criança. Inúmeras são as lembranças que tenho dela, seja como professora ou convivendo fora das paredes da sala de aula. Ela nos deixa um grande legado musical, intelectual e humano".

Para Henrique Cazes, músico e professor, Odette atuou como pioneira na música de Brasília. Ainda nos anos 1960, incluiu Pixinguinha, de quem foi amiga, no currículo da flauta para os alunos que estudavam o repertório de música, então chamado de erudito, atualmente de concerto. Na UnB, pesquisou sobre diversos compositores, incluindo Mathieu-André Reichert, pioneiro belga do choro brasileiro, sobre quem escreveu um livro.

"Temos que agradecer muito por essa contribuição que ela deu à música brasileira. Eu gostava muito de conversar com ela, embora, vamos dizer que de 30% a 40%, a gente não conseguia se entender, porque ela, com tantos anos de Brasil, manteve um sotaque que era quase inapercível. Mas o que ela tinha a dizer era tão interessante que a gente passava por isso, superava e acabava compreendendo toda a grandeza da mensagem que ela tinha para nos dar. Temos que agradecer muito a ela", pontuou Cazes.

Três anos depois da chegada à cidade, Odette tornou-se um dos pilares da fundação do Clube do Choro, espaço que se consolidou como referência cultural e patrimônio imaterial do Distrito Federal. "Ela foi uma grande incentivadora do gênero musical na cidade. Abriu as portas da própria casa, junto do marido Geraldo e os filhos, também músicos, para nossos encontros semanais", recordou Reco do Bandalim, presidente da instituição.

O também fundador da Escola

Brasileira de Choro Raphael Rabello definiu Odette como "uma francesa apaixonada pelo Brasil". "Ela deu diversas demonstrações dessa paixão, sobretudo por ter amado tanto um gênero que está na base da música brasileira, que fala da nossa alma profunda", avaliou. "No ano passado, conseguimos o reconhecimento do choro como Patrimônio Cultural do Brasil e fico feliz que ela pôde testemunhar isso", completou.

Ligiana Costa, cantora e pesquisadora de música, ressaltou que Brasília se tornou a capital do choro graças ao amor de Odette pelo gênero e pela cidade. "Ela era, além de mestra de seu instrumento e grande artista, uma pesquisadora de compositores brasileiros das mais ativas. Sempre achei maravilhoso imaginar a chegada dela no Brasil, o apaixonamento pela música daqui, a decisão de ficar e semear música aqui, mas sem nunca soar colonizadora, pelo contrário", admirou.

Bandolinista reconhecido internacionalmente, o carioca radicado brasileiro Hamilton de Holanda lembrou-se dos momentos em que dividiu palcos e estúdios de gravação com Odette. "Foi uma alegria e uma experiência inesquecível gravar com ela. Jamais vou esquecer o prazer que ela teve ao improvisar comigo e com o Carlos Malta", lembrou Holanda. "É justo dizer que a pedra fundamental do Clube do Choro — no sentido mais humano e simbólico — foi a casa da professora Odette. Sua partida é uma grande perda para o choro, para a música de Brasília e para a música do Brasil", lamentou o músico.

Primeiro presidente do Clube do Choro, Antônio Lício, vindo de Belo Horizonte, onde era professor universitário, chegou a Brasília em 1974. Já com alguma experiência na flauta, procurou a Escola de Música de Brasília (EMB). Não foi aceito, com a justificativa de que o trabalho tomaria todo o tempo, mas foi recomendado a procurar uma professora recém-chegada à cidade, Odette. Foi aluno dela de 1975 até 1977.

"Nesse período, falamos muito sobre

choro no Brasil. Ela adorava o gênero e me perguntava se eu gostava de 'choro', que era o sotaque carregado dela. E eu disse que amava, apesar de ser muito difícil, mas que eu começaria a estudar se ela me ajudasse. E aí nasceu a ideia de fazer um Clube do Choro, que era uma divulgação do cantor Paulinho da Viola. E, para tanto, batemos à porta do governador de Brasília, Elmo Cerejo, para pedir um espaço que pudéssemos fazer um quiosque", contou, ao falar sobre a criação da instituição.

Odette foi, também, sócia-fundadora e sócia honorária da Associação Brasileira de Flautistas (Abraf). Sérgio Moraes, presidente da instituição, a descreveu como "mãe de todos os flautistas brasileiros". "Eu tive a oportunidade de ser aluno dela no Festival de Música Antiga de Juiz de Fora e aprendi sobre tudo, não só sobre flauta, mas sobre a vida e relações interpessoais. Ela era uma pessoa agregadora", afirmou.

O músico relembrou que, em um protesto pelo caso da morte de Galdino, indígena pataxó assassinado em 1997 em Brasília, Odette era uma das artistas programadas para se apresentar na manifestação. "Chegando, eu vi muitos jovens de preto, com aquelas camisas de bandas de rock, e pensei: 'Como é que será que vão receber a Odette?'. E aí ela subiu com a flauta dela, acompanhada do filho Jaime ao violão, e começou tocando as *Bachianas Brasileiras 5* de Villa-Lobos, uma música que, no início, tem uma nota longa, como a onda de uma bomba atômica", detalhou Sérgio.

"Aquele som foi percorrendo a praça, e, em poucos instantes, estava todo mundo parado, em silêncio, observando a Odette tocar com o Jaime, e a gente só ouvia os pássaros, a flauta e o violão", relatou. "Eu fiquei impressionado com aquilo, com a presença de palco, a energia e a atitude dela, que, com uma flauta na mão, conseguiu encantar todo mundo e deixar todo mundo paralisado observando ela tocar", finalizou o presidente da Abraf.

MÃE DO CLUBE DO CHORO

» IRLAM ROCHA LIMA

Ao chegar à cidade em 1974, convidada pela Universidade de Brasília (UnB) para ser professora do Departamento de Música da instituição, a flautista Odette Ernest Dias havia deixado a Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB). Vinha do Rio de Janeiro, onde, logo depois de desembarcar, em 1952, apaixonou-se pelo choro e passou a conviver com mestres como Heitor Villa-Lobos, Pixinguinha e Radamés Gnattali.

Conheci Odette em 1977, ano em que, no apartamento da 311 Sul, tiveram início as históricas rodas de choro, responsáveis pelo surgimento do Clube do Choro. Naquele endereço, a musicista recebia, nas tardes de sábado, chorões da importância de Bise da Flauta, Tio João, Tio Nilo, Alencar Sete Cordas, Pernambuco do Pandeiro e o consagrado Waldir Azevedo, que havia migrado do Rio para a capital federal.

Fã de Odette, à época a aplaudi em shows no Teatro Galpão, no Teatro da Escola Parque, nas salas Villa-Lobos e Martins Penna do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Acaabei me tornando amigo dela, do marido, Geraldo Dias, e dos filhos Jaime, Beth e Andrea, igualmente músicos talentosos. Com o casal, me encontrava bastante no Beirute. Lá, entre chopes e quibes, conversávamos basicamente sobre música. Aliás, foi no mítico bar da 109 Sul que, apadrinhado pela flautista, me tornei sócio do Clube do Choro ao assinar a ata de criação da entidade.

Fiz várias entrevistas com a mestra da flauta, publicadas no **Correio**. Essas matérias focalizavam o lançamento de discos, resultado de pesquisas feitas por ela e, obviamente, shows e recitais que protagonizou. Em um deles, no teatro da Caixa Cultural, celebrou os 80 anos ao reverenciar Villa-Lobos, na passagem do cinquentenário de falecimento do maestro. Em 2012, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a instrumentista recebeu o título de Cidadã Honorária de Brasília, proposto pela deputada Arlete Sampaio (PT).



Fábio Rodrigues Pozzom/Agência Brasil

STF em 2025: retrospectiva

Maria Eduarda Lavocat

O ano de 2025 consolidou o Supremo Tribunal Federal (STF) como um dos principais centros de definição dos rumos institucionais do país. Em meio a tensões políticas, transformações sociais e desafios impostos pelo ambiente digital, a Corte foi chamada a arbitrar temas sensíveis que envolveram desde a organização do sistema educacional e a política de segurança pública até a proteção de direitos fundamentais, o funcionamento das plataformas digitais e a defesa do Estado Democrático de Direito. As decisões proferidas ao longo do ano não apenas solucionaram controvérsias jurídicas imediatas, como também estabeleceram balizas para a atuação do poder público, do sistema de Justiça e da sociedade nos próximos anos.

Confira o balanço preparado pelo *Direito&Justiça* com os principais julgamentos, decisões e marcos institucionais da Corte.

Linguagem neutra nas escolas (3/2/25)

Em fevereiro o STF declarou inconstitucional uma lei municipal que proibia o uso e o ensino da chamada linguagem neutra em instituições públicas e privadas de ensino. A Corte entendeu que a norma usurpou a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (Informativo 1164).

Revista íntima em presídios (2/4/25)

No mês de abril, o Tribunal proibiu a realização de revistas íntimas vexatórias em visitantes de estabelecimentos prisionais. A decisão veda práticas como o desnudamento e a realização de exames invasivos com caráter humilhante. A partir do julgamento, qualquer prova obtida por meio desse tipo de revista passa a ser considerada ilícita, salvo se houver autorização judicial específica para o caso concreto. O Tribunal também fixou diretrizes para a fiscalização de visitantes. Entre elas, está a possibilidade de impedir a visita quando houver indícios robustos de que a pessoa porta, de forma oculta ou sonegada, itens proibidos. A decisão determina ainda a instalação de scanners corporais no prazo de até 24 meses e atribui responsabilidades à União e aos estados para a implementação das medidas. De forma excepcional, quando não for possível ou eficaz a utilização de scanners corporais, esteiras de raio X ou portais detectores de metais, a revista íntima somente poderá ser realizada diante de indícios robustos, concretos e verificáveis de irregularidade. Nesses casos, a medida deverá ser devidamente motivada, analisada individualmente e dependerá da plena concordância do visitante, sendo vedada, em qualquer circunstância, sua execução com finalidade humilhante ou vexatória. Caso as normas sejam desobedecidas, a União e os estados podem ser responsabilizados. Os efeitos são prospectivos (Informativo 1172).

Regulamentação do Estatuto do Desarmamento (24/6/25)

O STF considerou constitucionais os decretos presidenciais que regulamentam o Estatuto do Desarmamento em 26 de junho ao entender que respeitam os limites do poder regulamentar e fortalecem a política pública de controle de armas e munições (Informativo 1183).

Acesso a dados de celular sem autorização judicial (25/6/25)

No mesmo mês, a Corte decidiu que a polícia pode apreender um celular durante uma investigação ou em caso de prisão em flagrante sem precisar de autorização judicial. No entanto, o acesso ao conteúdo do aparelho (como mensagens, fotos e arquivos) exige cuidados e regras

específicas. Quando o celular é encontrado de forma ocasional, por exemplo, a polícia pode acessar os dados apenas para identificar o dono do aparelho ou esclarecer quem cometeu o crime, sem necessidade de autorização judicial. Mesmo assim, essa medida precisa ser justificada depois. Já nos casos em que o celular é apreendido durante uma investigação formal ou em uma prisão em flagrante, o acesso ao conteúdo só é permitido se o dono do aparelho autorizar expressamente ou se houver ordem judicial prévia. O STF destacou ainda que esses pedidos devem ser analisados com rapidez, tanto pela polícia quanto pelo Judiciário, inclusive em regime de plantão, para evitar prejuízos à investigação. A decisão tem efeitos prospectivos (Informativo 1184).

Responsabilidade das plataformas digitais (26/6/25)

Logo em seguida, o STF determinou que o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que exige ordem judicial para responsabilizar plataformas por conteúdos publicados por terceiros, é parcialmente inconstitucional, por não oferecer proteção suficiente a direitos fundamentais e à democracia. Dessa forma, enquanto não houver nova lei aprovada pelo Congresso, o dispositivo deve ser interpretado de forma mais ampla, permitindo a responsabilização das plataformas em casos de conteúdos ilegais, como crimes, atos ilícitos, contas falsas e publicações impulsionadas ou distribuídas por robôs. Crimes contra a honra, como calúnia e difamação, continuam submetidos à regra geral da necessidade de ordem judicial, sem prejuízo da possibilidade de remoção após notificação. A Corte estabeleceu que as plataformas têm o dever de agir de forma imediata diante da circulação em massa de conteúdos que envolvam crimes graves, como ataques à democracia, terrorismo, incentivo ao suicídio, racismo, homofobia, transfobia, violência contra a mulher, crimes sexuais contra crianças e adolescentes e tráfico de pessoas. A omissão nesses casos pode caracterizar falha sistêmica na moderação de conteúdo, gerando responsabilidade civil. Já a existência isolada de conteúdo ilegal não gera, por si só, responsabilização automática, devendo ser analisada conforme as regras gerais do Marco Civil. O STF também determinou novas obrigações às plataformas, como a adoção de regras claras de moderação, canais acessíveis de denúncia, relatórios de transparência e a manutenção de representante legal no Brasil, com poderes para responder a autoridades e cumprir decisões judiciais. A responsabilidade não é objetiva, ou seja, depende da análise de cada caso concreto, e os efeitos da decisão valem apenas para situações futuras, preservando a segurança jurídica.

Alexandre de Moraes sofre sanções da Lei Magnitsky (30/7/25)



Ed Alves/CB/D.A. Press

No dia 30 de julho, o governo dos Estados Unidos aplicou sanções da Lei Magnitsky contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. A medida foi adotada em meio a um período de forte tensão diplomática entre Brasil e EUA e teve como principal motivação a atuação do magistrado como relator de processos penais de grande repercussão, especialmente aquele que resultou na condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe após as eleições de 2022. Autoridades americanas acusaram Moraes de promover censura, conduzir uma suposta “caça às bruxas” e violar direitos humanos. Em comunicado oficial, o então secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, afirmou que o ministro “assumiu a responsabilidade de ser juiz e júri em uma caça às bruxas ilegal contra cidadãos e empresas americanas e brasileiras”, justificando, assim, a aplicação da legislação de sanções. As medidas incluíram o bloqueio de bens e ativos vinculados aos Estados Unidos, a proibição de transações com cidadãos e empresas americanas e a revogação de vistos de entrada no país para Moraes, estendidas posteriormente à sua esposa e a uma instituição ligada à família. A aplicação da Lei Magnitsky a um ministro de uma Suprema Corte de um país democrático foi considerada inédita e gerou intenso debate sobre soberania nacional, independência do Judiciário e o uso político de mecanismos internacionais de sanção. Em dezembro de 2025, após negociações diplomáticas entre os governos brasileiro e norte-americano, as sanções foram retiradas.

Julgamento do “Núcleo 1” da trama golpista (11/9/25)



AFP

No mês de setembro, o STF esteve no centro do debate público com o julgamento do Núcleo 1 da trama golpista, grupo considerado central na articulação de ações voltadas à ruptura da ordem democrática após as eleições de 2022, com o objetivo de manter o então presidente Jair Bolsonaro no poder apesar da derrota nas urnas. Também chamado de Núcleo Crucial, o grupo era composto por oito réus: o ex-presidente Jair Bolsonaro; o general Walter Souza Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e da Defesa e candidato a vice em 2022; o general Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional; o deputado federal Alexandre Ramagem, ex-diretor-geral da Abin; o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Anderson Torres; o general Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; e o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e colaborador das investigações. Durante o julgamento, o STF entendeu que as condutas atribuídas aos integrantes do Núcleo 1 extrapolaram o campo da retórica política e da livre manifestação de pensamento, configurando atos concretos de organização, coordenação e incentivo a práticas antidemocráticas. A Corte destacou o uso indevido de estruturas do Estado, a disseminação sistemática de desinformação e o estímulo à mobilização de apoiadores com o propósito de impedir a posse do governo eleito e enfraquecer os Poderes constituídos. A Primeira Turma concluiu o julgamento dos instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos em 11 de setembro, com a condenação dos réus. O almirante Almir Garnier e o ex-ministro Anderson Torres foram condenados a 24 anos de prisão cada; o general Paulo Sérgio Nogueira, a 19 anos; Alexandre Ramagem, a 16 anos; o general Augusto Heleno, a 21 anos; o general Walter Braga Netto, a 26 anos e seis meses; o tenente-coronel Mauro Cid, a dois anos de prisão em regime aberto; e o ex-presidente Jair Bolsonaro, a 27 anos e três meses de prisão.

Nova presidência do STF (29/9/25)



Rosinei Coutinho/STF

No dia 29 do mesmo mês, o ministro Edson Fachin tomou posse na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o biênio 2025–2027, tendo o ministro Alexandre de Moraes como vice-presidente. Em seu discurso de posse, Fachin defendeu a harmonia e a independência entre os Poderes da República, destacando a importância do diálogo institucional sem abrir mão do papel constitucional da Corte. De perfil discreto e crítico à espetacularização da Justiça, o novo presidente falou em pacificação, sem ignorar os desafios nacionais e internacionais que marcam o período, e afirmou que o STF não é “submisso ao populismo”. O ministro também rebateu críticas de ativismo judicial e fez questão de diferenciar a atuação do Supremo da arena política. “Nosso compromisso é com a Constituição. Repito: ao direito, o que é do direito. À política, o que é da política”, afirmou. Fachin defendeu ainda a coesão interna do Tribunal e ressaltou a necessidade de convivência institucional mesmo diante de divergências, ao declarar que a expectativa é de que, “mesmo no dissenso e no conflito, seja possível conviver sem renunciar à paz”.

Audiência pública sobre pejetização (6/10/25)

No dia 6 de outubro a corte realizou uma audiência pública para debater o processo de pejetização das relações de trabalho, com participação de especialistas, representantes do setor produtivo e entidades sindicais. O debate foi travado para auxiliar uma tomada de decisões dos ministros do STF, em processo sob a relatoria do ministro Gilmar Mendes, no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603. Em abril, Gilmar suspendeu todos os processos em tramitação sobre o tema, até que o STF decida a questão em repercussão geral. A audiência pública teve sete horas de duração e contou com 48 participantes que manifestaram diversos pontos de vista sobre o tema. “Saímos deste encontro devidamente informados, mais sensíveis aos desafios apresentados e ainda mais comprometidos com a busca por soluções justas, inovadoras e viáveis”, disse o relator.

Aposentadoria de Luís Roberto Barroso (9/10/25)



Ed Alves/CB/D.A. Press

Pouco depois de deixar a presidência do STF, o ministro Luís Roberto Barroso comunicou oficialmente a antecipação da sua aposentadoria durante sessão plenária do STF. Com a decisão, Barroso encerrou um ciclo de 12 anos no STF. Na última sessão plenária à frente da Presidência, em 25 de setembro, o ministro afirmou que a vida lhe deu a bênção de servir ao país como ministro do Supremo e, nos últimos dois anos, como presidente, sem outro interesse ou motivação que não fosse “fazer o certo, o justo e o legítimo, procurando construir um país melhor e maior”.

Indicação ao Supremo (20/11/25)



Ricardo Stuckert/JP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou, no dia 20 de novembro, o advogado-geral da União, Jorge Messias, para ocupar a vaga aberta com a saída de Luís Roberto Barroso. O indicado é natural de Recife (PE), formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado e doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (UnB). Ele ingressou na Advocacia-Geral da União em 2007, como procurador da Fazenda Nacional, e construiu carreira no órgão até assumir o comando da AGU. A escolha de Jorge Messias reflete uma relação de maior proximidade e confiança com o presidente, em comparação a outros nomes que estavam sendo avaliados para a vaga. Interlocutores do governo indicam que a decisão também buscou reduzir o risco de atritos futuros com o Supremo, diante de decisões sensíveis da Corte. Para assumir o cargo de ministro do STF, Messias ainda precisará ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e ter seu nome aprovado pelo plenário da Casa.

Código de Ética em pauta (12/25)

No mês de dezembro passou a circular que o presidente do STF, Edson Fachin, estuda a criação de um código de conduta para ministros dos tribunais superiores, com o objetivo de estabelecer regras mais claras de autocontenção e reforçar a credibilidade institucional, tema já destacado em seu discurso de posse. A proposta ganhou força após a repercussão de uma viagem do ministro Dias Toffoli em jatinho privado com advogado ligado a um caso sob análise no Supremo, episódio que reacendeu o debate sobre transparência e limites éticos no Judiciário. Segundo pessoas ligadas a Corte, Fachin pretende se inspirar no código de conduta do Tribunal Constitucional da Alemanha, que estabelece critérios rigorosos sobre recebimento de remuneração por palestras, participação em eventos, publicações, bem como sobre a aceitação de presentes ou benefícios, sempre de forma a não comprometer a independência, a imparcialidade e a integridade dos magistrados.

Marco temporal das terras indígenas (12/25)

Também neste mês, o Supremo Tribunal Federal voltou a analisar a constitucionalidade do marco temporal, tese que restringe a demarcação de terras indígenas às áreas ocupadas pelos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A retomada do debate ocorreu porque, embora o STF já tenha considerado a tese inconstitucional em 2023, o tema retornou à pauta após o Congresso Nacional derrubar veto presidencial e reinserir a matéria por meio de uma lei e de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que busca incorporar o marco temporal ao texto constitucional. Na sessão virtual, os votos iniciais caminharam no sentido da inconstitucionalidade da tese. O relator, ministro Gilmar Mendes, e o ministro Flávio Dino entenderam que o marco temporal impõe restrições indevidas aos direitos fundamentais dos povos indígenas, afronta a Constituição e desconsidera o caráter originário da posse tradicional de seus territórios. Com o voto do ministro Cristiano Zanin, o placar permanece favorável à rejeição da tese, reforçando o entendimento de que a proteção constitucional das terras indígenas não pode estar condicionada a um marco temporal fixo. O julgamento segue em andamento, aguardando a manifestação dos demais ministros. Paralelamente, o Senado Federal aprovou a PEC do marco temporal, que agora tramita na Câmara dos Deputados, evidenciando um impasse institucional entre o Legislativo e o STF sobre a forma de regulamentar a demarcação das terras indígenas no país.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Recorde

Em 2025, cada ministro do STJ proferiu 6,15 decisões por minuto, considerando jornadas de oito horas diárias e cinco dias por semana. A Corte encerrou o ano com o número recorde de 500.622 processos recebidos.

Gustavo Moreno/STF



Precedente em HC: Toffoli anula condenação por prova frágil

Em medida raríssima, concedida pelo ministro Dias Toffoli, o STF anulou uma condenação de 22 anos de prisão. A decisão ocorreu em julgamento de habeas corpus utilizado de forma substitutiva à revisão criminal. Em uma decisão considerada um precedente fortíssimo na jurisprudência penal, Toffoli concedeu de ofício a ordem em HC para restabelecer a sentença com absolvição por ausência de provas. A decisão monocrática de Toffoli, raríssima por sua profundidade na reavaliação jurídica do fato em sede de HC, classificou a condenação como “absolutamente desarrazoada”. Os próprios policiais desmentiram em juízo o indício que sustentava a acusação. Para Thúlio Guilherme Nogueira, criminalista e sócio do Drummond & Nogueira Advocacia Penal, “a decisão revela como o manejo cuidadoso do habeas corpus, mesmo quando utilizado de forma substitutiva, pode abrir caminhos relevantes para a correção de injustiças.

Nelson Jr./SCO/STF



“Não fomos eleitos pelo voto popular, mas somos o Poder incumbido, pela Constituição, de guardá-la e de assegurar sua supremacia. Cabe ao STF exercer suas atribuições com rigor técnico, sobriedade e consciência histórica”

Ministro Edson Fachin, presidente do STF

Lucas Pacifico/CB/D.A Press



Controvérsia: feminicídio ou crime militar

Uma mulher de 25 anos é assassinada com uma facada no pescoço e depois tem o corpo todo queimado em incêndio provocado pelo seu algoz, um colega de trabalho de 21 anos. À polícia, ele disse que matou numa briga porque ela exigia que ele terminasse o relacionamento com uma namorada. A família da vítima negou que houvesse um envolvimento entre eles. No inquérito, a Polícia Civil conclui: feminicídio. Começa aí uma controvérsia sobre o julgamento. O suspeito do crime é o soldado do Exército Kelvin Barros da Silva. A vítima é a cabo Maria de Lourdes. Ela morreu dentro do quartel. Por conta disso, Kelvin deve ser julgado pela Justiça Militar e não por feminicídio. O crime não é previsto no Código Militar. Mas a competência para o julgamento ainda deve despertar conflitos a serem dirimidos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Conflito de competência

No momento, o caso tramita tanto na esfera da Justiça do DF, como na militar. Ambas decretaram a prisão preventiva do soldado e negaram recurso da defesa. Se a competência for mantida na Justiça Militar, o soldado Kelvin Barros da Silva será julgado na Auditoria Militar, por uma comissão formada por um juiz federal da Justiça Militar, que é o presidente do Conselho, e por quatro oficiais militares na ativa. Se fosse para a Justiça do DF, ele seria julgado no Tribunal do Júri, por pessoas leigas convocadas pela Justiça.

Entendimento

Para magistrados consultados pelo *Direito&Justiça*, está claro quem vai julgar, uma vez que há entendimento do STJ de que a competência da Justiça Militar é definida pela natureza militar do crime e pelo local da ocorrência.

Pena menor na Justiça Militar

Na Justiça Militar, como não há previsão de feminicídio, o soldado responderá por homicídio. Neste caso, a pena prevista é de 12 a 30 anos. Para femicídio, segundo o Código Penal, a pena é de 20 a 40 anos. Segundo a avaliação de promotores de Justiça, a competência não é tão evidente por conta da motivação.

Divulgação/Alessandra Trotta



Desafios da Reforma Tributária

O ano de 2026 será de grandes desafios para que as empresas façam a transição a partir das mudanças instituídas com a Reforma Tributária, embora a ideia seja simplificar o sistema brasileiro. É a avaliação do ex-procurador federal e especialista em direito empresarial André Santa Cruz. “Embora o objetivo seja reduzir a burocracia, o período de adaptação, que vai de 2026 a 2033, traz desafios significativos, especialmente para os contratos de longo prazo”, afirma. Segundo Santa Cruz, a mudança mais crítica é a nova regra de tributação “por fora” do preço, que exige ajustes contratuais para garantir segurança jurídica e evitar riscos de litígios. “Contratos relacionais, aqueles de longo prazo e com interdependência contínua, como os de distribuição, joint ventures, locações de longo prazo e prestação de serviços, serão os mais afetados”, diz.

Entrevista — Bruno Batista / Advogado nas áreas cível e societária

A importância do planejamento patrimonial e sucessório

Ana Maria Campos

O planejamento patrimonial e sucessório é o conjunto de estratégias jurídicas, financeiras e administrativas adotadas para organizar, proteger e transferir o patrimônio de uma pessoa ou família de forma eficiente, segura e conforme a sua vontade. É um instrumento de organização jurídica que vai além do testamento. O principal objetivo é garantir a preservação dos bens ao longo do tempo, reduzir conflitos familiares, minimizar custos tributários e assegurar uma sucessão tranquila, independentemente do tamanho do patrimônio. A seguir, Bruno Batista, sócio das áreas cível e societária do escritório Innocenti Advogados, esclarece dúvidas sobre o tema.

Muita gente só pensa em testamento e herança quando acontece uma morte na família. Por que o planejamento patrimonial deveria começar antes?

O planejamento patrimonial possui, em essência, duas finalidades centrais: (i) conferir previsibilidade e segurança jurídica quanto ao destino dos bens e direitos ou ao atingimento de objetivos patrimoniais previamente estabelecidos; e (ii) proporcionar tranquilidade ao titular e aos seus sucessores. A antecipação desse planejamento representa um verdadeiro ato de gestão e de cuidado intergeracional, na medida em que evita decisões precipitadas tomadas sob o impacto emocional do luto e reduz substancialmente o risco de litígios entre herdeiros. Além disso, um plano sucessório bem estruturado facilita a tramitação dos atos de transmissão *causa mortis*, mitiga a carga tributária incidente e assegura a efetividade da vontade do *de cuius*, conforme preconizado pelos princípios da autonomia privada e da função social da propriedade.

Esse tipo de planejamento é algo só para quem tem muito dinheiro ou faz diferença também para famílias de classe média?

O planejamento sucessório não se restringe a grandes patrimônios. Com efeito, famílias de classe média frequentemente enfrentam maiores dificuldades na ausência de uma estratégia sucessória adequada, já que os custos do inventário e a tributação incidente podem consumir parcela significativa do espólio, comprometendo

Divulgação



“A antecipação desse planejamento representa um verdadeiro ato de gestão e de cuidado intergeracional, na medida em que evita decisões precipitadas tomadas sob o impacto emocional do luto e reduz substancialmente o risco de litígios entre herdeiros”

sua destinação e reduzindo a margem de negociação entre os herdeiros. Além disso, fatores como imobilização patrimonial, pulverização de ativos e ausência de liquidez imediata — situações mais comuns nesse segmento — constituem as principais causas de morosidade na partilha e de entraves à conclusão do inventário. Um planejamento prévio, nesse contexto, atua como instrumento de preservação do patrimônio familiar e de eficiência sucessória.

Qual é a vantagem de deixar parte do patrimônio “fora do inventário”, por meio de instrumentos como o seguro de vida?

A principal vantagem consiste na liquidez imediata e na desvinculação desses valores do procedimento sucessório tradicional. Recursos oriundos de seguro de vida, por exemplo, são pagos diretamente aos beneficiários indicados pelo contratante, sem necessidade de partilha judicial ou extrajudicial. Essa característica confere à família maior autonomia financeira no período imediatamente posterior ao falecimento, evitando a necessidade de alienação

tributária, a depender da legislação estadual e do produto contratado. Outro benefício relevante é a possibilidade de garantir liquidez imediata para custeio de despesas essenciais, como tributos, custas processuais e manutenção do padrão de vida dos dependentes.

Existem riscos jurídicos de deixar tudo em nome de uma empresa ou só de um herdeiro, por exemplo?

Sim. A transferência integral do patrimônio a um único herdeiro ou a concentração dos bens em uma pessoa jurídica, sem a devida estruturação jurídica e documental, pode ensejar riscos significativos. Caso tal operação viole a legítima dos demais herdeiros, poderá ser objeto de impugnação judicial e vir a ser anulada, nos termos do art. 1.846 e seguintes do Código Civil. No caso de estruturas societárias criadas exclusivamente com o propósito de reduzir carga tributária ou frustrar direitos sucessórios, há risco de desconsideração da personalidade jurídica ou de requalificação fiscal da operação por parte do fisco. Por essa razão, tais estratégias devem ser implementadas dentro dos limites da legalidade, mediante assessoria jurídica e contábil especializada, e inseridas em um contexto mais amplo de governança patrimonial e planejamento sucessório.

O planejamento sucessório pode ajudar a reduzir custos e impostos? Como?

Sim. A eficiência tributária e a redução de custos operacionais são os principais objetivos a serem atingidos pelo planejamento sucessório. A economia ocorre, principalmente, pela possibilidade de evitar o custo do processo de inventário judicial ou extrajudicial. Assim, torna-se desnecessário arcar com despesas com custas processuais ou emolumentos cartorários, além de honorários advocatícios que incidem sobre o valor total do monte-mor. Do ponto de vista tributário, o planejamento permite utilizar bases de cálculo mais favoráveis para o ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) e aproveitar alíquotas fixas em momento oportuno, protegendo o patrimônio de eventuais majorações legislativas da alíquota progressiva. Além disso, estruturas como holdings familiares podem proporcionar eficiência na tributação dos rendimentos (como aluguéis) e na gestão dos ativos, gerando economia fiscal lícita ao longo do tempo, e não apenas no momento da sucessão.

de bens ou a dependência do inventário — processo que, em muitos casos, se estende por meses ou até anos. Ademais, em determinadas unidades federativas, tais valores não estão sujeitos à incidência do ITCMD, o que representa um ganho fiscal relevante no contexto da sucessão.

Como o seguro de vida e a previdência privada entram nesse planejamento sucessório? Realmente ajudam a reduzir conflitos e impostos?

Tanto o seguro de vida quanto a previdência complementar privada constituem instrumentos eficazes de organização patrimonial e sucessória. Ambos permitem que o titular, em vida, designe livremente os beneficiários e a proporção dos valores destinados a cada um, reduzindo significativamente o potencial de conflitos hereditários, uma vez que tais ativos não integram a herança tradicional e, portanto, não se sujeitam ao regime da legítima. Além disso, esses recursos são disponibilizados sem necessidade de inventário e, em muitos casos, contam com tratamento fiscal mais vantajoso ou até isenção

Visão do Direito



Laura Brito

Advogada especialista em direito de família e das sucessões, possui doutorado e mestrado pela USP e atua como professora em cursos de pós-graduação

O tema do ano é envelhecimento

Fiquei especialmente feliz de que, ao longo do dia do ENEM, eu tenha recebido de muitos amigos e familiares a notícia do tema da redação do exame nacional do ensino médio: “perspectivas acerca do envelhecimento na sociedade brasileira”.

O motivo da alegria era duplo: o ENEM estava reconhecendo o que era óbvio – não dá mais para não falar de envelhecimento – e as pessoas logo se lembraram de mim, que venho falando sobre planejamento jurídico para a longevidade como um mantra.

Envelhecer é o que acontece quando tudo dá certo, já que a alternativa, bom, é não estar aqui. E se envelhecer é a boa perspectiva, tão melhor que aconteça com reflexão, planejamento e leveza.

Com isso, uma pessoa pode ter o privilégio de envelhecer bem. E, veja, o que chamo de ‘envelhecer bem’ não é sobre enganar o tempo, sobre parecer que ele não passou. A face estética do envelhecimento é mera perfunctória. Envelhecer bem é ter autonomia.

Alexandre Kalache, geriatra e ativista da longevidade, defende que o envelhecimento de qualidade é o acúmulo de quatro

capitais: o capital de saúde, de quem cuidou bem do corpo; o capital intelectual, que se revela na capacidade de continuar se adaptando a mudanças; o capital social, marcado pela construção de relações afetivas sólidas; e o capital financeiro, que permite pagar pelo conforto. Particularmente, sou encantada por essa abordagem clara e abrangente.

A esses quatro elementos, gosto de acrescentar um quinto capital que reputo revolucionário à abordagem do envelhecimento: o capital jurídico. Ele se caracteriza pela compreensão dos instrumentos jurídicos que podem garantir maior autonomia às pessoas em processo de envelhecimento e que formalizam manifestações de vontade para o caso de perda da capacidade ou da impossibilidade de comunicar sua vontade.

O primeiro instrumento e que mais recomendo é a prática consistente de manter documentos e informações organizados no que carinhosamente chamo de ‘pasta da vida’. A centralização de referências permite o mapeamento de providências necessárias para a regularização de bens, relações jurídicas e estabelecimento da tranquilidade. Por exemplo, permite descobrir que

um imóvel daquela pessoa precisa ter sua propriedade regularizada, trazendo estabilidade de um lar para a velhice. Possibilita, ainda, decidir formalizar uma união estável de muitos anos a fim de ter segurança previdenciária.

O segundo instrumento de que faço muito gosto é a autocuratela. Ela permite que uma pessoa registre seus desejos para o caso de ficar incapaz – quem deveria (ou não) ser o curador, como deveria ser a gestão financeira, como se sente em relação a instituições de longa permanência para idosos, como sua privacidade deve ser protegida. A autocuratela não tem dispositivo legal exposto, mas recentemente foi reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, ao determinar que os juízes consultem a existência de escritura pública de autocuratela nos processos de interdição.

O terceiro instrumento é, na realidade, um gênero que engloba vários tipos de documentos – as diretivas antecipadas de vontade –, entre eles, a procuração para cuidados de saúde e o testamento vital. Essa procuração é a eleição de uma pessoa de confiança que vai tomar decisões sobre a

saúde do mandante quando ele não puder mais manifestar sua vontade. O testamento vital, por sua vez, é o registro do que a pessoa deseja sobre tratamentos médicos em caso de uma doença ameaçadora da vida em um momento em que ela já esteja impossibilitada de expressar suas decisões.

Conhecer cada um desses instrumentos, munir-se de informações e explorar os recursos jurídicos para o exercício da autodeterminação é o que chamo de capital jurídico do envelhecimento. É o empoderamento de uma população que vai se tornando mais vulnerável em razão da idade, especialmente agravada pelo etarismo vigente em nossa sociedade.

Envelhecer bem é meu desejo mais íntimo. É algo que me movimenta pessoalmente. Nos últimos anos, essa vontade transbordou e, profissionalmente, apoiar pessoas no planejamento jurídico da longevidade se transformou em uma missão.

Por isso, a cada pessoa que se lembrou de mim com esse tema do ENEM, agradeço demais a consideração. Espero que esse tema nos conecte nessa empreitada, que é defender o envelhecimento com o máximo de autonomia e felicidade.

Visão do Direito



Ana Gabriela Burlamaqui

Sócia do escritório A. C. Burlamaqui Consultores. Especialista em prevenção e administração de riscos trabalhistas e diretora da Associação Carioca de Advogados Trabalhistas entre 2009 e 2015

Sem creche, sem equidade: o custo invisível da maternidade no mercado de trabalho

Durante décadas, o direito à creche foi visto como uma obrigação burocrática ou um “benefício extra” para mães que retornam ao trabalho após a licença-maternidade. O problema é que, ao reduzir esse direito a uma questão de estrutura física ou cortesia empresarial, ignoramos seu real significado: a creche é um dos pilares de sustentação da permanência da esmagadora maioria das mulheres no mercado de trabalho no Brasil.

Desde 1967, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece, em seu artigo 389, que empresas com pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade devem oferecer local apropriado para a guarda e assistência de filhos no período de amamentação. Com a Lei nº 14.457/2022, que criou o Programa Emprega + Mulheres, essa obrigação ganhou nova forma: os empregadores passaram a poder substituir a

exigência da estrutura física pelo pagamento do reembolso-creche.

O que já era possível por meio de normas coletivas, agora está positivado. E, mais importante, passou a abranger todos os empregados e empregadas com filhos de até 5 anos e 11 meses de idade – um passo essencial para reconhecer que o cuidado com as crianças não pode continuar sendo tratado como responsabilidade exclusiva das mulheres.

Ainda assim, o que se vê na prática, infelizmente, é o não cumprimento da norma. Muitas empresas com 30 ou mais colaboradoras mulheres em seus quadros simplesmente não oferecem nem espaço físico, nem reembolso. A exigência continua sendo atrelada à quantidade de mulheres, desconsiderando a diversidade das configurações familiares e a real dinâmica da parentalidade atual no Brasil.

Além da ausência de fiscalização, há também a desinformação. É comum que trabalhadoras sequer saibam que têm direito ao reembolso ou aos dois períodos de 30 minutos para amamentação durante a jornada – direito garantido pelo artigo 396 da CLT - e que pode, inclusive, ser convertido em redução da carga horária por acordo individual.

A Justiça do Trabalho, por sua vez, tem consolidado esse direito com firmeza. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) já reconheceu inclusive o direito a danos morais coletivos em casos de descumprimento sistemático da obrigação legal, destacando a gravidade da omissão e sua repercussão sobre os direitos fundamentais de mulheres e crianças.

É preciso entender: o direito à creche – constitucionalmente previsto, vale lembrar – não é apenas sobre um espaço físico para deixar os filhos. É sobre permanência

no mercado. É sobre acesso real à ascensão profissional. É sobre não punir a mulher pela maternidade. É sobre equidade de gênero.

Se o setor produtivo brasileiro realmente deseja mais mulheres em cargos de liderança, mais diversidade em seus conselhos e maior produtividade com inclusão, precisa começar pelo básico. E, muitas vezes, o básico começa ali: em um berçário, uma saleta de amamentação ou no valor justo reembolsado de uma creche.

Estamos tratando aqui de um direito social constitucional de proteção à maternidade e à infância, pelo qual se busca a proteção dos direitos da criança no início de sua vida, devendo ser sempre interpretado de modo que é intransigível e irrenunciável.

Ignorar isso é perpetuar uma desigualdade que custa caro – para as empresas, para a economia, para as mulheres e, principalmente, para o desenvolvimento do país.



Visão do Direito



Valmir Soares Santos

Promotor de Justiça do MPDFT, pós-graduado em direito penal e processual penal

Trisal constitucional: dificuldades e desafios de convivência em harmonia

O ano de 2025 parece que, em matéria de crises, está se alongando demasiadamente com uma tendência a buscar respostas para compreender o que aconteceu sob o ponto de vista jurídico.

Para uma compreensão popular das dificuldades do momento, podemos dizer que o exercício do poder de reger a vida nacional com harmonia, depende do equilíbrio na atuação dos integrantes do Trisal Constitucional.

O legislador constituinte, conhecendo as dificuldades advindas desse casamento, elaborou um complexo contrato social: a Constituição Federal, estabelecendo os direitos, deveres, atribuições e competências que serão observados pelos integrantes do arranjo constitucional.

A complexidade passa pelo número de “filhos” que cada instituição do trisal traz para a relação. O Poder Executivo chefiado pelo Presidente da República, auxiliado por diversos ministros, têm no chefe a autoridade para mandar na casa. O Poder Legislativo apresenta maior complexidade, onde vivem duas casas geminadas: Câmara dos Deputados com 513 filhos e o Senado Federal com 81 filhos. O Poder Judiciário traz 11 filhos totalmente independentes para compor essa complexa relação de equilíbrio dos Poderes.

A “certidão de casamento” (Constituição) contém tantas regras que acaba gerando conflitos entre as suas cláusulas, motivo pelo qual, o Legislador Constituinte conferiu ao órgão da cúpula do Poder Judiciário (STF) a competência de decidir (dar a última palavra) sobre o conflito de interesses advindos das relações entre os componentes do Trisal Constitucional, ou seja, para se alcançar uma boa convivência, os outros dois integrantes da relação constitucional devem acatar e cumprir as decisões do STF para que o Trisal Constitucional conviva sob o mesmo teto - Brasil - de forma independente, mas em harmonia.

Entretanto, tal qual todas as famílias numerosas, são naturais as diferentes formas de pensar, mas sem levar a rebeldia ao nível de querer rasgar a Constituição para impor a sua vontade sobre os outros integrantes do trisal, sob pena de o Poder Judiciário (STF) ser chamado para punir os rebelados e conduzir a todos a uma convivência constitucional.

Essa compreensão técnica do contrato social (Constituição), deve ser compartilhada com todos os filhos do Brasil, que participam da formação do Trisal Constitucional

“Constituição é o contrato social que sustenta o Trisal Constitucional, e sua preservação exige que divergências políticas jamais se convertam em tentativas de ruptura institucional.”

“A atuação do Supremo Tribunal Federal, sempre mediante provocação, não representa ativismo, mas o exercício legítimo da função de guardião da Constituição e última barreira contra a erosão democrática.”

escolhendo quem exercerá o Poder Executivo e o Poder Legislativo (Câmara e Senado), sendo chamados de quatro em quatro anos a escolher os integrantes desses poderes por meio do voto popular, sob o olhar atento, vigilante, fiscalizador e punitivo do Poder Judiciário (TSE e STF) que tem a relevante atribuição para dirimir os conflitos de interesses que, naturalmente, surgirão.

Em face das ações praticadas por filhos rebeldes que tentaram rasgar o contrato social (Constituição), nos últimos anos, o Poder Judiciário (via STF) foi chamado para julgar a tentativa de impedir, mediante violência e grave ameaça, a troca do chefe do Poder Executivo, pois milhões de seguidores foram conduzidos a agir contra as regras constitucionais, levados por uma interpretação errada das cláusulas do contrato social, especialmente o artigo 142, da CF/88.

Criaram um movimento popular com nome, liderança, símbolos, pauta golpista, ocuparam a frente dos quartéis, mobilizaram e estimularam a pauta da intervenção militar, criaram pautas contrárias às urnas, ao TSE e ao STF; mobilizaram o o ressentimento contra as instituições democráticas; não aceitaram a derrota no voto popular, estimularam a ideia de impedir a posse do presidente eleito revelando-se esse conjunto de ações e omissões a causa do triste episódio do 8 de Janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes.

Assim, a única solução possível e prevista no contrato social (Constituição) foi a provocação do Poder Judiciário (STF), pela Procuradoria Geral da República para, com base nas provas colhidas em uma longa investigação, desenvolvida pela Polícia Federal, buscar a punição dos violadores das leis penais que se revela a

última proteção das regras democráticas fixadas na Constituição Federal.

Mas, ultrapassada essa quadra da história, desenvolvida entre 2021 e novembro de 2025, a luta pela busca da harmonia e da pacificação entre os integrantes do Trisal Constitucional continua aberta, ainda há resistências no seio de um integrante da família (Poder Legislativo), que obriga a atuação permanente do Poder Judiciário (STF) para fazer valer as suas decisões na tarefa do Supremo intérprete e guardião da Constituição Federal.

Por outro lado, as pesquisas que buscam refletir o pensamento dos filhos do Brasil e as “conversas de bares” (hoje realizadas e amplificadas nas redes sociais) trazem um indicador preocupante, pois determinam que uma expressiva parcela dos brasileiros permanecem acreditando na possibilidade do texto constitucional abarcar a intervenção militar como solução para os conflitos entre os integrantes do Trisal Constitucional, revelando a necessidade de que todos os dias devemos reafirmar o pensamento democrático como única solução para a pacificação social.

Prosseguindo, quando imaginávamos que a luta pela preservação da democracia caminhava para seu capítulo final, com a condenação do Núcleo Crucial da trama golpista, fomos sacudidos, na manhã de 28/10/2025, pela deflagração da Operação Contenção pelas forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro, realizada nos territórios do Complexo da Penha e do Alemão, com o objetivo de desalojar, prender ou neutralizar integrantes do Comando Vermelho e seus líderes.

O saldo foi elevado: 117 mortes entre membros do Comando Vermelho, cinco entre agentes das forças regulares, além da

prisão de 113 indivíduos, apreensão de mais de uma tonelada de drogas, 93 fuzis e 26 pistolas, resultados celebrados como êxito pelos responsáveis pela operação.

Não se pretende aqui avaliar o sucesso ou fracasso da ação, mas destacar a admissão, pelas próprias autoridades, do uso de técnicas de guerra convencional no combate ao crime organizado, estruturando a operação, segundo afirmado, em conformidade com as orientações do STF na ADPF das Favelas, voltadas à redução da letalidade de inocentes.

Nesse contexto, foi empregada a técnica conhecida como manobra de flanco, com o posicionamento estratégico das forças policiais para direcionar os integrantes do Comando Vermelho a uma rota de fuga previamente delimitada, bloqueada na área de mata pelo chamado “muro do BOPE”, caracterizada, na lógica militar, como zona de abate.

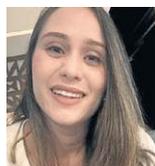
Outro indicativo do uso de técnicas de guerra convencional foi a retirada de mortos e feridos das forças estatais pelo próprio Estado, enquanto os corpos dos integrantes do Comando Vermelho permaneceram no local, sendo posteriormente removidos por familiares e outros membros da facção, revelando que, cessados os confrontos, cada grupo ficou responsável por seus mortos e feridos.

Sob o prisma teórico do direito penal, pode-se cogitar a aplicação da excludente de ilicitude da legítima defesa (art. 25 do Código Penal), uma vez que os integrantes do Comando Vermelho ingressaram na mata portando fuzis, com apoio de outros grupos armados que atacaram as forças de segurança, permitindo concluir que houve reação para defesa das próprias vidas e da coletividade, sem prejuízo da apuração de eventuais excessos.

Mais uma vez, impõe-se a atuação do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF das Favelas, para verificar, com base nas provas colhidas, o cumprimento das decisões proferidas e a legalidade dos resultados da operação.

Assim, a atuação do STF na proteção da supremacia da Constituição, sempre mediante provocação, deve ser compreendida sem ódio ou ressentimentos, pois visa assegurar o respeito ao sufrágio popular, a resolução de conflitos entre os Poderes e a proteção dos direitos fundamentais, como caminho indispensável à preservação da democracia, do desenvolvimento econômico e da justiça social.

Visão do Direito

**Nathalia Alice Milagres de Menezes Ferreira**

Assessora do Conselho Nacional de Justiça e analista judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

**João Paulo Santos Schoucair**

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia

Reforma estrutural no sistema de antecedentes criminais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou por unanimidade, em 9 de dezembro de 2025, uma resolução que representa uma reforma estrutural no sistema de antecedentes criminais brasileiro. A nova norma institui a Certidão Nacional Criminal (CNC) e reorganiza a Folha de Antecedentes Criminais (FAC), estabelecendo padronização nacional para a emissão desses documentos por meio do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), gerido pela Polícia Federal.

A decisão põe fim a um cenário de fragmentação que comprometia a uniformidade do serviço prestado aos cidadãos. Atualmente, cada tribunal desenvolve sistemas e metodologias próprias, resultando em disparidades significativas quanto à nomenclatura utilizada, prazos de emissão e conteúdo das certidões. Essa heterogeneidade gera insegurança jurídica, dificulta a interoperabilidade entre órgãos do sistema de justiça e pode resultar em tratamento desigual aos cidadãos, a depender do órgão emissor.

A grande inovação trazida pela resolução é o caráter híbrido da CNC. Além de atestar a existência ou inexistência de condenações criminais com trânsito em julgado, o documento funcionará simultaneamente como certidão de distribuição processual criminal em âmbito nacional. Isso significa que a certidão informará não

apenas as condenações definitivas, mas também listará procedimentos criminais em tramitação quando houver ocorrido ato formal motivado de valoração estatal sobre a conduta do indivíduo.

Estarão nesta lista: indiciamento em inquérito policial, oferecimento de denúncia, recebimento de denúncia ou queixa pelo Poder Judiciário, e deferimento de expedição de mandado de prisão não sigiloso. Importante ressaltar que a certidão não exporá o teor fático ou a atribuição de tipo penal desses procedimentos, restringindo-se a informar apenas o número do processo, o órgão e a unidade federativa correspondente.

A emissão da CNC será gratuita, garantindo acesso universal à informação. O documento terá validade de 30 dias e será emitido preferencialmente de forma eletrônica e automática pelo portal GOV.BR, dispensando autenticação do requerente. Em caso de indisponibilidade do sistema eletrônico, a certidão poderá ser solicitada presencialmente em unidades da Polícia Federal ou por balcão virtual, com prazo de emissão de 15 dias.

A CNC será considerada “negativa” quando não constar registro de condenação criminal com trânsito em julgado. Para esse efeito, condenações cuja pena já foi cumprida, extinta ou objeto de reabilitação criminal equivalem à ausência de registro. Assim, processos em andamento, recursos pendentes ou condenações

já cumpridas não tornam a certidão “positiva”.

A CNC será “positiva” apenas quando constar registro de condenação criminal transitada em julgado cuja pena não tenha sido cumprida, extinta ou objeto de reabilitação. Esse critério objetivo preserva a presunção de inocência ao evitar que procedimentos preliminares ou processos sem condenação definitiva sejam tratados como antecedentes criminais.

Convém sublinhar que não constarão da CNC: inquéritos policiais sem ato formal de indiciamento ou denúncia, processos judiciais com sentença absolutória transitada em julgado, termos circunstanciados de ocorrência, procedimentos de apuração de ato infracional e aplicação de medida socioeducativa, processos com homologação de transação penal, acordo de não persecução penal ou suspensão condicional do processo, procedimentos com decisão de reabilitação, procedimentos criminais instaurados no exterior, e medidas cautelares investigatórias sigilosas.

Por sua vez, a Folha de Antecedentes Criminais (FAC) terá acesso restrito aos órgãos de persecução penal: Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Institutos Estaduais de Identificação e Polícia Penal.

A FAC apresentará o histórico completo de registros criminais de um indivíduo, consolidando todos os Boletins Individuais Criminais (BIC)

vinculados ao seu Registro Federal (RF). Além das informações constantes na CNC, a FAC conterá dados sigilosos essenciais para a atividade estatal, como acordos de não persecução penal, transações penais e suspensões condicionais do processo (necessários para verificar requisitos em futuras proposições), anotação sobre reabilitação criminal (para controle de eventual revogação), e atos infracionais praticados na adolescência (para análise de personalidade e risco).

Em suma, esta distinção estabelece um modelo de publicidade dual e equilibrado: a CNC opera como instrumento de cidadania, enquanto a FAC atua como instrumento de Estado, garantindo que a presunção de inocência não se converta em impedimento à correta aplicação da lei penal.

Sob o aspecto prático, o CNJ e a Polícia Federal terão 180 dias para consolidar e migrar dados de sistemas estaduais para o SINIC, descontinuando as soluções de consulta e emissão de certidões em esfera estadual. Durante esse período de transição, os tribunais deverão manter em seus sites o acesso aos sistemas estaduais para garantir continuidade do serviço.

Enfim, a decisão do CNJ representa avanço significativo na modernização da Justiça brasileira, conciliando transparência, eficiência administrativa e proteção aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Visão do Direito

**Dalton Fontes**Especialista em direito trabalhista e *compliance*. Sócio do escritório Amadiz Advogados

A bomba-relógio do contencioso trabalhista: como prevenir é mais lucrativo do que remediar

No coração de muitas empresas brasileiras, especialmente as de médio porte, já está instalada uma bomba-relógio: o contencioso trabalhista. Silenciosa, mas em contagem regressiva, ela pode explodir a qualquer momento em forma de ações judiciais, condenações milionárias ou acordos emergenciais que corroem o caixa, a reputação e a sustentabilidade do negócio.

O Brasil segue entre os países com maior volume de ações trabalhistas no mundo. Essa escalada não pode mais ser atribuída apenas à chamada “insegurança jurídica”. A verdade que poucos admitem, mas que os números revelam é que grande parte do problema está dentro das

empresas: na ausência de preparo técnico, na desorganização administrativa e na falta de uma assessoria preventiva realmente eficaz.

Muitos empresários só se preocupam com o jurídico quando o problema já virou processo. Até lá, seguem operando com contratos frágeis, registros imprecisos de jornada, demissões mal conduzidas e terceirizações mal formuladas, confiando em modelos prontos, conselhos informais ou práticas “que sempre funcionaram”. O resultado? Passivos ocultos que crescem lentamente, mas com potencial devastador. Pequenos erros acumulados ao longo do tempo se transformam em grandes condenações. É o custo invisível da negligência.

Advogados que entram em cena apenas na hora do litígio têm um papel limitado: apagar incêndios. E, muitas vezes, quando o fogo já consumiu parte significativa da estrutura. O custo para reagir é infinitamente maior do que o custo para prevenir. E mais: a insegurança se perpetua. Afinal, quem atua só na defesa raramente consegue cortar o mal pela raiz.

O cenário está mudando. Cada vez mais empresas estão despertando para um novo modelo de atuação jurídica: preventiva, estratégica e integrada à gestão. Escritórios especializados em *compliance* trabalhista têm economizado milhões para seus clientes ao implementar: auditorias trabalhistas periódicas, padronização

contratual e documental, treinamentos para lideranças e RH, rotinas de *compliance* alinhadas com a CLT e a jurisprudência atual, protocolos para desligamentos, gestão de jornada e a fiscalização das empresas prestadoras de serviços.

Toda empresa, mais cedo ou mais tarde, será chamada a responder por suas práticas internas. A única escolha real é se isso ocorrerá de forma preventiva com controle e estratégia ou de forma judicial, com prejuízo e exposição.

Empresas que ainda não realizaram uma auditoria trabalhista, cujo RH atua sem assessoria jurídica técnica ou cujos processos internos não possuem respaldo contratual, já convivem com riscos reais, ainda que invisíveis no momento.

Visão do Direito

**Carlos Eduardo Navarro**

Sócio do Galvão, Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados

**João Vitor Xavier**

Sócio do escritório Galvão, Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados

**Luiza Siqueira**

Advogada do Galvão, Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados

Retrospectiva tributária 2025

Em 2025, presenciamos relevantes mudanças legislativas no cenário fiscal brasileiro, especialmente quanto à tributação sobre o consumo e a renda, além de importantes desdobramentos em matérias tributárias apreciadas pelos Tribunais Superiores. Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo destacar as principais alterações legais e julgamentos ocorridos ao longo do ano.

No campo legislativo, destaca-se a Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo, ambos de competência federal, bem como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos estados e municípios. Esses tributos substituirão, de forma progressiva, o PIS/Cofins, o ICMS, o ISS e, em regra, o IPI.

A promulgação da LC nº 214/2025 representa o mais relevante avanço normativo desde a Emenda Constitucional nº 132/2023, ao estabelecer as bases do novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil. Embora sua implementação seja gradual, com convivência entre o sistema atual e o novo até 2032, o ano de 2025 já se consolida como marco relevante para o planejamento tributário, a reestruturação de operações e a revisão de modelos de negócio.

Outro marco legislativo relevante é a Lei nº 15.270/2025, publicada em novembro, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026. A norma alterou a tributação da renda ao ampliar a faixa de isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil e restabelecer a tributação dos dividendos distribuídos a pessoas físicas residentes no Brasil e a beneficiários no exterior, rompendo com o modelo vigente desde 1996.

Como regra, passou a prever a incidência do Imposto de Renda na fonte sobre dividendos pagos a residentes quando superiores a R\$ 50 mil mensais e, para não residentes e empresas estrangeiras, à alíquota de 10%. Instituiu, ainda, para residentes, tributação mínima anual sobre a renda, com alíquotas que podem alcançar 10% para rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão.

A publicação da lei movimentou o cenário empresarial, levando diversas companhias a deliberar, ainda em 2025, sobre a distribuição de lucros acumulados até o final do ano, a fim de se beneficiarem da regra de transição que assegura a isenção desses valores.

Em conjunto, a LC nº 214/2025 e a Lei nº 15.270/2025 indicam que 2025 foi um ano que levou os contribuintes a repensarem estruturas, contratos e decisões de longo

prazo, diante de um sistema tributário em profunda transformação.

No âmbito do Poder Judiciário, destacam-se decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relevantes para o período. No julgamento do RE nº 882.461 (Tema 816), sob relatoria do ministro Dias Toffoli, o STF declarou inconstitucional a incidência do ISS sobre operações de industrialização por encomenda quando os materiais são fornecidos pelo contratante e a atividade integra fase do seu ciclo econômico, encerrando o histórico conflito entre ISS e IPI/ICMS quanto à tributação dessas operações. A Corte modulou os efeitos da decisão para afastar cobranças e pedidos de restituição retroativos, ressalvadas as ações ajuizadas e as hipóteses de bitributação até a véspera da publicação da ata de julgamento. No mesmo julgamento, o STF também limitou a multa de mora a 20% para todos os entes tributantes.

No RE 928.943 (Tema 914), de relatoria do ministro Luiz Fux, o Supremo fixou a constitucionalidade da CIDE instituída pela Lei nº 10.168/2000 modificada pelas Leis nº 10.332/2001 e 11.452/2007.

O Tribunal afirmou que o produto da arrecadação deve ser integralmente aplicado na área de Ciência e Tecnologia, conforme

previsto na legislação; e reconheceu a possibilidade de incidência da CIDE tanto sobre remessas relativas a operações com transferência de tecnologia quanto sobre valores destinados à remuneração de serviços técnicos, assistência administrativa ou royalties.

Por fim, no RE nº 1.426.271 (Tema 1.266), de relatoria do ministro Alexandre de Moraes, com ressalvas do ministro Flávio Dino, o STF reafirmou a constitucionalidade da LC nº 190/2022, que disciplinou o regime do ICMS-DIFAL nas operações destinadas a consumidor final localizado em outro Estado.

A principal novidade foi a modulação dos efeitos: os contribuintes que ajuizaram ações até 29 de novembro de 2023 para discutir a cobrança relativa ao ano de 2022 ficam dispensados do recolhimento do imposto, conforme definido pela própria Corte.

No encerramento de 2025, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), no julgamento do Tema nº 1.304 dos recursos repetitivos, em acórdão relatado pelo ministro Teodoro Silva Santos, manteve a inclusão do ICMS e do PIS/Cofins na base de cálculo do IPI, por entender que tais tributos integram o valor da operação, afastando a aplicação do racional adotado pelo STF no Tema 69.

Visão do Direito

**Thayan Fernando Ferreira**

Advogado especialista em direito da saúde e direito público, membro da Comissão de Direito Médico da OAB-MG e diretor do escritório Ferreira Cruz Advogados

Direitos dos pacientes com câncer de próstata

O câncer de próstata é o segundo tipo de câncer mais comum entre os homens brasileiros, segundo dados do Instituto Nacional de Câncer (INCA). Além do impacto físico e emocional, o diagnóstico traz consigo uma série de desafios relacionados ao acesso a exames, medicamentos e tratamentos adequados.

Nesse contexto, conhecer as leis que asseguram os direitos dos pacientes é essencial para garantir que o tratamento seja realizado de forma digna e eficaz.

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 196, que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Assim, o paciente tem direito ao atendimento integral e gratuito no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo consultas, exames, cirurgias, radioterapia e quimioterapia. Além disso, a Lei 12.732/2012, conhecida como Lei dos 60 dias, determina que

o paciente diagnosticado com câncer deve iniciar o tratamento no prazo máximo de 60 dias após a confirmação do diagnóstico, conforme o laudo patológico. Caso esse prazo não seja cumprido, o cidadão pode recorrer ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou à via judicial para exigir o início imediato do tratamento.

No âmbito da saúde suplementar, a Lei 9.656/1998 e as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) asseguram que os planos de saúde cubram todos os procedimentos necessários ao tratamento do câncer, inclusive medicamentos orais de uso domiciliar e terapias inovadoras aprovadas pela Anvisa. Já a Resolução Normativa 465/2021 da ANS determina a cobertura obrigatória de medicamentos antineoplásicos orais e suas terapias associadas, garantindo ao paciente com câncer de próstata acesso a tratamentos modernos, como os inibidores de receptores

androgênicos de nova geração. Caso o plano negue cobertura injustificadamente, o paciente pode recorrer administrativamente à ANS ou judicializar o caso.

Os pacientes em tratamento de câncer de próstata também possuem direitos garantidos no âmbito previdenciário. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez são benefícios concedidos pelo INSS quando a doença impede o exercício da atividade profissional. Além disso, o paciente com neoplasia maligna tem direito à isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria, conforme o artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713/1988.

Os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) podem se ausentar do serviço para consultas e tratamentos médicos mediante apresentação de atestado, sem prejuízo salarial, além de terem estabilidade

temporária em casos de retorno pós-tratamento, conforme jurisprudência consolidada. Outros direitos importantes incluem a isenção de IPI na compra de veículos adaptados, prevista no Decreto nº 11.063/2022, e a isenção de IPVA, dependendo da legislação estadual. Em muitos estados e municípios, também há programas que garantem o transporte gratuito até os centros de tratamento oncológico e o fornecimento de medicamentos pelo SUS, inclusive os de uso domiciliar.

O acesso à informação é um dos pilares para o exercício pleno dos direitos do paciente oncológico. Muitos homens ainda desconhecem os mecanismos legais que garantem o tratamento rápido e integral.

O câncer de próstata, quando diagnosticado precocemente, tem altas taxas de cura. Portanto, é imprescindível assegurar que o paciente tenha acesso aos direitos previstos em lei.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 25 de dezembro de 2025

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

1.1 Apart Hotel

1.2 Apartamentos

1.3 Casas

1.4 Lojas e Salas

1.5 Lotes, Áreas
e Galpões1.6 Sítios, Chácaras
e Fazendas1.7 Serviços e
Crédito
Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expóress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Expóress and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.
IMOBILIARIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suíte), vazio, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 LAGO NORTE

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m2 cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

SUDOESTE

QUITINETES

SR. IMÓVEIS

QRSW 02/03 Kit mobiliada e decorada, c/ 35m2 suíte, sala, cozinha, americana. Zap 99109-6160 SR. Imóveis cj9417

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m2 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 226m2 área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB

PON TE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

QI 05 Vd Casa 4Suites coz 2sils estar, 2 banhs. Escritório, garag 4 carros, ótarea lazer c/churr pisc. rea total 776m2 c/ 562m2 área const Tr. (61) 99999-3838 Renata ou 99371-5735 Airon

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m2 3qts 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 ste) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

1.3 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

QR 404 Cj 10 cs 7 2qt sl cz wc forrad \$ 290mil. 99157-7766 c9495

SOBRADINHO

2 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vagas sl de estar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.4 GUARÁ

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerco/ resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guarará Tr.99857115 c1533

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE
COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

PARK WAY

SR. IMÓVEIS

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

OS MELHORES IMÓVEIS DE GOIÂNIA

REGINA NEVES CONSULTORA IMOBILIÁRIA CRECI 1935

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

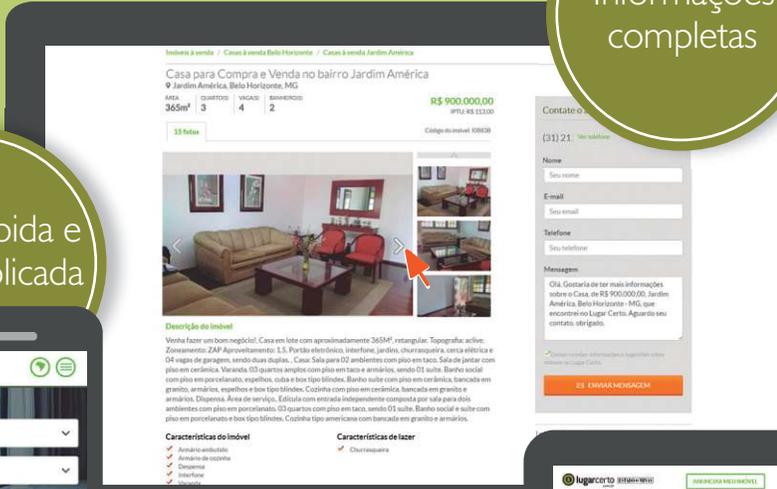
PARA CADA MOMENTO DA VIDA, EXISTE UM LUGAR CERTO.

Acesse e encontre o seu.

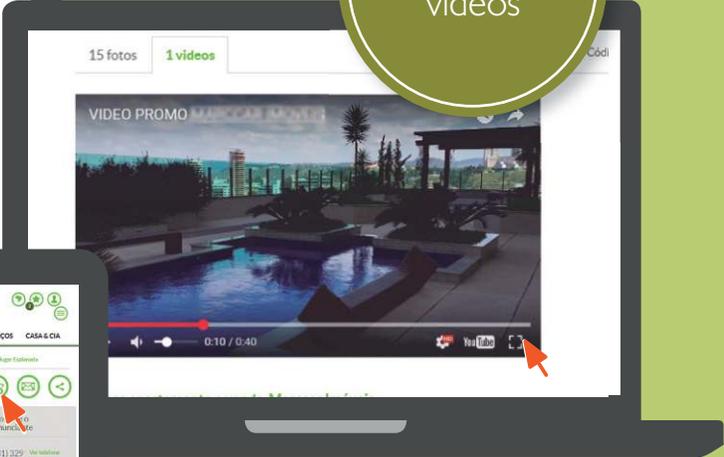
Busca rápida e descomplicada



Informações completas



Fotos e vídeos



Experiência personalizada



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.



CORREIO BRAZILIENSE

Você à frente de tudo

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

RITA LANDIM VENDE PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

SANTO ANTONIO do Descoberto aprox. 39 alq., Cor. IV, Fazenda Lag - Gleba 3, muita água - Tr: 99590-6692

SANTO ANTONIO do Descoberto aprox. 39 alq., Cor. IV, Fazenda Lag - Gleba 3, muita água - Tr: 99590-6692

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B Lt 13 ap 102 al 3q ref a.emb sl cz wc asv \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

SUDESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

2.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ aprox 51,79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m2 no 3 pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários
- 3.3 Caminhões
- 3.4 Motos
- 3.5 Outros Veículos
- 3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CHEVROLET

ONIX 20/20 TMT LT 1.0 Turbo, prata manual e chave reserva, pneus novos, controle de cruzeiro, tela e painel MyLink. Revisões na concessionária, só DF 99.880Km. Particular R\$53.800 a vista Tr: 61 99221-1682

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária
- 5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
- 5.3 Informática
- 5.4 Oportunidades
- 5.5 Pontos Comerciais
- 5.6 Telecomunicações
- 5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

A MARIA PADILHA RESOLVE PARA VOCÊ
A MÃE DE SANTO traz amor em 7 horas na palma da mão, faz trabalhos em todas as áreas: amor, passar em concurso, tira depressão, faz cura de doenças, pacto de riqueza, afasta rivais. Consultas com entidade, cartas, presencial ou a distancia. Sigilo total. Tenho referências e te dou garantia! (61) 9.9510-0508

5.2 MÍSTICOS

ASTRÓLOGA DO AMOR

ATENÇÃO Brasília e entorno acaba de chegar na cidade a Aстрóloga Dona Vitória, se você tem problemas amorosos, financeiros, familiares, não sofra mais, dona Vitória tem a solução traz o seu amor do jeito que você quer. Consulta online R\$ 20,00 amarração R\$ 80,00 Tel.: (62) 99438-0093

DONA PERCILIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

ASTRÓLOGA DO AMOR

ATENÇÃO Brasília e entorno acaba de chegar na cidade a Aстрóloga Dona Vitória, se você tem problemas amorosos, financeiros, familiares, não sofra mais, dona Vitória tem a solução traz o seu amor do jeito que você quer. Consulta online R\$ 20,00 amarração R\$ 80,00 Tel.: (62) 99438-0093

5.4 OPORTUNIDADES

CRÉDITO

DINHEIRO E FINANÇAS

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desconto em folha ou débito em conta corrente sem consulta SPC/Serasa, Tel: 4101-6727 98449-3461

DINHEIRO NA HORA
DINHEIRO NA HORA para funcionário público em geral com cheque, desconto em folha ou débito em conta corrente sem consulta SPC/Serasa, Tel: 4101-6727 98449-3461

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

FAÇO ORAL

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixo finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego
- 6.2 Procura por Emprego
- 6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA

CONTRATA PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Enviar CV para: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE CÂMARA FRIA

CONTRATA PARA trabalhar em Indústria de alimentos em Samambaia. Enviar CV para: rh@germana.com.br

6.1 NÍVEL BÁSICO

DOMÉSTICA PARA DORMIR. De 2 a Sábado Jardim Botânico, c/ referências. Tr: 99885-5556 / 99994-9942

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MECÂNICO COM EXPERIÊNCIA R\$ 3.000 +VT. Tratar: 99903-3085

PINTOR AUTOMOTIVO precisa-se para Oficina no Sof Sul. Salário R\$ 3.200 +VT Tratar: 61 99903-3085

SOLUÇÃO PARABRISAS

CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas . Tag./ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

CASA DO COLEGIAL
CONTRATA
ATENDENTES E OPERADORA de Caixa. Enviar currículo para e-mail: vagas@casadocolegial.com.br

CONTRATAMOS
ATENDIMENTO EM BALCAO e Montagem De lanches c/ ou s/ exp. Horário trabalho: De 14:25 às 22:45 Escala 6x1 CV p/: contatorh56@gmail.com

LA GRILL RESTAURANTE
CONTRATA URGENTE
COZINHEIRO PROFISSIONAL c/experiência em grelhados. Enviar currículo p/: 98350-7773

MASSEIRO
CONTRATAMOS PARA trabalhar em indústrias de alimentos em Samambaia. Salário R\$ 2.000,00 +VA +VT. (3 vagas. Enviar Currículo para: rh@germana.com.br

ANUNCIE O SEU PRODUTO

LIGUE PARA:
61 3342-1000

CLASSIFICADOS

Trabalho & formação profissional

Veja o suplemento **TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL** veiculado todos os domingos no jornal **CORREIO BRAZILIENSE** e fique por dentro das melhores oportunidades de emprego, estágios, cursos, datas e dicas sobre concursos públicos e matérias sobre comportamento profissional.

Obs: As vagas de emprego estão disponíveis no caderno Trabalho & Formação Profissional excepcionalmente aos domingos



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

@classificadoscb

@classificadoscb

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE